

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

**PRESSUPOSTOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NA DIOCESE DE
CAXIAS DO SUL – 1934 a 1952**

Roque M. B. Grazziotin

Caxias do Sul
2010

ROQUE M. B. GRAZZIOTIN

**PRESSUPOSTOS DA PRÁTICA EDUCATIVA NA DIOCESE DE
CAXIAS DO SUL – 1934 a 1952**

Dissertação de Mestrado em Educação, seguindo a linha de pesquisa História e Filosofia da Educação. Universidade de Caxias do Sul. Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa *Stricto Sensu*. Centro de Filosofia e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Kreutz

Caxias do Sul

2010



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

**Pressupostos da prática educativa na diocese de Caxias do Sul –
1934 a 1952**

Roque Maria Bocchese Grazziotin

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 25 de março de 2010,

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Kreutz (orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Jayme Paviani
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Marcos Corbellini
Faculdade La Salle

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone / Telefax PABX (54) 3218 2100 – www.ucs.br
Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

G785p Grazziotin, Roque Maria Bocchese, 1946-
Pressupostos da prática educativa na Diocese de Caxias do Sul :
1934 a 1952 / Roque M. B. Grazziotin. - 2010.
131 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.
Orientador: Prof. Dr. Lúcio Kreutz.

1. Igreja e educação – Caxias do Sul (RS). 2. Escolas católicas –
Caxias do Sul (RS). 3. Ensino religioso. I. Título.

CDU: 37.014.525(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---|-------------------|
| 1. Igreja e educação – Caxias do Sul (RS) | 37.014.525(816.5) |
| 2. Escolas católicas – Caxias do Sul (RS) | 373.014.52(816.5) |
| 3. Ensino religioso | 37.014.523 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Márcia Carvalho Rodrigues – CRB 10/1411

AGRADECIMENTOS

*Aos amig@s que incentivaram
e deram a sua colaboração
para a realização desse estudo.
Agradecemos de modo especial a
direção e funcionários
dos Colégios do Carmo, São José,
Seminário Aparecida
e Círculo Operário Caxiense.*

DEDICATÓRIA

*Aos que acreditam,
sonham e lutam,
na construção
um mundo possível
para tod@s.*

RESUMO

O estudo procura fazer uma análise dos pressupostos que fundamentam o Projeto de Restauração Católica na Diocese de Caxias do Sul, no período de 1934 a 1952. Os dados sobre as linhas norteadoras e os princípios cristãos e filosóficos, seguidos pelos colégios confessionais pioneiros em Caxias do Sul, foram levantados junto aos arquivos das instituições: Colégio São José, Escola Nossa Senhora do Carmo e Seminário Nossa Senhora Aparecida, e também consulta aos arquivos do Círculo Operário Caxiense, instituição que procurou, por meio da educação informal, ministrar cursos aos trabalhadores. As bases desses pressupostos, que vêm explícitos nesta pesquisa do mestrado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, na linha de História e Filosofia da Educação, remontam ao Concílio de Trento, que unificou a doutrina, a disciplina e a prática da Igreja Católica. O fim do regime do Padroado no Brasil, mais a vinda de imigrantes e de congregações religiosas européias para o Brasil, no fim do século XIX, permitiram que esse Projeto se consolidasse no Rio Grande do Sul. Os mecanismos adotados por essas instituições favoreceram a coexistência colaborativa com o Estado laico e difundiram a importância de relações harmoniosas entre capital e trabalho para alcançar o desenvolvimento e combater o comunismo. As conclusões a que este estudo chegou é que a construção da proposta educativa desenvolvida pelas instituições religiosas, baseada na qualidade de ensino, no ambiente e disciplina escolar, nas atividades educativas complementares e na participação em atividades religiosas e sociais, contribuiu, de um lado, para o desenvolvimento político, social e cultural do município de Caxias do Sul e dos municípios da região da Serra Gaúcha; e, de outro lado, para o desenvolvimento do espírito comunitário, humano e fraterno, próprios do catolicismo, marcados nas populações dessas regiões.

Palavras-chave: Colégios confessionais. Escolas católicas. Educação religiosa. Atividades educativas, sociais e políticas. Instituições Religiosas.

ABSTRACT

The study tries to analyze the assumptions that fundament the Project for Catholic Restoration of the Diocese of Caxias do Sul, in the period from 1934 to 1952. The data about guidelines and Christian and philosophical principles followed by pioneer confessional schools in the city of Caxias do Sul were collected at the archives of the following institutions: *Colégio São José*, *Escola Nossa Senhora do Carmo* and *Seminário Nossa Senhora Aparecida*. Data were also collected from the archives of *Círculo Operário Caxiense*, an institution that, through informal education, tried to provide some courses to workers. The basis for these assumptions, which are explicit in this research for the Master's in Education at the University of Caxias do Sul, in the research line for Education History and Philosophy, go farther back to the Council of Trent, which unified the doctrine, discipline and practice of the Catholic Church. The end of the regime of Ecclesiastical Patronage in Brazil, along with the arrival of immigrant and religious congregations to the country in the end of the XIX century, allowed this Project to consolidate in the state of Rio Grande do Sul. The mechanisms adopted by these institutions favored the collaborative coexistence with the lay State and helped spread the importance of harmonious relations between capital and work to reach development and fight communism. The conclusions reached by this study show that the construction of the educational proposal developed by the religious institutions, based on teaching quality, school environment and discipline, supplementary educational activities, and participation in social and religious activities contributed, on the one hand, for the political, social and cultural development of the city of Caxias do Sul and other cities and towns in the surrounding region known as *Serra Gaúcha*; and, on the other hand, contributed for the development of a communitarian, humane and fraternal spirit, which are peculiarities of Catholicism, and noticed in the populations in these regions.

Keywords: Confessional schools. Catholic schools. Religious education. Political, social and educational activities. Religious Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Mapa da nova Diocese	44
Quadro 2: Folheto dos 100 anos do Correio Riograndense	50
Quadro 3: Quadro geral de matrículas do Colégio São José	62

TABELAS

Tabela 1: Crescimento populacional do município de Caxias do Sul – 1890/1991	71
--	----

FIGURAS

Figura 1: D. Claudio Ponce de Leão - Bispo do Rio Grande do Sul	54
Figura 2: Irmãs de São José sobem os degraus da guilhotina	56
Figura 3: Grupo que partiu de Moûtiers rumo ao Brasil	57
Figura 4: Trecho antigo da Avenida Júlio de Castilhos, no qual divisamos o velho prédio Balem ainda existente, 1ª casa de material em Caxias do Sul, que albergou as irmãs no 1º ano que funcionou a Escola São José	58
Figura 5: Edifício da Escola Normal São José com destaque, à direita, da 1ª parte construída em 1903	59
Figura 6: Colação de grau da primeira turma de alunas mestras, 1936	60
Figura 7: A escola gratuita Santa Teresa, filial do Colégio São José, localizada no Bairro Panazzolo	64
Figura 8: Hospital Nossa Senhora do Pompéia	65
Figura 9: Grupo da Ação Católica de Caxias do Sul em 1936, por ocasião da realização do seu 1º retiro no Colégio São José	66
Figura 10: Os Festivais Missionários eram feitos com grande entusiasmo	67
Figura 11: Elaboração do jornal “PROSSIGAMOS”, pelas Dirigentes do Grêmio Estudantil São José.....	68
Figura 12: Alunas aprendendo a cuidar do próprio vestuário na Escola Doméstica	69
Figura 13: Normalistas do 1º ano, participando das aulas de culinária na Escola Doméstica	69
Figura 14: Alunas participando das Aulas de Pintura	70
Figura 15: Sras. Aracy C. Sehbe, Maria B. Mascarello, Anita P. Torelly e Hylce Z. Morey participando de uma Aula de Pintura	70
Figura 16: Fundadores do Colégio do Carmo. Sentados: Irmão Xavier Domingos, Anastácio Pascal, Frumêncio. De pé: Inocêncio, Leão, Fabiano Alberto	75
Figura 17: Pavilhão de madeira, atrás da Igreja Matriz, onde funcionou o Colégio Nossa Senhora do Carmo, de 1911-1928	76
Figura 18: Colégio do Carmo, à esquerda; e a nova ala do Colégio São José, à direita	76
Figura 19: Banda Marcial fazendo a evolução da âncora	77
Figura 20: Alunos do patronato agrícola por volta de 1935	79
Figura 21: Dom José Barea	82
Figura 22: Bênção da Primeira Pedra do Seminário por Dom José Baréa, 23/05/1937	83
Figura 23: Construção do Seminário Nossa Senhora Aparecida, 14/02/1938	83
Figura 24: Inauguração do Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida em 19/03/1939	84
Figura 25: Os primeiros seminaristas do Seminário Diocesano de Caxias do Sul em 1938, tendo como reitor Frei Pacífico de Bellevaux e professores os Freis Modesto de Naves e Timóteo Persici, e prefeito de disciplina o Frei Conrado Zullian	85
Figura 26: Primeiros Seminaristas de Caxias do Sul com Dom José Barea, ao seu lado esquerdo, Monsenhor Pequeno vsitador apostólico e o reitor Frei Pacífico de Bellevaux e professores os Freis Modesto de Naves e Timóteo Persici, e prefeito de disciplina o Frei Conrado Zullian	86
Figura 27: A turma que concluiu os seis anos do Seminário Diocesano de Caxias do Sul em 1944	87
Figura 28: Dom Benedito Zorzi, segundo bispo da Diocese de Caxias do Sul	88
Figura 29: Padres do Seminário Diocesano com os alunos	89
Figura 30: Livro onde estão registradas as ofertas para a construção do Seminário Diocesano, 1938	91
Figura 31: Capelinha de Nossa Senhora utilizada para visita domiciliar	93
Figura 32: Emblema do Círculo Operário Caxiense	96

Figura 33: Casa Canônica na década de 30, local onde até 1944 o Círculo realizava seus encontros	98
Figura 34: Ata de Instalação do Círculo Operário Caxiense, datada de 23 de junho de 1934 ...	99
Figura 35: Momento de aprovação do estatuto do Círculo Operário Caxiense em 31 de outubro de 1934. Na foto, o terceiro da esquerda para a direita (sentados) é o padre Orestes Valeta, que foi o primeiro assistente eclesiástico	100
Figura 36: Carteira de identidade do associado ao Círculo Operário Caxiense, nas décadas de 30 e 40	102
Figura 37: Vista do prédio na época da aquisição em 1945	103
Figura 38: Benção da Bandeira do Círculo Operário Caxiense em 1º de maio de 1935	104
Figura 39: Curso de alfabetização, realizado no edifício sede no final da década de 40	105
Figura 40: Curso de corte e costura, realizado na década de 50 no edifício sede	106
Figura 41: Sala de Datilografia	106
Figura 42: Eventos culturais realizados pelo Círculo Operário Caxiense na década de 40	107
Figura 43: Ata que formaliza a compra do prédio do Recreio da Juventude através da contribuição dos industriais de Caxias, com o apoio da Associação Comercial	108
Figura 44: Monumento na Praça Dante Alighieri em comemoração ao 1º de maio, 1968	110
Figura 45: Planilha curricular com notas do Curso Seminarístico do Seminário Aparecida de Caxias do Sul de 1945 e 1952	116
Figura 46: Capela do Seminário Nossa Senhora Aparecida	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A DIOCESE DE CAXIAS DO SUL SOB A RESTAURAÇÃO CATÓLICA.....	16
1.1 Bases doutrinárias e disciplinares da Igreja Católica a partir do Concílio de Trento .	16
1.1.1 Concílio de Trento (1545-1563)	17
1.1.2 Concílio Vaticano I (1869-1870)	18
1.1.3 A voz dos Papas: Gregório XVI e Pio IX	20
1.2 Restauração da Igreja Católica no Brasil	24
1.2.1 O Brasil do padroado	24
1.2.2 O Brasil da Primeira República: separação da Igreja e Estado	27
1.2.3 O Brasil da Segunda República: aliança entre Igreja e Estado	30
1.3 Restauração da Igreja Católica no Rio Grande do Sul	32
1.3.1 Criação da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul (1848)	32
1.3.2 Vinda de imigrantes e congregações religiosas europeias.....	35
1.3.3 Criação da Diocese de Caxias do Sul (1934)	40
2 PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO EM CAXIAS DO SUL	54
2.1 Os pioneiros da educação católica em Caxias do Sul	54
2.1.1 Colégio São José – educando meninas e moças	56
2.1.1.1 <i>Histórico</i>	56
2.1.1.2 <i>Envolvimento com a sociedade</i>	63
2.1.1.3 <i>Indicações</i>	71
2.1.2 Colégio do Carmo – educando meninos e moços	73
2.1.2.1 <i>Histórico</i>	73
2.1.2.2 <i>Envolvimento com a sociedade</i>	77
2.1.2.3 <i>Indicações</i>	81
2.1.3 Seminário Nossa Senhora Aparecida, para formação do Clero Diocesano	82
2.1.3.1 <i>Histórico</i>	82
2.1.3.2 <i>Envolvimento com a sociedade</i>	90
2.1.3.3 <i>Indicações</i>	94
2.1.4 Círculo Operário Caxiense, formando trabalhadores em Caxias do Sul	95
2.1.4.1 <i>Histórico</i>	95
2.1.4.2 <i>Envolvimento com a sociedade</i>	103
2.1.4.3 <i>Indicações</i>	103
3 CONSTRUINDO UMA PROPOSTA EDUCATIVA	111
3.1 Ambiente escolar e disciplina	114
3.2 Atividades educativas complementares	116
3.3 Participação em atividades religiosas e sociais	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda os *Pressupostos da prática educacional da Igreja Católica em Caxias do Sul no período de 1934 a 1952*. A Igreja Católica exerceu um relevante papel no processo de desenvolvimento cultural e educativo em Caxias do Sul e na região da Serra Gaúcha. Marcou sua presença de uma maneira muito consistente junto a várias gerações, formando mentalidades e consciências. O trinômio que movia os imigrantes, fé, trabalho e família, deve-se, em parte, à pregação e orientação educativa que a Igreja propunha aos seus fiéis.

O período delimitado para o estudo corresponde desde a criação da Diocese de Caxias do Sul, em 1934, até o falecimento de seu primeiro bispo diocesano, Dom José Barea, em 1952. Ao desmembrar-se da Arquidiocese de Porto Alegre, a região ganhou autonomia própria para conduzir suas atividades religiosas, de acordo com os princípios da Igreja Católica Universal.

O primeiro capítulo analisa os pressupostos que nortearam e definiram a atuação da Igreja Católica em sua prática educativa. Neste período, estava em curso o chamado Projeto de Restauração da Igreja Católica. Ainda vivia-se o tempo da Reforma Protestante e da Contrarreforma Católica. Este projeto iniciou com o Concílio de Trento, realizado entre 1545 a 1563. Através dele, a Igreja Católica solidificou a sua organização disciplinar interna e definiu seus princípios doutrinários. Como rochedo monolítico, percorreu os três séculos seguintes. Quando sopraram os ventos da modernidade, a Igreja Católica reafirmou seus princípios e confirmou a autoridade do Papa como chefe supremo da Igreja através do Concílio Vaticano I realizado em 1868 a 1870. A partir de então, a voz dos Papas definia as questões de fé para todos os povos e nações que seguiam o catolicismo.

As grandes descobertas e navegações, ocorridas em torno do ano de 1500, permitiram que os reinos de Espanha e Portugal despontassem no cenário mundial como potências hegemônicas. A Igreja Católica havia acordado com esses reinos o regime do Padroado. Por esse acordo, protegia e era protegida. Ao mesmo tempo em que Espanha e Portugal descobriam novas terras, dominavam povos e enriqueciam seus tesouros, implantavam a religião e a fé católica. A Igreja, por sua vez, abençoava e se consolidava no novo cenário. Sob o regime do Padroado, o Brasil percorreu quase quatrocentos anos de sua história. Esse modelo foi rompido com a proclamação da República em 1889. Só então, o Estado e a Igreja no Brasil começaram a percorrer caminhos próprios. Com o advento da 2ª República, em 1930, os laços que haviam sido rompidos começam a ser reatados. Estado e Igreja perceberam que deviam estar unidos para enfrentar novas circunstâncias históricas que surgiam do incipiente processo de industrialização. Inimigos políticos e ideológicos se organizaram. Era necessário combater os novos atores.

O Estado do Rio Grande do Sul teve uma história peculiar em relação aos demais estados do Brasil. Pelo Tratado de Tordesilhas, ele pertencia a Espanha, mas aos poucos, foi sendo conquistado pelos portugueses. Quanto à organização religiosa, seguia o regime do Padroado. Somente após a Revolução Farroupilha (1835-1845), o Império do Brasil permitiu a criação da diocese de São Pedro do Rio Grande, em 1848. Até então, estava vinculado juridicamente ao Rio de Janeiro. Em meados do século XIX, a Comissão de Terras do Império começou a organizar a vinda de imigrantes europeus para ocupar os espaços vazios do território do Rio Grande do Sul. Diante dessa circunstância, o bispo de Porto Alegre convidou congregações religiosas europeias para acompanhar os imigrantes e suprir as necessidades religiosas e catequéticas que eram vividas. Muitas congregações, que não se sentiam seguras no exercício de suas atividades em seus países de origem por discordâncias políticas, aceitaram o convite e vieram para o Rio Grande do Sul. Aqui poderiam implantar com mais eficiência o Projeto de Restauração da Igreja Católica que estava sendo combatido em seus países de origem.

O rápido crescimento econômico, populacional e religioso das colônias italianas na Serra Gaúcha permitiu que, depois de poucos anos da chegada dos primeiros imigrantes, fosse possível sonhar com a criação de uma diocese. Esse sonho foi concretizado em 1934 com a criação da Diocese de Caxias do Sul e a posse do seu primeiro bispo. A nova diocese foi desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre, abrangendo, além da colônia italiana, os municípios de São Francisco de Paula e Torres.

As referências para a elaboração deste primeiro capítulo tiveram como base pesquisas e estudos já realizados. Destacamos os historiadores Roland Fröhlich, Riolando Azzi, Lúcio Kreutz, Leôncio Basbaum, Daniel-Rops, José Oscar Beozzo, Loraine Giron, Marisa Formolo Dalla Vecchia, Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Barbosa Lessa, Ernesto Brandalise, Roberto Romano, Álvaro Pinzetta, Artur Rambo, Gesuína Burin Stein e Neli Schäfer Tesch da Silva.

O segundo capítulo analisa a participação da Igreja Católica na educação em Caxias do Sul. Este tema foi olhado sob dois ângulos. O primeiro, através da atuação de instituições religiosas que foram pioneiras na educação formal em Caxias do Sul. O primeiro colégio de religiosos, em Caxias do Sul, foi o Colégio São José, fundado em 1901 pela Congregação das Irmãs de São José para educar meninas e moças; o segundo foi o Colégio do Carmo dos Irmãos Lassalistas, que iniciou suas atividades em 1908, para educar meninos e moços; o Seminário Nossa Senhora Aparecida foi instituído pela diocese de Caxias do Sul, em 1938, para formar o clero diocesano, sendo administrado pelos Freis Capuchinhos, durante os primeiros 14 anos. Quanto ao segundo ângulo, a pesquisa aborda a prática utilizada pela Igreja Católica no campo da educação informal. Para tanto, selecionamos as atividades do Círculo Operário Caxiense, fundado em 1934, para

formar e organizar os operários de Caxias do Sul. Tais instituições foram analisadas a partir de três elementos: o histórico de cada uma; o envolvimento que tiveram com a sociedade; e as indicações delas decorrentes.

O estudo realizado contou com a colaboração das direções dessas instituições. Com isso, foi possível pesquisar alguns arquivos e olhar acervos que são mantidos em suas secretarias e bibliotecas. As Irmãs de São José, quando comemoraram 100 anos de sua presença no Rio Grande do Sul, organizaram várias atividades, uma exposição fotográfica e a publicação do livro: *Irmãs de São José, 1898-1998: Resgatando aspectos da caminhada*, redigido pelas Irmãs Helena Itália Moreschi e Maria Leônida Fávero. A casa provincial da Congregação de São José, por intermédio da Escola Normal São José, publicou um livro em 1951: *50º aniversário da chegada das Irmãs de São José em Caxias do Sul*. O Colégio do Carmo, em 2008, organizou alguns eventos comemorativos para celebrar os 100 anos de sua presença em Caxias do Sul. Além de uma ampla exposição fotográfica, publicou uma revista: *La Salle Carmo 100 anos: O Ensino Acompanha Gerações*. Foi divulgado o livro de crônicas do Irmão Bonifácio: *1908-1988: CARMO 80 ANOS*. Este livro é uma espécie de diário dos acontecimentos que retratam a história do colégio. A *História dos Irmãos Lassalistas no Brasil*, de Ivo Carlos Compagnoni, e a *A História da Educação Católica no Brasil, contribuição dos Irmãos Maristas*, de Riolando Azzi, muito contribuíram para o entendimento deste período. O Seminário Aparecida Nossa Senhora Aparecida, em 2009, comemorou 70 anos do início de suas atividades. Foram programados alguns eventos e publicado um folheto retrospectivo, além de uma amostra fotográfica. O Circulo Operário Caxiense, ao comemorar 75 anos, em 2009, lançou um livro intitulado: *Círculo: uma trajetória de conquistas e realizações*, escrito por Regiane de Almeida Link.

Na pesquisa realizada, constatamos que essas instituições possuem muito material histórico, documentos e fotografias que estão guardados desordenadamente. Existe, porém, uma preocupação e a decisão, já em curso, de organizar os respectivos acervos. Esse encaminhamento tomado facilitará futuras pesquisas e estudos referentes a essas instituições.

A partir da elaboração dos capítulos anteriores, percebemos que as instituições analisadas utilizavam alguns procedimentos comuns para organizar e conduzir seus estabelecimentos. Seleccionamos três procedimentos comuns e os definimos como sendo elementos para construir uma proposta educativa. São eles: ambiente escolar e disciplina; atividades educativas complementares; e participação em atividades religiosas e sociais.

O ambiente escolar e a disciplina seguiam o ritmo das congregações provindas da França. Educavam alunos e alunas oriundos da classe média, em sua grande maioria, pois as famílias tinham condições de pagar seus estudos. Os professores pertenciam à mesma congregação do

educandário por ela dirigido. Acentuavam a supremacia do espiritual nos seus ensinamentos. As salas de aula, laboratórios e todas as dependências do estabelecimento estavam emoldurados por inúmeras estátuas e quadros de santos e santas, inculcando um caráter sagrado à aprendizagem dos alunos. Os estabelecimentos de ensino possuíam uma capela para os exercícios espirituais e um salão nobre para as atividades culturais. Os alunos eram monitorados por uma disciplina rígida e seu comportamento era controlado de modo permanente.

As atividades educativas complementares eram acentuadas pela prática de exercícios espirituais, devocionais e culturais. Uma visão espiritualista de obediência, respeito e medo ajudava a formar os alunos para a prática do bem e serem merecedores de recompensas eternas. A música, canto, pintura, teatro e as mais variadas artes eram incentivadas entre os educandos para que tivessem um nível cultural superior.

A participação em atividades religiosas e sociais era condição de permanência dos alunos nos educandários. Eram incentivados a se envolverem nas associações religiosas como a Cruzada Eucarística, Apostolado da Oração, Filhos e Filhas de Maria, Nossa Senhora do Carmo. Deviam assistir à missa e à benção do Santíssimo, rezar o terço e recitar jaculatórias, frequentar os sacramentos, participar de retiros e palestras espirituais. Havia uma motivação muito grande para que fossem membros da Ação Católica e frequentassem a Associação de Ex-Alunos. Estas organizações germinavam para a criação de inúmeras e variadas entidades sociais, assistenciais e caritativas, onde podiam dar testemunho de sua fé e preservar a ordem e os bons costumes.

Com esta dissertação, estamos conscientes, que damos os primeiros passos de uma pesquisa e análise mais aprofundada que deve ser realizada sobre este assunto em nosso meio. Temos a certeza que ficaram mais interrogações que respostas. Cada um dos colégios São José, Carmo e Seminário Aparecida, pioneiros da prática educativa da Igreja Católica em Caxias do Sul, possuem um patrimônio e riqueza ainda inexplorados. Precisamos pesquisar seus históricos individuais, para perceber ainda melhor a contribuição que deram para o desenvolvimento de Caxias do Sul e da região. O Circulo Operário Caxiense pela educação informal desenvolvida e pela proposta de organização dos trabalhadores que aplicou merece um estudo próprio. Sua proposta envolve dimensões sócio políticas. Influenciou gerações e formou mentalidades que perduram até os nossos dias.

1 A DIOCESE DE CAXIAS DO SUL SOB A RESTAURAÇÃO CATÓLICA

1.1 Bases doutrinárias e disciplinares da Igreja Católica a partir do Concílio de Trento

Jesus Cristo, ao se despedir de seus apóstolos e discípulos, lhes deixou um compromisso: “Ide e ensinai”.

Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eu que estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo. (Mt 28,19-20).

Durante os três primeiros séculos da era cristã, os apóstolos, discípulos e seguidores da doutrina de Jesus viveram intensamente os seus ensinamentos, formando comunidades de fé e testemunho de vida. Formaram a Igreja dos apóstolos e dos mártires. Quanto mais eram perseguidos, mais aumentava a sua convicção, irradiando a sua fé e ampliando a sua influência. A base de sua atuação foi transferida de Jerusalém para Roma, considerada como o coração do Império Romano.

Quando o imperador Constantino, no ano de 312, se converteu à fé cristã, uma nova etapa da história da Igreja começa a ganhar forma.

O acesso ao poder do Estado traz uma profunda mudança na Igreja. O direito de propriedade e de herança, o privilégio dos bispos, a função de alicerce espiritual do império, são a pedra fundamental do poder temporal da Igreja. (FRÖHLICH, 1987, p.31).

A Igreja dos primórdios e da perseguição, aos poucos, vai se transformando no grande Império cristão. As consequências da união entre o poder temporal e o poder espiritual irão perdurar até a queda do Império Romano do Oriente, acontecida em 1453, quando os turcos conquistaram Constantinopla. Foram tempos de luzes e trevas, de catedrais e cruzadas.

A relação íntima entre a Igreja e o rei/imperador, que recebe a unção (e com isso o poder religioso sobre os súditos) das próprias mãos da Igreja, torna-se uma fonte permanente de tensões, cada uma das partes aspirando e devendo aspirar à subordinação da outra. (FRÖHLICH, 1987, p. 67).

O esplendor da Renascença ofusca e adia as reformas que seriam decisivas para a reorganização da vida da Igreja, como a nomeação para os cargos e a prática financeira, devido à resistência dos papas e dos príncipes que assim não seriam incomodados em suas ambições políticas e particulares.

O século XVI dá início a uma nova época. É o tempo das grandes descobertas e navegações, tanto para o ocidente como para o oriente. Espanha e Portugal ganham visibilidade no cenário internacional. O protestantismo toma o seu caminho com Lutero, Calvino e Zwinglio. Os interesses dos Estados se afastam do Papa e da Igreja. O mercantilismo, o comércio e a economia, preparam uma concepção secularizada do Estado.

A Igreja, acossada pelo novo cenário que cresce à sua volta, se obriga a tomar posição e enfrentar as reformas que foram incessantemente adiadas. A convocação de um concílio ecumênico que refizesse urgentemente uma reforma da Igreja se tornou inadiável. Isso aconteceu através do Concílio de Trento que estabeleceu regras e leis para conduzir a vida disciplinar da Igreja até os nossos dias. O Concílio foi convocado pela Bula *Laetare Jerusalem* do Papa Paulo III, em 1545, para ser realizado no território feudal neutro de Trento, quando a paz entre o Imperador Carlos V e o Rei francês Francisco I permitiu a sua realização em condições favoráveis.

1.1.1 O Concílio de Trento (1545-1563)

A realização do Concílio de Trento iniciou um novo período da história da Igreja. Sua duração se prolongou por 18 anos e ocorreu em três fases: a primeira, de 1545 a 1547; a segunda, de 1551 a 1552; e a terceira, de 1561 a 1563. Foi presidido pelos Papas Paulo III, Júlio III, Marcelo II e Pio IV. Abordou tanto questões dogmáticas como disciplinares.

O período tridentino e pós-tridentino pode ser definido com duas palavras:

1. Reforma: Atitude firmemente renovadora e carismática na teologia e na vida interna da Igreja; e
2. Contra Reforma [sic]: Combate ao protestantismo e tendência à disciplina e centralização. Os dois momentos, carismático e disciplinar, se completaram. (BESEN, 2008, p.3)

O significado dogmático foi proclamado pela doutrina fundamentada na Escritura e na Tradição como fontes de fé. Firmou-se a Igreja como Corpo Místico de Cristo e, ao mesmo tempo, organismo jurídico, guarda e intérprete da verdade. Tratou dos sacramentos em geral, especialmente do sacramento da eucaristia, sendo proibida a comunhão sob duas espécies e a utilização da língua vernácula na liturgia. Foi reafirmada a sacramentalidade e indissolubilidade do matrimônio, as

indulgências, o culto dos santos, das relíquias e das imagens. A clareza da fé católica se manifestou através da profissão de fé tridentina. Definiu-se também a hierarquia: os bispos, sacerdotes e diáconos são de origem divina. A autoridade dos bispos em suas dioceses é aumentada consideravelmente.

O significado disciplinar proclamou como missão essencial da Igreja e de seus pastores a salvação das almas. Os bispos foram obrigados a residir em suas dioceses e, a cada cinco anos, realizar uma visita ao papa para prestar contas do trabalho realizado, a chamada *visita ad Limina*. O governo da Igreja foi confiado a 15 Congregações por meio da reforma da Cúria Romana. A antiga Inquisição passou a chamar-se Congregação do Santo Ofício, sendo reestruturada como um tribunal romano central. Criou-se o “Índice” dos livros proibidos. Foi definido mais rigor na seleção dos candidatos ao sacerdócio, com a exigência de seminários em cada diocese, sendo permitido o acesso tanto de ricos como de pobres, o que ensejou em um novo impulso à pastoral. Algumas recomendações do Concílio de Trento foram publicadas anos depois por São Pio V, o catecismo romano (1566), o breviário romano (1568) e o novo missal romano (1570) que vigorou até 1969. Para a formação teológica, Gregório XIII (1572-1585) criou em Roma a Universidade Gregoriana e seminários próprios para estudantes da Alemanha, Hungria e Inglaterra.

Passar da Igreja medieval renascentista para a Igreja tridentina é uma tarefa que exigirá décadas. Todos eram favoráveis às reformas, desde que não atingissem seus privilégios. Como pontos negativos da Igreja tridentina podemos citar: excessiva centralização no papa e imagem da Igreja como estrutura de governo; clericalização da Igreja em detrimento dos leigos; separação do povo e do clero; rigidez litúrgica e acentuação do devocional na espiritualidade cristã, acentuando assim a contraposição aquilo que de positivo a Reforma protestante pedia: o uso da Bíblia, a Graça, a liturgia na língua do povo e a valorização do sacerdócio de todos os batizados. (BESEN, 2008, p.3).

1.1.2 O Concílio Vaticano I (1869-1870)

Muitas coisas aconteceram no período de, aproximadamente, 300 anos entre os Concílios de Trento e do Vaticano I. Descobertas técnicas e científicas foram consolidando o primado da razão. A máxima de Descartes, “Penso, logo existo”, simbolizava novas proposições filosóficas e a criação de novas interpretações do saber, a partir de uma base racional.

O poder dominante do pontificado romano era questionado por muitos pensadores que defendiam o poder monárquico. O livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, escrito em 1513 e publicado, em sua primeira edição, em 1532, ilustra a tomada de posição em defesa da autonomia

do Estado em relação ao poder eclesiástico. As características leigas da formação de um Estado moderno foi o resultado de um longo processo que foi evoluindo através dos anos.

A partir do século XVI, o poder dos príncipes se manifestava pelo absolutismo régio, o poder da realeza foi sacralizado mediante a divinização de sua origem. Os monarcas continuaram a ser apresentados nos Estados absolutistas como representantes de Deus e intérpretes de sua vontade junto ao povo. (AZZI, 1994, p.5).

As novas doutrinas iluministas e liberais que tomavam conta da Europa no século XVIII começaram a questionar a ordem vigente e o poder sagrado que era conferido aos príncipes e à Igreja.

Os enciclopedistas franceses contribuíram muito para criar uma mentalidade favorável na concepção de um Estado leigo. O Contrato Social, de Rousseau, representou, sem dúvida, um texto fundamental para se criar a imagem do Estado como resultante da própria vontade popular. (AZZI, 1994, p.5).

Foi nesse contexto que a tomada da Bastilha, em 1789, determinando a vitória da Revolução Francesa, com a queda da monarquia e a implantação do regime republicano, tornou-se a marca universal da afirmação do Estado leigo no Ocidente. Uma boa parte do clero francês aderiu à ideologia liberal, afastando-se das diretrizes pontifícias.

Muitos clérigos da França, porém mantiveram sua obediência à Santa Sé. A partir da ótica francesa, o poder do papa, cuja sede era em Roma, situava-se além das montanhas dos Alpes, ou seja, ultra-montes. Daí a designação de católicos ultramontanos atribuída aos asseclas do poder pontifício. (AZZI, 1994, p.7).

Enquanto os galicanos proclamavam sua adesão à política de Estado, os ultramontanos professavam uma fidelidade inquestionável ao pontificado romano. O projeto romano

[...] propunha dar às expressões de fé católica características “universais”, embora fossem todas originadas da própria tradição romana. Daí a vinculação profunda entre ultramontanismo e romanização do catolicismo. Sua preocupação básica era a fidelidade às diretrizes romanas, mesmo afastando-se dos interesses políticos e culturais de suas respectivas pátrias. (AZZI, 1994, p.7).

Os representantes do movimento restaurador católico, surgido no início do século XIX, diziam que a Revolução Francesa havia gerado a anarquia republicana e depois a tirania napoleônica. Como solução, apresentavam a reafirmação do poder espiritual da Igreja sobre o mundo. Para tanto, era necessário e fundamental reafirmar o primado do Papa sobre toda a cristandade. Isso aconteceu com a convocação do Concílio Vaticano I pelo papa Pio IX. Este concílio iniciou no dia 8 de dezembro de 1869 e foi suspenso em 20 de outubro de 1870, devido à

guerra deflagrada entre França e Prússia e a tomada de Roma pelas tropas do Piemonte. (FRÖHLICH, 1987, p.149).

A repentina interrupção dos trabalhos conciliares impediu o desenvolvimento do programa previsto. Apenas duas propostas, e que tangem à questão do poder através da “*Constitutio Dogmática Prima de Ecclesia Catholica*”, que confirma a primazia da jurisdição do bispo de Roma sobre toda a Igreja e do seu magistério “*ex-cathedra*” nos assuntos referentes à fé. Ambas decisões estimularam o processo de centralização da Igreja, bem como da luta pela sua liberdade em relação ao poder temporal. (DA SILVA, 2003. p. 51).

A aprovação do primado do Pontífice Romano no Concílio deu ênfase ao processo de romanização, ou restauração da Igreja Católica, como era defendido pelo movimento ultramontano. A pesquisa de Roberto Romano, em seu estudo sobre o Conservadorismo Romântico, de 1981, manifesta que

[...] o ultramontanismo, como tendência de centralização sob o comando de Roma, criou bases com a reforma do clero secular e religioso, dando-lhe uma disciplina eclesiástica rígida e uma formação nos seminários de acordo com as normas do Concílio de Trento, no século XVI, sob inspiração do tomismo. Reforçou-se o poder episcopal apoiado em clero formado na mentalidade antimodernista, sob o triunfalismo da soberania espiritual visível da Igreja. A reforma ultramontana foi, ao mesmo tempo, a produção da burocracia curial e a transformação ideológica do catolicismo a partir da visão romântica e antiliberal. (KREUTZ, 2004, p.46).

A partir de então, a Santa Sé, tendo garantido o poder centralizado, passou a reorganizar seus trabalhos baseada nos estudos que haviam sido feitos para preparar o Concílio Vaticano I.

1.1.3 A voz dos Papas: Gregório XVI e Pio IX

Nesse período de conflitos e reformulações, a Igreja foi comanda por Leão XII (1823-1829), Pio VIII (1829-1830), Gregório XVI (1831-1846) e por Pio IX (1846- 1878). Adeptos da velha ordem, formularam definições que marcaram a atuação da Igreja por muitos anos. Para o presente estudo, salientamos alguns pontos.

Os papas Leão XII e Gregório XVI eram conhecidos pelo seu antiliberalismo, sendo que este último escreveu a Encíclica: *Mirari Vos*, em 12 de agosto de 1832, condenando o liberalismo e a liberdade de consciência.

Desta fonte infecta do *indiferentismo* brota esta máxima absurda e errônea, ou melhor, este delírio que é preciso assegurar e garantir a qualquer *liberdade de consciência*. Prepara-se a este erro prejudicial pela liberdade de opinião plena e sem limites, que espalha longe, para

desgraça da sociedade religiosa e civil, apesar de alguns com extrema imprudência repetirem que daí resulta algumas vantagens para a religião. Mas, dizia Santo Agostinho, quem melhor pode dar a morte à alma do que a liberdade do erro? Com efeito, tirando todo o freio que poderia reter os homens nos caminhos da verdade, a natureza deles, inclinada ao mal, cai num precipício; e podemos dizer que em verdade, o *poço do abismo* está aberto, este poço de que São João viu subir uma fumaça que escureceu o céu e sair gafanhotos que assolaram a terra. (Trecho da encíclica “Mirari Vos”, in FRÖHLICH, 1987, p.145).

O papa Pio IX, em 8 de dezembro de 1864, no décimo aniversário da definição dogmática da Imaculada Conceição, lançou a encíclica *Quanta Cura*, condenando os rumos liberalizantes da sociedade moderna e conclamando para o retorno aos valores greco-cristãos . A coleção anexa à encíclica é conhecida como *Syllabus*, contendo um conjunto de 80 teses, nas quais são reprovados e condenados o pensamento liberal e os principais erros da época. As teses condenadas versam sobre o panteísmo, racionalismo, naturalismo, socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clérico-liberais. Também condena os erros sobre a Igreja e seus direitos. (FRÖHLICH, 1987, p.148).

No *Syllabus*, a questão central era da legitimidade do poder puramente laico sem o aval religioso, pois a humanidade, deixada aos próprios cuidados, sem o transcendente, se reduziria rapidamente ao nada. Na abertura do Concílio Vaticano I, em 1869, Pio XI não teve constrangimento em condenar a Revolução Francesa, como obra-prima da tática infernal. (KREUTZ, 2004, p.47).

[...] inicia-se, a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja. A infalibilidade caracteriza-se, portanto, como sinal de partida público, neste movimento disciplinador do clero e dos fiéis. Trata-se de conseguir, contra o Estado liberal e contra os últimos resquícios de regalismo em alguns países, entre eles, o Brasil, a autonomia da Instituição como um todo. (ROMANO, 1979, p.89).

O movimento desencadeado de revitalização da Igreja foi denominado de Restauração Católica. Por meio dele, foram renovados e ampliados os quadros internos, fomentando um novo surto vocacional e missionário.

Os conventos e seminários foram repovoados e se criou um grande número de congregações religiosas. A Igreja multiplicou as obras que visavam à recristianização especialmente mediante à caridade e o ensino. Tentou marcar presença mais forte pelas obras de caridade junto aos doentes e abandonados – hospitais de caridade, asilos, orfanatos – e por meio do ensino, abrindo colégios e opondo-se ao movimento de laicização. (KREUTZ, 2004, p.48).

Enquanto os Estados laicos se consolidavam com legislações próprias, os valores e direitos básicos do homem se afirmavam por meio de declarações, a Igreja Católica respondia com uma postura assistencialista e particularista.

Vicejaram colégios religiosos e organizações assistenciais sob inspiração católica. E, tendo perdido muito espaço para o pensamento liberal na Europa, a Igreja Católica se voltou com ênfase para outros continentes, onde obteve avanços apreciáveis. Em 1815, havia em torno de 200 missionários fora da Europa. Em 1900, seu número já era de 6.100, afora os educadores. (KREUTZ, 2004, p.48).

O movimento de Restauração Católica foi assumido pelo episcopado, pelo clero e pelas congregações religiosas, sendo que a Companhia de Jesus, enquanto ordem mais combativa e vinculada diretamente ao Papa, ganhou um destaque especial. Cabe destacar a sua atuação na Alemanha, pois foi de lá que, anos mais tarde, os jesuítas partiram para o sul do Brasil, instalando-se em São Leopoldo, onde exerceram enorme influência na condução dos rumos da Igreja do Sul do Brasil.

Os jesuítas tiveram dupla função no Movimento de Restauração Católica: inspiraram em grande parte os documentos oficiais, desde Pio IX e se fizeram muito presentes nas associações e organizações de restauração católica. O associativismo foi considerado pelos jesuítas como o possível dique para fazer frente à devastadora destruição do Liberalismo. (KREUTZ, 2004, p.48).

Os jesuítas animavam e orientavam o movimento de Restauração Católica juntamente com inúmeras congregações religiosas que se multiplicavam, especialmente femininas, nas quais as obras pias, a criação de sociedades e publicações em defesa da religião eram cada vez mais significativas.

Realizavam-se missões populares que, ostensivas em suas atividades, erguiam cruzes, distribuíam rosários, escapulários e imagens de santos, ameaçavam condenações e anunciavam grandes conversões. Pregavam de localidade em localidade, afirmando a soberania eclesiástica e a primazia do espiritual. As localidades rurais da região de Hunsrueck, majoritariamente católicas, eram alvo precioso para a Restauração Católica em vista das concepções românticas bem enraizadas e do recrutamento vocacional mais promissor. No meio urbano também se tomavam algumas iniciativas, embora mais tímidas, como, por exemplo, a criação dos Círculos Operários Católicos pelo bispo Ketteler (1811-1877). Mas a Igreja Católica tinha dificuldades de atuação no meio urbano. (KREUTZ, 2004, p.49).

Para fazer frente ao liberalismo do século XIX, a Igreja Católica buscou nos filósofos gregos Platão e Aristóteles conceitos e fundamentos para formulação de suas bases teóricas. A sua concepção de homem, mundo e sociedade foram retomadas por Santo Agostinho e Tomás de

Aquino. A mensagem cristã adaptou a visão cósmica, ética e política do dualismo grego. Essa concepção predominou no Ocidente até o século XVI, e, na Igreja Católica, durante quase todo o século XX.

A concepção greco-cristão admitia uma ordem objetiva criada por Deus que se realizaria numa harmônica ordenação das essências imutáveis. As essências se explicavam em Deus, desde a eternidade. Ele as teria pensado como formas exemplares de todos os seres existentes no tempo e no espaço. Além da origem, Deus também era considerado o fim último para onde se movia tudo quanto se movia, o ponto Ômega, onde tudo encontraria sua plenitude de ser. Deus era o ápice do edifício ontológico e o princípio unificador da ordem imutável das essências. Ele também era a providência que tudo sabia e a tudo provia segundo seus desígnios eternos. História dos homens e do mundo só se entenderia a partir dessa providência. (KREUTZ, 2004, p.50).

Nessa concepção, o ser humano se tornou o *rei da criação*, já que no mundo participava da vida divina, cabendo-lhe a missão de espelhar em seu espírito, na cultura, na sociedade e nas instituições a ordem ideal querida por Deus. A sociedade política deveria respeitar e traduzir essa ordem, harmonia e unidade das essências. A encarnação de Jesus Cristo, por meio de sua humanidade, faz a ligação céu-terra, e a Igreja, como representante de Cristo na terra, hierarquicamente constituída, tornou-se o critério de todo o pensar e agir. Nessa cosmovisão, o conceito de história para o ser humano é o de um tempo de provação provisória, cuja tarefa é a realização do reino de Deus.

Uma vez que o sentido fundamental do homem e do mundo se situava no espiritual e eterno, as coisas espaço-temporais careciam de maior sentido. E a história perdia importância. O tempo, junto ao mundo físico, era o lugar do erro, da cumplicidade e da dispersão. E facilmente arrastava o espírito para as ilusões. Era do ponto de vista de Deus que todas as coisas deviam ser encaradas, não havendo necessidade do conhecimento científico e experimental... Nesta concepção, não competia ao homem intervir na estrutura social, pois o erro estava na consciência individual que resistia à adequação, à ordem estabelecida. E a Igreja voltava-se para a salvação das almas, bastando reformar as consciências para que a justiça pudesse imperar sobre o mundo. (KREUTZ, 2004, p.51-52).

A Igreja Católica, baseada em sua visão dualista de mundo, fruto de suas raízes platônicas, tinha a percepção de que as verdades que proclamava eram eternas.

São exemplos as encíclicas papais, da *Quanta Cura* de Pio IX, em 1864, até a *Il Fermo Propósito* de Pio X, em dezembro de 1903. Esta última é especialmente ilustrativa, porque se retomam os ensinamentos básicos de Leão XIII, expostos na *Quod Apostolici Muneris*, de 28 de dezembro de 1878, referindo-se às bases da ordem social. Naquele momento, quando os valores democráticos já estavam bastante sedimentados nas nações pela cultura leiga, ainda então Pio X defendia a ordem hierárquica e harmônica entre os homens sob os argumentos de que:

(KREUTZ, 2004, p. 52)

I A Sociedade humana, tal qual Deus a estabeleceu, é formada de elementos desiguais, como desiguais são os membros do corpo humano e torná-los todos iguais é impossível: resultaria disto a destruição da sociedade humana.

II A igualdade dos diversos membros sociais consiste somente no fato de todos os homens terem a sua origem no Deus criador, foram resgatados por Jesus Cristo e devem, segundo a regra exata de seus méritos, ser julgados por Deus e por Ele recompensados ou punidos.

III Disto resulta que, segundo a ordem estabelecida por Deus, deve haver na sociedade príncipes e vassallos, patrões e proletários, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus, os quais, todos unidos por um laço comum de amor, se ajudam mutuamente para alcançarem o seu fim último no céu e o seu bem-estar moral e material na terra. (Pio X, in KREUTZ, 2004, p.52-53).

Foi a partir dessas bases filosófico-religiosas que a Igreja Católica procurou fundamentar seus princípios e construir os pressupostos de sua atuação no campo educacional e social. Por intermédio das congregações religiosas, exerceu forte influência através dos inúmeros educandários que, fiéis ao mandato do Mestre: *Ide e ensinai*, garantiam a qualidade de ensino e a conseqüente adesão aos seus princípios religiosos por parte dos alunos. No campo social, as instituições de atendimento aos pobres e doentes conferiram à Igreja uma supremacia filantrópica e o reconhecimento social pelas obras de caridade que exercia. Esses procedimentos tornaram a Igreja uma benemérita social e um potencial aliado do poder dominante, desencorajando qualquer tipo de reivindicação que pretendesse alterar o *status quo* social predominante.

Consolidando sua missão neste mundo, baseada nos princípios do Concílio de Trento e reafirmados sob o comando único de Roma e do Romano Pontífice, através do Concílio Vaticano I, a Igreja implantava o movimento de Restauração Católica. Através desse movimento, buscava fazer frente às inquietudes do novo contexto histórico decorrente do novo processo econômico, social e ideológico que começava a ser desenhado no Continente Europeu.

Na América Latina e, de modo especial, no Brasil, vivia-se o regime do Padroado. Este regime de cristandade predominou no Brasil durante quase 400 anos, ou seja, do descobrimento até a proclamação da República em 1889.

1.2 Restauração da Igreja Católica no Brasil

1.2.1 O Brasil do Padroado

Quando o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em 1500, estava em pleno vigor o direito do Padroado. Este direito remonta ao período da Idade Média, quando, sob a proteção do Papa, Portugal retoma sua independência do reino de Castela em 1385. Igreja e Estado agiam unidos, lutavam contra os mouros para manter o regime de cristandade e bani-los da península Ibérica.

Em 1312, no Concílio de Sienna, a Ordem dos Templários foi supressa, mas em Portugal continuou e em 1319, transformada em Ordem de Cristo Portuguesa, e foi concedido ao rei português o título de Grão-Mestre. Em 1481, foi novamente outorgado ao rei de Portugal e sucessores, pelo Papa Bonifácio IX, através da bula: "*Eximiae vestrae devotiones*", o título de Grão-Mestre desta Ordem, e com ela foi instituído o direito do Padroado, que dava ao rei português poderes jurisdicionais sobre a ordem e sobre assuntos eclesiásticos do país. (DA SILVA, 2003, p.55).

Na época, os interesses do Reino Português e os interesses da Igreja se complementavam. Enquanto Portugal ampliava seus domínios, por meio das navegações, para as Américas e Índias, a Igreja se beneficiava e abençoava o prolongamento do Reino Português Católico. Foi neste contexto do projeto colonizador lusitano que a Igreja foi implantada no Brasil. O nome dado ao novo território descoberto revela a união existente entre o trono e o altar: Terra de Santa Cruz.

Mediante o direito do Padroado, o rei de Portugal tornava-se o chefe efetivo da Igreja no Brasil. Cabia a ele a direção da obra missionária e a seleção de religiosos que dela deveriam se incumbir, bem como a construção de conventos, catedrais, igrejas e a nomeação de párocos e bispos. Competia à Coroa, também, o sustento do clero e das obras religiosas, em prol do privilégio real de receber os dízimos eclesiásticos. A ação missionária e catequética no período colonial foi realizada dentro da ótica colonialista, na qual cristianizar significava transplantar para o Brasil a cultura e o domínio lusitano. (DA SILVA, 2003, p.56).

Tanto a sujeição dos povos indígenas que aqui viviam como as escravizações dos povos africanos trazidos à força para a colônia ganhavam justificativas e eram pressupostos para a evangelização, para construir uma nova cristandade, mais por imposição do que por opção. Não é de estranhar que a concepção filosófico-teológica dominante nesse período concebia a terra como lugar de castigo ou lugar de desterro. As injustiças das estruturas socioeconômicas eram justificadas e diante das carências de bens se estimulava a conformidade com a vontade de Deus.

Paralelamente ao catolicismo imposto pela lei do Padroado, as camadas populares desenvolveram uma religiosidade popular baseada no devocionismo, destacando-se a devoção ao Senhor do Bom Fim, com estímulo à invocação dos santos e suas representações em imagens.

Devido à ênfase dada à mediação dos santos como caminho da salvação, multiplicaram-se pela colônia Brasil capelas e imagens, e generalizou-se a participação de procissões e romarias em louvor desses santos e santuários, bem como a integração em confrarias e irmandades a eles dedicadas. Pela falta de sacerdotes, este catolicismo percorreu caminhos próprios, desenvolveu-se como catolicismo autônomo, em que se confiava no Santo e dispensava-se o sacerdote. (DA SILVA, 2003. p.57).

Segundo Azzi (1978, p. 9-11), na história religiosa do Brasil, encontramos duas formas de catolicismo: o tradicional e o renovado. O tradicional é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar, enquanto o renovado é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental. Durante todo

o período colonial até a independência do Brasil, predominou o catolicismo tradicional. Apenas os jesuítas e alguns bispos tentaram introduzir o catolicismo de inspiração tridentina sem muito êxito.

Após a Independência do Brasil, em 1822, o relacionamento com a Cúria Romana continuou dentro dessa concepção, pois a lei do Padroado continuou em vigor através da Constituição do Império do Brasil. A religião católica continuava a ser a religião do Império. As atribuições de nomear Bispos e conceder ou negar beneplácito aos Decretos dos Concílios e Leis Apostólicas eram atribuições do Poder Executivo e, se continham disposição legal, deviam ter a aprovação da Assembléia.

Foi durante o período do Segundo Reinado, de 1840 a 1889, que a Cúria Romana iniciou um trabalho de rearticulação de suas atividades no Brasil, mediante a Reforma Católica. Segundo Azzi (1992, p. 29-38), a reforma católica foi o esforço de modernizar as estruturas da Igreja luso-brasileira para implantar no Brasil o modelo de Igreja inspirado no Concílio de Trento, com ênfase na autonomia em relação ao poder civil e no fortalecimento do poder clerical na esfera eclesiástica. Este modelo marginalizava o laicato que ainda permanecia sob a influência da ideologia liberal ou do regalismo monárquico. Era necessário apresentar a fé católica de uma maneira diferente, substituindo elementos considerados deficientes ou sem validade.

Em primeiro lugar era necessário, segundo a ótica episcopal, modificar a vida moral dos clérigos, conduzindo-os a observância mais estrita do celibato eclesiástico e ao mesmo tempo a aplicação mais expressiva às atividades especificamente religiosas. Em segundo lugar, era necessário reformar também a vida do povo, substituindo suas crenças devocionais, de cunho marcadamente familiar, por expressões religiosas de caráter mais clerical, com ênfase no aspecto sacramental, segundo o espírito tridentino. (AZZI, 1992, p.30).

Destacaram-se na implantação e consolidação do movimento reformador da Igreja, neste período, Dom Antônio Ferreira Viçoso, designado bispo de Mariana, em 1844, e Dom Antônio Joaquim de Melo, nomeado Bispo de São Paulo em 1851. Nos anos de 1870, Dom Macedo Costa, Bispo do Pará, e Dom Vital de Oliveira, Bispo de Pernambuco, marcaram presença significativa. Ao lado deles, muitas ordens religiosas merecem relevo: os lazaristas, os capuchinhos e os jesuítas. Estes últimos, expulsos na época pombalina, voltaram ao Brasil a partir do Segundo Reinado. As congregações femininas, como as Filhas da Caridade ou Vicentinas, e as irmãs da Congregação de São José de Chambery, por sua atuação, tanto na área educacional como no setor da saúde, deram um novo significado à atuação das religiosas no Brasil. Depois, outras congregações vieram reforçar os trabalhos apostólicos.

Ao lado das antigas ordens religiosas, que passavam por um processo de adequação, as novas congregações religiosas que começavam a se instalar no país tinham uma finalidade específica de atender à educação, à saúde e à assistência social.

É principalmente na área urbana que tais religiosos passam a atuar, encontrando apoio da burguesia rural e urbana emergente para a instalação de escolas, hospitais, asilos e outras obras assistenciais. Frequentados pelos filhos de famílias abastadas, os colégios passam a constituir a principal fonte de renda dessas congregações. Esses recursos são utilizados para sustentação dos religiosos, para a formação de novos membros e para dinamizar a expansão da obra no país. Os novos institutos religiosos constituem bases importantes na implantação da reforma católica. (AZZI, 1992. p.38).

O eixo principal da reforma católica é a fidelidade ao espírito do Concílio de Trento. Apesar das tensões e atritos com o governo imperial, a Santa Sé tinha como tese fundamental a colaboração íntima entre os dois poderes, com a necessária distinção das áreas de atuação. “Era mediante a utilização do próprio aparelho do Estado que os bispos queriam realizar a sua obra de regeneração moral da sociedade”. (AZZI, 1994, p.132).

No entanto, encontramos duas tendências no pensamento católico brasileiro: os tradicionalistas, que acentuavam a necessidade de a Igreja ser sustentáculo do Trono; e os ultramontanos, que pregavam fidelidade a Roma, assumindo a perspectiva antiliberal da Cúria Romana. Tanto uns como outros procuraram eliminar do ideário católico o forte conteúdo liberal que, logo mais, assumiria os destinos do país através da proclamação da República.

1.2.2 O Brasil da Primeira República: Separação da Igreja e Estado

A queda da monarquia, em 1889 e a conseqüente proclamação da República, provocaram várias mudanças na condução do Estado brasileiro e das relações com a Igreja Católica. O governo republicano “decretou a extinção do Padroado, com a separação entre Igreja e Estado, e excluiu a hierarquia eclesiástica de participar do poder político da nação”. (DA SILVA, 2003, p.64). Os bispos, por sua vez, em carta pastoral coletiva de 1890, declaravam que “o Império tinha ruído; a Igreja, porém, continuava firme, de pé, tendo como máxima expressão a autoridade pontifícia, na qual proclamavam fidelidade incondicional”. (AZZI, 1994, p.8).

Nos primórdios da República, muitos conflitos se estabeleceram. A Igreja afirmava a ilegitimidade do Estado Republicano de orientação laica. Era questionada a obrigatoriedade do casamento civil e do registro civil, a laicização dos cemitérios, a introdução do ensino leigo nas escolas, a liberdade de culto e consciência. Tudo isso abriu espaço para outros movimentos religiosos e acentuou certa oposição à República nascente. Aos poucos, esses conflitos foram sendo

assimilados. A Igreja não estava mais sob a tutela do Estado, o que permitiu uma relação mais estreita com o centro católico romano. Essa independência do Estado favoreceu que a concepção romana de Igreja fosse definitivamente implantada no Brasil. A partir de então, o princípio de respeito às autoridades constituídas e o apoio a muitas de suas ações tornaram-se a prática mais frequente.

Esse novo posicionamento da Igreja tem a haver com a convocação do Concílio Plenário Latino-mericano, pelo Papa Leão XIII, em 1899. Este Concílio deu o fio condutor para o processo de romanização ou restauração da Igreja comandada e centralizada em Roma. Através de Pastorais Coletivas, que davam orientação para a Igreja no Brasil, e da elaboração do Código de Direito Canônico, promulgado em 1915, para toda a Igreja Católica, a Santa Sé procurava consolidar e harmonizar todas as normas jurídicas anteriormente existentes.

O Concilio Plenário Latino-americano foi um instrumento poderoso de romanização, ao uniformizar toda a legislação eclesiástica da América Latina, pautando-a não mais pela tradição anterior, mas pelo modelo de Igreja, de exercício de autoridade e de relações entre o Papa e o episcopado saídos do ultramontanismo triunfante no Vaticano I. Inclusive a língua em que foram redigidos os decretos conciliares e os anexos passou a ser o latim, circunscrevendo o seu acesso e uso aos eclesiásticos, sempre e quando manejassem estes, com facilidade, o idioma latino. Esse Concilio foi preparado em Roma por um grupo de teólogos e canonistas da Cúria Romana ou recrutados nas universidades da própria urbe, mas nem um era latino-americano. Por isso mesmo os esquemas não resgatavam nada da rica tradição pastoral, conciliar e canônica latino-americana e partiam exclusivamente das encíclicas e documentos pontifícios dos últimos anos (Pio IX e Leão XIII) e, em particular, dos Concílios de Trento e, sobretudo, do Vaticano I, valendo-se inclusive dos esquemas preparados, mas não aprovados no Concílio. (BEOZZO, 1992, p. 121).

O processo de separação do Estado e Igreja permitiu que a Igreja se organizasse internamente para aplicar as Resoluções Pastorais Coletivas nas paróquias, capelas, escolas e associações. Enquanto isso acontecia com a Igreja, os avanços das idéias liberais, socialistas e anarquistas ganhavam consistência na sociedade e nas classes populares e formavam novas lideranças. Em 1917, em São Paulo, aconteceu a primeira greve geral no país. Sob inspiração da III Internacional, em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil, que terá enorme influência no meio operário nas décadas seguintes.

Estes acontecimentos fizeram com que, a partir de 1920, as oligarquias e a hierarquia católica promovessem uma reaproximação. O episcopado compreendeu ser esse o momento de reconquistar o espaço e dar um “novo rumo” para a vida da Igreja. Sob a liderança de D. Sebastião Leme, a hierarquia eclesiástica procurou prestigiar as autoridades constituídas, que, por sua vez, retribuía convidando os prelados para ocupar lugares de destaque ao lado das autoridades civis e militares em manifestações de caráter cívico. (DA SILVA, 2003, p.67).

Segundo Azzi, diante das novas forças sociais que começavam a ganhar consistência no cenário brasileiro, as classes dominantes e emergentes da burguesia nacional, que, no início da era republicana, julgaram poder dispensar a colaboração da Igreja mediante a proclamação da laicidade do Estado, perceberam a importância da religião. Esta passou a ser revalorizada quando as novas forças populares, resultantes do processo industrial, começaram a se organizar sob a inspiração dos ideais anarquistas e socialistas. Aos líderes da Velha República pareceu, então, indispensável contar com a colaboração da Instituição eclesiástica para moldar a consciência popular dentro dos padrões da ordem e do respeito às autoridades constituídas. (AZZI, 1994, p.8).

A manifestação simbólica dessa nova aliança entre Igreja e Estado acontece quando, em 29 de abril de 1922, ao lado do Presidente Epitácio Pessoa, desfila, em carro aberto pelas ruas do Rio de Janeiro, o Arcebispo Dom Sebastião Leme. Por sua vez, o Presidente autoriza por Decreto Presidencial, no mês de maio deste ano, a construção do Monumento ao Cristo Redentor, no alto do Corcovado, que será inaugurado em outubro de 1931, com a presença do presidente Getúlio Vargas, de autoridades civis, militares e eclesiásticas.

O fato acima descrito revela a nova postura política que foi adotada no relacionamento do Estado e da Igreja. Ela está de acordo com a política adotada pela Santa Sé e sua disposição de apoiar o regime autoritário de Mussolini como forma de contrapor-se ao ideário liberal laicista.

O exemplo do fascismo italiano encontrou eco favorável na Península Ibérica como o salazarismo em Portugal e, sobretudo, com o regime de Francisco Franco na Espanha. Empreendendo uma verdadeira “guerra santa” contra os comunistas, o general passou a emergir como um novo chefe cristão glorificado pela hierarquia católica de todo o mundo. Também no Brasil o ideal fascista esteve presente no movimento integralista de Plínio Salgado, que tanta simpatia despertou nas fileiras católicas. (AZZI, 1994, p.9).

A nova proposta de cristandade tinha dois princípios que deveriam ser incrementados: a idéia da sacralidade da pátria, obtida através da formação religiosa, e a valorização do conceito de autoridade, para tentar debelar as conquistas liberais e as novas idéias socialistas e comunistas que estavam surgindo.

Novos componentes surgiram no cenário brasileiro, favorecendo novas articulações, alianças econômicas, políticas e sociais, para enfrentar uma nova realidade. O desgaste da velha República era notório e uma nova fase começou a ser gestada na condução da nação. A Nova República emergia com Getúlio Vargas à sua frente. Por parte da Igreja, o cardeal Leme e os intelectuais do Centro Dom Vital lideravam o projeto da Neocristandade que seria implantado.

1.2.3 O Brasil da Segunda República: aliança entre Igreja e Estado

Para compreender a nova postura entre o Estado e a Igreja, ressaltamos que, durante a movimento de restauração, o comando da instituição Igreja contava com o combativo e dinâmico Pio IX, conhecido por suas posições antiliberais. A Igreja estava vinculada ao antigo regime, opunha-se à unificação italiana e à redução dos estados pontifícios. Esses fatos culminaram com a invasão de Roma pelos reis do Piemonte, em 1870. O Concílio Vaticano I foi suspenso após ter proclamado a infalibilidade do Pontífice. A partir de então, o Papa se considerava prisioneiro no Vaticano.

Nesse período, divulga-se a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, tendo como característica principal a idéia do desagravo. Os verdadeiros cristãos deveriam reunir-se junto à Eucaristia para reparar o Coração de Jesus das ofensas que estava recebendo dos hereges e dos maus cristãos e, especialmente no caso, dos propugnadores dos ideais liberais. (AZZI, 1994, p.22).

Com a assinatura do Tratado de Latrão, em 1929, a Igreja e o Estado italiano voltam a se entender, produzindo um novo período no processo de Restauração Católica. O comando da Igreja é do Papa Pio XI, que aposta na influência da Igreja na sociedade moderna. Agora, o importante é a soberania espiritual. Para firmar essa visão, é instituída a festa de Cristo Rei, como o Senhor dos destinos do mundo. A influência política passa a ser vista como instrumento oportuno para a transmissão da fé.

No Brasil, esse movimento começou a ser liderado pela hierarquia eclesiástica, a partir da metade do século XIX, e se aprofundou a partir da proclamação da República, com o fim da lei do Padroado e a conquista da liberdade na promoção de sua organização interna.

A realidade socioeconômica vigente é fundamental para entender o posicionamento político e a aliança ocorrida entre o Estado e a Igreja Católica. A progressiva urbanização do país permitiu o surgimento de uma nova burguesia comercial e industrial, cujos interesses começaram a se confrontar com a hegemonia histórica da aristocracia agrária. Porém, o poder político permanecia sob o controle dessas classes, alijando tanto a classe média como o proletariado.

Na década de 1920, surgiram alguns movimentos que tentaram mudar essa correlação de posições: (a) a fundação do Partido Comunista, em 1922, ampliou a influência das organizações socialistas e comunistas junto aos movimentos populares; (b) o nascente Movimento Tenentista representava as aspirações da classe média e do funcionalismo emergente, firmando-se como sustentáculo da insatisfação popular que vai desembocar no Movimento Revolucionário de 1930; e (c) o crescimento industrial que permitiu o fortalecimento da classe operária. Esse conjunto de

fatores somados à perda da hegemonia dos cafeicultores paulistas, à insatisfação popular crescente e às novas alianças estaduais, além da conjuntura internacional provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, favoreceram a vitória da Revolução de 1930. A tomada do poder central por Getúlio Vargas e de seus aliados representou o fim da Velha República e o início da chamada Nova República. Enquanto isso, as camadas populares começam a se articular.

Em 1935, ex-tenentes reformistas, liberais alijados da esfera governamental, socialistas, comunistas e líderes sindicais criam a Aliança Nacional Libertadora, com objetivos declaradamente democráticos, nacionalistas e reformistas. Por outro lado, essa ascensão progressiva das forças populares provocou o enrijecimento dos grupos mais autoritários. Surgiu, assim, em 1937, o Estado Novo, regido por uma Constituição de inspiração fascista. Implantou-se no país a ditadura. (AZZI, 1994, p.17).

O período Vargas, de 1930 a 1945, introduz significativas mudanças no desenvolvimento do país. A estrutura rural latifundiária é mantida, favorecendo as oligarquias agroexportadoras pela ausência de regulamentação do trabalho no campo. Surge um forte aumento das atividades industriais de caráter nacionalista com o controle do movimento operário, através de uma legislação trabalhista de cunho paternalista, vinculando a ação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. São sancionadas “em proveito do proletariado as famosas leis sociais trabalhistas, os Institutos de Pensões e Aposentadorias, a Lei de Férias, a estabilidade, a dispensa com indenização e outras mais”. (BASBAUM, 1991, p.156). Para organizar e atender às demandas populares nos campos da Educação e Saúde, é criado um Ministério próprio. Para muitos analistas, Vargas foi: *O pai dos trabalhadores e a mãe da burguesia*.

Getúlio Vargas, transformou-se em “pai dos pobres”, “amigo do proletariado”, partidário de uma legislação social que protegesse os operários contra o arbítrio dos patrões, não por sentimentalismo, não por espírito socialista, mas simplesmente porque precisava de um apoio para governar e, isolado das chamadas classes conservadoras, e das Forças Armadas que o consideravam com desconfiança – só o povo o poderia manter no poder. (BASBAUM, 1991, p.164).

A importância do governo Vargas na história do país é explicada pelo seu carisma pessoal, pelo amplo apoio que teve da burguesia agrária e industrial, pelo seu caráter nacionalista e autoritário, pelo acordo com as Forças Armadas, pelas leis sociais e trabalhistas junto aos operários e pela aliança feita com a Igreja Católica que teve atendidas suas demandas históricas.

Segundo Azzi (1994, p.18), enquanto “crescem nas camadas populares a consciência de seus direitos e a decisão de luta por reformas socioeconômicas nas estruturas no país” [...], “a preocupação dominante da Igreja, no Brasil, até os anos de 1950, era manter sob controle os

movimentos populares, denunciando o seu caráter revolucionário e ateu”, e isso em troca dos benefícios que lhe foram concedidos.

O movimento de Restauração Católica no Brasil é um programa de ação elaborado e conduzido pela hierarquia eclesiástica. À sua frente, durante as décadas de 1920 e 1930, destaca-se Dom Sebastião Leme, arcebispo e cardeal do Rio de Janeiro. Ao seu lado, merecem destaque os arcebispos de Belo Horizonte, Dom Antonio Cabral; de Porto Alegre, Dom João Becker; e de Cuiabá, Dom Aquino Correia. Numa segunda etapa, Dom Jaime de Barros Câmara sucede Dom Leme no Rio de Janeiro; Dom Vicente Scherer ocupa o lugar de Dom Becker, em Porto Alegre; Dom José Gaspar de Afonseca e Silva tem um marcante governo em São Paulo.

Para implantar esse movimento, os bispos contaram com a colaboração de institutos masculinos e femininos espalhados pelo país.

Com uma ampla rede de influência através dos colégios, das paróquias, das associações e da imprensa, os religiosos oferecem uma sólida base para que a Restauração Católica se transforme numa realidade efetiva. Também lideranças leigas vinculadas a movimentos e associações religiosas, deram uma contribuição efetiva para o fortalecimento da nova mentalidade eclesiástica. (AZZI, 1994. p.24).

A fundação do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, por Dom Sebastião Leme, visava reunir a intelectualidade católica na luta por maior influência da Igreja nas diretrizes políticas e sociais do país, visando sempre à salvaguarda dos interesses eclesiásticos. Fizeram parte desse Centro figuras expressivas do pensamento brasileiro, como Jakson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca, entre outras.

Devemos olhar a implantação do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul, com suas peculiaridades próprias, tendo presente o cenário nacional e internacional acima descrito.

1.3 Restauração da Igreja Católica no Rio Grande do Sul

1.3.1 Criação da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul (1848)

A história oficial da Igreja, no Rio Grande do Sul traz em seu seio a marca do Padroado Português. A experiência missioneira dos Sete Povos, por pertencer à Espanha, não teve prosseguimento.

Pela lei do Padroado, o rei lusitano era o chefe civil e religioso em seus territórios. Cabia à autoridade romana confirmar ou não as escolhas que eram feitas para o episcopado e demais funções eclesiásticas. A definição de criar dioceses e outras circunscrições eclesiásticas dependia do rei de Portugal.

Isso fez com que o catolicismo na Terra de Santa Cruz se desenvolvesse com características próprias, bem distintas das igrejas européias, fortemente influenciadas pelo Concílio de Trento, onde eram enfatizadas a prática sacramental e a supervalorização do clero, em boa parte como decorrência da necessidade de se responder, no Velho Continente, ao desafio provocado pela Reforma Protestante, que de modo geral, refutou a hierarquia eclesiástica e criou novas concepções sobre os sacramentos. (MOESCH, 2007, p.6).

No período do Brasil Colônia até a sua independência, em 1822, foram criadas apenas a Arquidiocese de São Salvador, na Bahia, e mais seis dioceses em todo o território brasileiro. No entanto, o regime do Padroado permitiu o desenvolvimento de uma religiosidade popular muito significativa, através de irmandades religiosas, confrarias e ordens terceiras. Como eram movimentos leigos, não dependiam da máquina burocrática da Coroa Portuguesa, nem de algum padre ou religioso para exercerem as suas funções. Merecem destaque a Ordem Terceira do Carmo, a Ordem Terceira Franciscana e a Irmandade do Rosário ligada aos escravos. Estes movimentos organizavam rezas, promoviam festas religiosas e procissões, difundiam a devoção aos santos de sua preferência e, em sua honra, construíam capelas e oratórios.

Um fato que auxiliou a pretensão portuguesa de estender seus domínios além do sul de Laguna foi a criação da diocese do Rio de Janeiro, em 1676, quando o Papa Inocêncio XI, a pedido do governo português, estendeu a jurisdição de seu bispo até o Rio do Prata. Esse acontecimento reforçou a decisão de criar a Colônia de Sacramento e justificou o avanço na ocupação das terras que eram de domínio espanhol pelo tratado de Tordesilhas. Por ocasião da fundação do Forte de Jesus, Maria e José, na barra do Rio Grande do Sul, foi rezada a primeira missa pelo capelão Pe. Jerônimo Ferreira, no dia 2 de março de 1737, que acompanhava a expedição do brigadeiro José da Silva Paes. Estava surgindo a primeira paróquia no Rio Grande do Sul.

A criação da paróquia se deu bem ao estilo do Padroado: antes mesmo dos portugueses estabelecerem o forte, mas prevendo a expedição, o bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antônio de Guadalupe, assinou a provisão da nova paróquia em seis de agosto de 1736, tendo como padroeira Santa Ana, contudo, isto ficou no plano da teoria, pois a efetivação somente ocorreu em 28 de abril de 1738, com a chegada do primeiro pároco, Pe. José Carlos da Silva, alterando a invocação para Jesus, Maria e José (do Rio Grande de São Pedro). Rio Grande foi a única paróquia entre Laguna e Colônia do Sacramento até 1747. (MOESCH, 2007, p. 10).

Dez anos depois, surgiu a segunda paróquia, quando, em 1747, o bispo da nova diocese de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, erigiu a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, destacando-a de Laguna. Poucos anos depois começava a imigração açoriana, alterando em vários aspectos o quadro sul-riograndense.

Os casais açorianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, a partir de 1750, formaram vários povoados ao longo da Lagoa dos Patos. Os açorianos possuíam uma religiosidade festiva e devocional, marcada pela ausência de sacerdotes, que priorizava a simbologia. É deles que herdamos a Procissão de Nosso Senhor dos Passos, as devoções a São Miguel e a Nossa Senhora dos Navegantes. Vale destacar a festa do Divino Espírito Santo, que perdura até os nossos dias, com a bandeira do divino que é levada de casa em casa acompanhada de muitos cantos.

Quando aconteceu a independência do Brasil, em 1822, a anterior Capitania tornou-se Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e possuía como organização

[...] uma Vigaria Geral, seis comarcas eclesiásticas (Rio Grande, Rio Pardo, Vacaria, Piratini, Cachoeira e Missões), 25 paróquias e cinco curatos, entretanto, continuava a depender da diocese do Rio de Janeiro [...] Na separação de Portugal, o imperador Dom Pedro conseguiu, junto à Santa Sé, manter o direito do Padroado e, durante o seu reinado, aceitou apenas a criação das dioceses de Goiás e Cuiabá. (MOESCH, 2007, p.13).

Após o término da Revolução Farroupilha, que aconteceu de 1835 a 1845, junto com a comitiva de Dom Pedro II e da imperatriz Dona Teresa Cristina, veio à Província, em visita pastoral, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo. Aqui chegando, perceberam a precariedade da Igreja Católica, agravada pelos conflitos decorrentes da Revolução Farroupilha. Diante dessa situação, decidiram encaminhar a criação de uma diocese no extremo sul do Brasil. O Senado do Império, em agosto de 1847, aprovou um bispado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro passo para a criação do novo bispado e da formalização do processo junto à Santa Sé.

Em 7 de maio de 1848, pela Bula “Ad Dominicas Oves Pascendas” o Papa Pio IX erigiu a diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, desmembrando da Diocese do Rio de Janeiro. Ela se tornou sufragânea da Arquidiocese de São Salvador, da Bahia, até o dia 27 de abril de 1892, quando a diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro foi elevada à categoria de arquidiocese, tendo a do Rio Grande do Sul como sufragânea. O primeiro Bispo, Dom Feliciano José Rodrigues, tomou posse em 3 de julho de 1853, aos 72 anos de idade, falecendo em 27 de maio de 1858. (BOHN, 2007, p.1).

A criação da diocese e a posse de D. Feliciano, que governou a diocese de 1853 a 1858, trazem uma nova fisionomia para a igreja da Província. As preocupações que acompanharam Dom Feliciano ao assumir a diocese se referiam à organização do bispado, à delimitação das paróquias e

comarcas e à fundação de cemitérios. Para isso, dependia do governo Provincial, já que estava em vigor a lei do Padroado. Mas o que mais o desafiou foi em relação ao clero, que era o mesmo que havia se dividido e envolvido na Revolução Farroupilha. Era necessário discipliná-lo para obter a moralidade dos costumes.

O segundo bispo de Porto Alegre foi D. Sebastião Dias Laranjeira, assumiu a diocese de 1861 a 1888. Formado no espírito do ultramontanismo, foi sagrado em Roma por Pio IX. Deu continuidade na renovação do atendimento pastoral para recristianizar a sociedade, acentuando a vida sacramental, para que não ficasse em segundo plano. D. Sebastião não aceitava a intromissão do governo e deputados na vida da Igreja, inclusive tomou posição firme em favor dos bispos de Olinda e do Maranhão quando foram presos no episódio da *Questão Religiosa*.

As atividades de D. Sebastião continuaram com o seu sucessor D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, natural da Bahia, formado em Roma e que já fora por nove anos Bispo de Goiás. Assumiu em 1890, ficando à testa da diocese até 1910. Promoveu a Associação Dom Sebastião, em 1891, como protetora das vocações eclesiais, para ajudar na manutenção de um seminário no Estado. Intensificou as exortações ao clero para observar as diretrizes da Santa Sé, a fim de reconduzir as práticas religiosas no Rio Grande do Sul. Foi a pedido de D. Cláudio que inúmeras Congregações e Ordens Religiosas católicas europeias passaram a trabalhar na Província do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Vinda de imigrantes e congregações religiosas européias

A vinda de imigrantes europeus para o sul do Brasil decorre em grande parte, do contexto vivido na Europa fomentado pelo avanço do modo de produção capitalista em curso.

O processo migratório europeu foi decorrente de uma política internacional de expulsão da mão-de-obra excedente que, paralelamente, solucionava o seu problema e se inseria no programa de colonização do sul do Brasil, onde a mão-de-obra européia era desejada pela política de Terras e Colonização do Império. A vinda dos europeus para o sul do país e a política apregoada pela Província, na ocupação das terras devolutas do Estado, levaram a que esse fenômeno migratório fosse bem sucedido, apesar das sérias dificuldades encontradas. (FORMOLO, 1998, p.25).

Frente aos conflitos existentes com a Espanha, para a ocupação das terras no Sul do Brasil, a Coroa portuguesa procurou assegurar a posse, primeiramente com a vinda de inúmeros casais de açorianos e habitantes das ilhas de Cabo Verde. Por sua vez, o Império Brasileiro, através de sua política de ocupação e manutenção do território, de substituição da mão de obra escrava e de branqueamento da população brasileira, propiciou a vinda, de trabalhadores europeus. Essa política

do Império priorizava a agricultura em pequenas glebas e atividades manufatureiras para se contrapor às enormes estâncias que caracterizavam a Província do Rio Grande do Sul.

Segundo Barbosa Lessa, desde os tempos de D. João VI e as recomendações de José Bonifácio, até as Cortes de Lisboa, o problema agrário levava à alternativa de se importarem agricultores livres para substituição do braço escravo. Faltava um impulso final. Ele aconteceu com a Imperatriz D. Leopoldina, de origem austríaca, que apoiou com muito interesse a vinda dos alemães para a região dos vales da Província de São Pedro.

Esta tarefa coube ao Major Jorge Antônio Schaeffer, recrutar nos principados germânicos, os aldeões e camponeses que quisessem aventurar deste lado do Atlântico. Em princípio, o Governo Imperial Brasileiro lhes oferecia gratuidade no transporte, doação de uma pequena área rural, ferramentas agrícolas, alguma ajuda financeira para os primeiros anos, assistência médica, etc. (LESSA, 2000. p.177).

Para atrair os alemães, o Major propunha que teriam nacionalidade brasileira e que não teriam conflitos religiosos, pois o Brasil estava aberto a todas as raças e credos, sem restrições à profissão de fé.

A primeira leva de imigrantes, composta de trinta e oito pessoas, foi recepcionada no Rio de Janeiro pela própria Imperatriz e por Dom Pedro I. Não menos festiva foi a chegada em Porto Alegre, com honras prestadas pelo Presidente Fernando Ribeiro. Como área a ser ocupada pela migração alemã, foi escolhido um dos vazios do mapa da Província, exatamente aquele mais próximo a Porto Alegre: o fértil vale desde a cabeceira do rio dos Sinos até a fronteira do rio Caí. (LESSA, 2000. p.177).

Assim, no dia 25 de julho de 1824, chegavam ao seu destino os primeiros imigrantes alemães. Depois disso, muitos outros grupos cheios de esperança chegavam à Província de São Pedro.

O processo de vinda de imigrantes europeus foi interrompido com a Revolução Farroupilha que, por dez anos, de 1835 a 1845, movimentou a Província. Esse acontecimento fortaleceu de maneira singular a alma do gaúcho diante do poder central. Após a pacificação, a vinda do próprio Imperador Dom Pedro II, a criação da diocese e a organização da Província permitiram que outros grupos de imigrantes europeus continuassem a chegar para ocupar os vazios populacionais do território riograndense.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul iniciou aproximadamente no ano de 1875 e se estendeu até 1914, quando o governador Borges de Medeiros resolveu suspender a imigração, interrompendo a ajuda econômica aos imigrantes. Desta forma, 1914, foi o marco do término da imigração italiana subsidiada no Estado. (FORMOLO, 1998. p. 27).

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram à Serra Gaúcha, em 20 de maio de 1875, foram encaminhados para Nova Milano, ocupando a primeira légua dos Fundos de Nova Palmira. A partir de então, novos contingentes de imigrantes vênnetos, lombardos e tirolezes chegaram nas “novas terras” que haviam sido demarcadas pelo projeto de colonização do Império. (FORMOLO, 1998, p.29).

O programa nacional de colonização organizou três frentes de ocupação de terras no vazio populacional da serra gaúcha: os Complexos Coloniais de Caxias (Caxias do Sul), Conde D’Eu (Garibaldi) e Dona Izabel (Bento Gonçalves).

É importante ter presente que os imigrantes que vieram do norte da Itália e deram origem a Caxias do Sul traziam consigo sua cultura, sua história, seus costumes, sua brigas políticas e também sua religiosidade. A maioria deles professava a fé católica e vários padres acompanharam os imigrantes e só posteriormente vieram muitas congregações religiosas.

A vinda dos imigrantes europeus começou a dar uma nova fisionomia à Província do Rio Grande. Por outro lado, a Igreja Católica, a partir de 1860, começava a se integrar no processo do Movimento de Restauração Católica impulsionado por Pio IX. Quando, em 1890, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão assume a diocese de Porto Alegre, ele procura dar continuidade e aprofundar as iniciativas de seu antecessor, tentando neutralizar as influências positivistas e liberais predominantes na Província que impediam o avanço do projeto de Restauração Católica.

Segundo Kreutz, tiveram peso os seguintes fatores para que esse processo adquirisse as proporções que tomaram:

- a) A presença de imigrantes alemães, italianos e poloneses, o que motivou as ordens religiosas dos respectivos países a assistirem seus imigrados.
- b) Concomitante, os problemas entre Igreja e Estado na Alemanha, Itália e França (Kulturkampf, perda dos estados pontifícios, galicanismo) levou muitas congregações a procurarem outros países com maior garantia e melhores condições de trabalho. Em consequência e a pedido do bispo local, inúmeras congregações européias começaram a trabalhar na Província.
- c) A expulsão dos jesuítas da Alemanha pela questão do Kulturkampf com Bismarck e a transferência de um número elevado dos mesmos para o sul do Brasil tiveram um peso especial: vieram religiosos dos mais preparados e o bispo confiou-lhes o Projeto Católico junto à colonização teuto-católica no Estado, em que demonstraram destacada atuação, como veremos a seguir. (KREUTZ, 2004, p. 07)

De fato, a pedido de Dom Cláudio, começaram a chegar na Província inúmeras congregações religiosas de origem européia.

De 1870 a 1904, chegaram ao Rio Grande do Sul, respectivamente, as seguintes ordens e congregações européias:

- Jesuítas: em 1848, vieram dois, em 1858, mais dois. O afluxo maior veio a partir de 1872. Até 1885, já havia 78 jesuítas com 13 residências e, em 1900, já somavam 100 padres. Posteriormente, o afluxo de membros dessa ordem religiosa continuou intenso (KG, 1936, p.62);
- Irmãs do Imaculado Coração de Maria: em 1856;
- Franciscanos da Caridade: em 1872;
- Palotinos alemães: em 1886;
- Capuchinhos franceses: em 1896;
- Irmãs de São José de Moutiers: em 1898;
- Maristas franceses: em 1900;
- Irmãs de Santa Catarina: em 1900;
- Salesianos italianos: em 1901;
- Lassalistas franceses: em 1907;
- Padres diocesanos, mais de uma centena, de 1890 a 1904. (KREUTZ, 2004, p. 107-108).

Essas congregações, masculinas e femininas, vindas no período e em função do Projeto Regional de Restauração Católica, voltaram suas atividades principalmente para o meio rural e pequenas cidades abrindo casas de formação para seus quadros. A partir de 1920, a colonização alemã e italiana já era considerada um verdadeiro celeiro de vocações sacerdotais e religiosas.

Os padres e religiosos que vieram para a região de imigração no Rio Grande do Sul estavam marcados pelas lutas entre Estado e Igreja em seus países de origem. Defendiam a organização social, econômica e política ao estilo do tempo da supremacia da Igreja nos países europeus de origem. Tratava-se de implantar aqui o que se perdera lá, porém restringindo-se às colônias de imigração européia. A maioria dos imigrantes alemães e italianos eram oriundos dos meios agrários e tinham uma visão sacralizada do mundo.

Para eles, o fator religioso era muito mais relevante do que para os indivíduos de ambiente urbano secularizado das regiões de indústria. Constata-se, na colonização sulina, a importância assumida pela religião como fator de identificação cultural dentro de uma nova situação de vida. Provindos de regiões e de camadas rurais pobres, os imigrantes conservaram e reconstruíram muito de seu mundo pátrio em redor de paróquias e escolas étnicas. (KREUTZ, 2004, p.109).

A presença dos jesuítas foi um fator decisivo para de implantação do Projeto de Restauração Católica Regional, pois foi a eles que o Bispo confiou a criação de seminários e a formação dos futuros padres de origem local, que seriam os propagadores de uma visão de Igreja romanizada. A região de campanha e os núcleos mais antigos do Estado estavam marcados por outra lógica, a do formalismo religioso e do positivismo, construído ao longo das relações que se estabeleceram no período do Padroado. Segundo o padre jesuíta Arthur Rabuske, registrado nos *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã do RS*, constata que

[...] a presença dos jesuítas foi fundamental, pois, segundo a inspiração dos mesmos, dever-se-ia integrar a vida social, cultural e econômica num projeto de restauração católica,

colocado tudo sob a primazia do espiritual. Além das paróquias a funcionar de modo mais eficiente, deveriam surgir também sindicatos, organizações patronais, hospitais, cooperativas, jornais, caixas rurais, comissões colonizadoras, partido político católico e, principalmente, professores paroquiais e escolas. (KREUTZ, 2004, p.109).

Os jesuítas, em seu Projeto de Restauração Católica, junto aos imigrantes tinham três linhas de ação:

- a) na acentuada difusão da imprensa;
- b) no associativismo, isto é, numa ampla rede de organizações e associações religiosas e culturais, de Assembléias Gerais e Regionais de Católicos, da criação de órgãos de assistência para integrar a vida sociocultural e econômica sob o prisma religioso;
- c) na escola e no professor paroquial.

Por esses meios, obtiveram toda uma reafirmação e desenvolvimento da prática religiosa e sacramental. Envolviam todos os membros das famílias com diversos tipos de categorias de associações religiosas e laicas, de encontros e reuniões, de modo tal que em cada família houvesse continuamente, pela alternância dos membros, um apelo à vivência e à prática religiosa. (KREUTZ, 2004, p. 110-111).

As inúmeras congregações masculinas e femininas que aqui se instalaram, de certo modo respeitando as suas características próprias, seguiram o modelo do projeto proposto pelos jesuítas, adaptando-o às peculiaridades de cada lugar. Essa experiência junto aos imigrantes europeus permitiu que o modelo de Igreja desenvolvido no sul do Brasil fosse bastante diferente daquele que foi implantado nas demais regiões do país.

Enquanto na Europa a Igreja “perdia” a massa operária e confrontava-se, por diversos motivos, com diversos governos; enquanto o capitalismo crescente abalava estruturas arcaicas e milhões de camponeses deixavam o campo em busca de trabalho nas indústrias; enquanto o liberalismo laico se expandia e a massa operária deixava uma religião de cunho agrário, no Rio Grande do Sul, os colonos imigrantes reconstruíram sua cultura sob o modelo da pátria de origem e sob a primazia do espiritual. (KREUTZ, 2004, p.109).

A partir do modelo proposto:

Criou-se um clima de cristandade, onde a participação maciça dos fiéis, nas cerimônias da vida religiosa, a frequência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católica faziam recordar os períodos áureos da igreja medieval. Num clima como este os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a tornar-se valores sociais, ou melhor, estes se legitimam através dos valores e normas sagradas. E para a consolidação e manutenção destas estruturas montou-se todo um esquema que ia desde a capela e paróquia até as escolas religiosas, o jornal católico, as missões populares, as aulas de catecismo e a severa vigilância exercida pelo confessionário. (BONI, 1980, p. 242).

O rápido desenvolvimento populacional, econômico e religioso da colonização italiana na serra gaúcha permitiu que, depois de poucas décadas da chegada dos primeiros imigrantes, a criação de uma nova diocese pudesse ser um sonho acalentado.

1.3.3 Criação da Diocese de Caxias do Sul (1934)

Quando a Igreja Católica ficou livre da lei do Padroado, teve a oportunidade de aperfeiçoar a sua organização interna e sua expansão, tanto em nível de Brasil como da Província do Rio Grande do Sul.

Motivada para implantar o movimento de Restauração Católica no Sul do Brasil, em 15 de agosto de 1910, pela Bula *Praedecessorum Nostrorum*, do Papa Pio X, a diocese de Porto Alegre foi elevada à categoria de Arquidiocese e dividida em quatro circunscrições eclesiásticas, sendo criadas as dioceses de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.

De 1912 até 1946, a Arquidiocese de Porto Alegre foi governada por Dom João Batista Becker. Nascido no Brasil, Dom Becker era descendente das primeiras famílias de alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul. Sua marcante atuação na condução da Arquidiocese merece destaque, pois, além de sua capacidade pessoal, foi neste período que surgiu a Diocese de Caxias do Sul e que ocorreram os principais fatos que marcaram a vida da Igreja no cenário nacional quando surgiu a chamada Nova República do Brasil.

Dom Becker foi formado pelos jesuítas de São Leopoldo e trazia dentro de si o projeto do movimento de Restauração Católica. Acreditava, como muitos bispos do país, que era o momento de superar o espírito laicista das primeiras décadas republicanas. Julgava que um dos meios mais eficazes para exercer sua ação pastoral era contar com o auxílio dos poderes públicos. Os poderes temporal e espiritual deviam manter uma mútua colaboração.

A carta pastoral de Dom Becker, de 25 de janeiro de 1931, é muito significativa, pois retrata o pensamento das lideranças hierárquicas da Igreja Católica nesta época.

Estamos às vésperas da organização de uma nova Constituição federal, que deverá reger os destinos da nação para o futuro. O pacto fundamental de 24 de fevereiro de 1891 será sujeito a uma reforma visceral, de acordo com a finalidade da revolução e os ditames da consciência nacional.

E, mais adiante, prossegue:

A Constituição do Império, que tomava em consideração as tradições e a índole religiosa da nação, foi substituída, no regime republicano, por um estatuto básico, completamente leigo

e divorciado do passado da nação. Não se pode duvidar de que a lei fundamental de uma nação, através de sua organização, influa poderosamente sobre os costumes e hábitos dos cidadãos. Ora dizem documentos oficiais e a imprensa quotidiana que é necessário reformas pragmáticas e instituições que reduziram o país a um estado deplorável sob vários aspectos. Portanto, com razão se admite que os males atuais da nação tenham suas raízes e sua origem principal na constituição imperfeita e atéia da República.

E em outro tópico desse mesmo documento, que traz o significativo título de *Cristo e a República*, o prelado do Rio Grande do Sul declara enfaticamente:

Como no coração do país, no cimo do Corcovado, a imagem alterosa de Cristo, assim no centro da nova República, que é a Constituição, deverão erguer-se as tábuas da lei de Deus. Justifica-se, portanto, o título que pusemos ao presente trabalho. (AZZI, 1994. p. 41).

A união entre Igreja e Estado vai se consolidando ao longo do governo de Getúlio Vargas. Esta união significava que estavam dispostos a combater os inimigos comuns, sendo que o socialismo se apresentava como o mais ameaçador por suas reivindicações de profundas alterações na estrutura social. (AZZI, 1994. p. 43).

A liderança de Dom João Becker marcou a presença da Igreja no Rio Grande do Sul por ser amigo de Getúlio Vargas e por ser um dos mais entusiastas propulsores, junto com o Cardeal Leme, da implantação do movimento de Restauração Católica. Exerceu o seu mandato com convicção e foi decisivo na indicação do primeiro bispo de Caxias do Sul, Dom José Barea. A continuidade do trabalho de Dom João Becker, em Porto Alegre, se manteve quando Dom Vicente Scherer o sucedeu no comando da Arquidiocese, exercendo o mandato durante o período de 1946 a 1981.

Dom José Barea era filho de imigrantes italianos, nasceu em Nova Treviso, então município de Antônio Prado. Fez seus estudos no Seminário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, recebendo uma sólida formação dos padres jesuítas. Foi ordenado sacerdote em São Leopoldo, no ano de 1918. Durante nove anos foi secretário particular de Dom João Becker. Em 1928, foi nomeado Reitor da Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, ali permanecendo até sua nomeação para bispo de Caxias do Sul. Iniciou seu ministério episcopal no dia 11 de fevereiro de 1936, exercendo-o até a data de seu falecimento, em 19 de novembro de 1951. (GUIA PASTORAL, 2008. p. 8).

Tanto a região de colonização alemã como a italiana, com exceção do complexo colonial de Silveira Martins, estavam sob a jurisdição da Arquidiocese de Porto Alegre que, desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus, os acompanhava no atendimento religioso.

O rápido crescimento da Colônia de Caxias exigiu que, nove anos depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos, fosse criada a Paróquia Santa Teresa D'Avila de Caxias, a 26 de

abril de 1884, por Lei da Assembléia Provincial, pelo então direito do Padroado. Mas só podia entrar em vigor com a aprovação do Bispo da Diocese de Porto Alegre, Dom Sebastião Dias Laranjeira. O Bispo aprovou-a e a erigiu canonicamente como Paróquia no dia 20 de maio de 1884, nomeando o seu primeiro pároco, o Pe. Augusto Finotti. (BRANDALISE, 1985, p.15).

Na Colônia de Caxias, muitas brigas ocorreram entre os católicos e a maçonaria. “Notabilizou-se o paróquiato do Pe. Nozadini (1896-1898), pelas lutas que manteve com os carbonários-maçons, partidários da usurpação do Estado Pontifício pelo governo italiano”. (BRANDALISE, 1985, p.31). Na verdade, o que aqui aconteceu, durante muitos anos, foi a repetição dos conflitos trazidos da Itália pelos imigrantes.

Austriacos e italianos, católicos e maçons, reeditam na Região Colonial Italiana os velhos enfrentamentos ocorridos no Norte da Itália. Os conflitos registrados até o final da Primeira Guerra parecem ser resolvidos com o advento do fascismo italiano. A reconciliação entre o Estado e a Igreja pelo tratado de Latrão, determinou a reconciliação entre “maçons” e “católicos” regionais. (GIRON, 1994, p.48).

De 1884 a 1911, a Paróquia de Santa Teresa de Caxias contou com a presença de doze Vigários, sendo que o décimo terceiro foi o Pe. João Meneguzzi, nascido em Caxias do Sul, em 1883. Estudou com os jesuítas, foi ordenado sacerdote em 1908 e veio a falecer em 1965. Dirigiu a Paróquia por 32 anos, de 1911 a 1943, sendo um dos principais protagonistas pró-diocese de Caxias do Sul.

O município de Caxias do Sul apresentava um grande desenvolvimento social, econômico e populacional, distinguindo-se dos demais municípios da colonização italiana, como podemos observar no recenseamento paroquial de 1912:

Durante o ano de 1912, foi ultimado o recenseamento paroquial, obtendo-se o seguinte resultado:

Famílias na Colônia	955
Almas na Colônia	6.638
Famílias na cidade	585
Almas na cidade	3.742
Total das famílias	1.540
Total das almas	10.380
Casamentos	99
Batizados	526
Óbitos	114

(BRANDALISE, 1985, p.37).

Foi durante o vicariato do Padre João Meneguzzi que iniciaram as tratativas para a criação de uma nova diocese. A gestação da Diocese de Caxias do Sul começou em 1923, através do empenho de muitas lideranças religiosas e leigas, comandadas pelo vigário. A idéia da criação de um bispado surgiu quando o Padre Meneguzzi

[...] em outubro de 1923, conversou com o vizinho vigário de São Marcos, Padre Henrique Compagnoni, que escreveu ao Núncio Apostólico perguntando como se devia proceder. Pelos tramites, foi a resposta, ou seja, através do arcebispo. Contatou com o cura da Sé porto-alegrense, Côn. João Maria Balem, filho de friulanos, e envolveu o prefeito Celeste Gobatto, que fez o pedido a Santa Sé, por relatório minucioso, em novembro de 1924. (PINZETTA, 2007,p.31).

O prefeito Celeste Gobatto, agrônomo italiano, que havia vindo ao Brasil para dar cooperação técnica aos descendentes dos italianos, foi eleito para governar Caxias do Sul, no período de 1924-1928. (FORMOLO, 1998, p.39). Ele se tornou um aliado do Padre Meneguzzi para concretizar a idéia da formação de uma diocese que tivesse a configuração geográfica da colonização italiana na Serra Gaúcha.

Nessa época, a jurisdição eclesiástica da região colonial italiana pertencia à Arquidiocese de Porto Alegre, sendo seu titular Dom João Becker. O Pe. Álvaro Pinzetta assim descreve os primeiros passos para a criação da Diocese de Caxias do Sul:

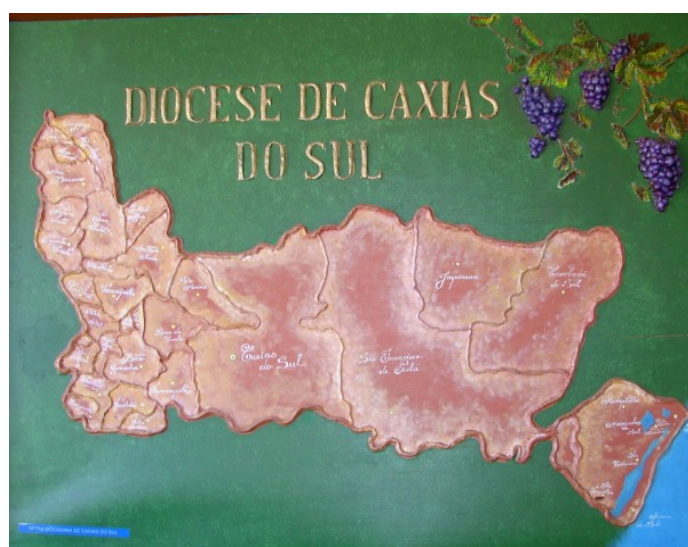
Em maio de 1925, Dom João Becker, de Roma, onde estava para visita “*ad limina*”, escreveu para seu secretário, Cônego José Barea. “Será exato que o Cônego Meneguzzi trabalha ocultamente para um bispado em Caxias, ele que tem tanto a fazer?” Retornando a Porto Alegre, não recebeu a visita do prefeito caxiense e fez com que o governador Borges de Medeiros lhe chamasse a atenção. “Você pôs pedra no sapato do arcebispo”. Respondeu-lhe: “Não faço nenhum mal. Apenas luto pelo meu município”. Então o governador aconselhou-o a continuar só depois do mandato. Assim, em outubro de 1928, apresentou-se ao vigário para continuar o projeto. Viajou a Roma e voltou com notícias favoráveis. Fizeram-se dois memoriais: ao Ministro das Relações Exteriores do governo brasileiro, Otávio Mangabeira e a Santa Sé, via Nunciatura. O Ministro dirigiu-se a Nunciatura. Na despedida da visita pastoral, o arcebispo referiu ao vigário saber de um abaixo-assinado corrente no lugar em favor do bispado. “Deveriam ficar quietos, porque seria pior, já que não era este o caminho. (PINZETTA, 2007, p.31).

Depois de muitas negociações, aos 21 de janeiro de 1930, a Nunciatura comunicou ao arcebispo que a Santa Sé, tendo tomado conhecimento do relatório sobre Caxias, decidiu criar uma ou mais dioceses no Rio Grande do Sul. Para criar uma diocese eram necessárias algumas condições: ter clero e patrimônio. A nunciatura fixou as seguintes condições materiais: duzentos contos de reis, residência episcopal e terreno para o seminário. As maiores dificuldades para cumprir as exigências foram encontradas quanto à arrecadação do dinheiro, sendo que a prefeitura de Caxias do Sul colaborou com 46 contos de reis. Quanto ao terreno do seminário, foi aceito que bastaria um apreçamento. Foi aceita a proposta provisória de que a casa canônica da Paróquia Santa Teresa se tornasse residência episcopal. (PINZETTA, 2007, p.34-37).

Um dos entraves que gerou muitas controvérsias foi a definição do espaço geográfico da futura diocese. Enquanto a comissão pró-diocese propunha que fosse a região da colonização italiana, o arcebispo argumentava que não deveria ser exclusivamente o espaço que fora ocupado

pela imigração italiana. Finalmente predominou a idéia do arcebispo, ficando o mapa da diocese assim constituído: Os municípios de colonização italiana: Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Flores da Cunha, Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Prata, mais o município de São Francisco de Paula, localizado nos Campos de Cima da Serra, que havia sido ocupado pelos portugueses de origem açoriana e também o município de Torres, situado na região do litoral do Atlântico Norte do Estado, habitado por açorianos e descendentes da colonização alemã.

No Quadro 1, vemos o mapa da Nova Diocese com os municípios que depois foram desmembrados.



Quadro 1: Mapa da nova Diocese

Fonte: Roque Grazziotin, 2009. Acervo da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

Quando foram cumpridas, em parte, as exigências e definido o território, no dia 8 de setembro de 1934, pela Bula *Quae Spirituali Christifidelium*, do Papa Pio XI, foi criada a diocese de Caxias do Sul, desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre. (GUIA PASTORAL, 2008, p.6).

No dia 11 de fevereiro de 1936, tomou posse, como 1º Bispo de Caxias, Dom José Barea, tendo o Pe. João Meneguzzi liderado a Comissão Pró Bispado de Caxias. Dom José Barea foi morar na casa canônica, juntamente com os padres da paróquia, em caráter provisório (BRANDALISE, 1985, p. 50).

Desde a criação da Paróquia Santa Teresa, até a formação da Diocese de Caxias do Sul, muitos fatos e acontecimentos econômicos, sociais, políticos e religiosos ocorreram em Caxias do Sul e na região da colonização italiana. Dom Paulo Moretto, atual Bispo de Caxias do Sul, escreveu na apresentação do livro do Padre Ernesto Brandalise: *Paróquia Santa Teresa – Cem anos de fé e história – 1884-1984*.

Lá estão documentadas as iniciativas na área da saúde, da educação, da assistência e da promoção social. A Paróquia Santa Teresa não esteve ausente na organização do Hospital Nossa Senhora de Pompéia, das escolas de Nossa Senhora do Carmo, São José e São Carlos. Presidiu a instalação do Orfanato Santa Teresinha, do Abrigo de Menores São José, do Circulo Operário e do Seminário Diocesano. (MORETTO, 1985, p.8).

As principais bases adotadas para a implantação do movimento de Restauração Católica pela Arquidiocese de Porto Alegre ganharam continuidade na Diocese de Caxias do Sul. O Prof. Lúcio Kreutz, em sua obra: *O professor paroquial: magistério e imigração alemã* (2004), salienta três pilares que consolidaram o Projeto de Restauração Católica: a imprensa; a escola e o professor paroquial; e o associativismo, isto é, uma grande rede de organizações religiosas e culturais no prisma da ótica religiosa. Artur B. Rambo, em seu estudo: *Restauração Católica no Sul do Brasil* (2002), acrescenta mais alguns meios e estratégias que foram adotados para que tal movimento desse certo. Destacamos os meios apontados e os configuramos ao contexto da realidade de Caxias do Sul.

(a) A organização paroquial. Havia uma cuidadosa organização paroquial e comunitária e, próximo à matriz e às capelas, quase sempre existia uma escola. Uma associação com sua diretoria cuidava da manutenção da igreja, da casa paroquial, do sustento do padre, do bom andamento dos atos litúrgicos, da organização das festas e do cuidado do cemitério. O pároco era a autoridade máxima que ninguém ousava contestar. Seus desejos e determinações assumiam o caráter de ordens que encontravam eco favorável e deviam ser respeitadas por toda a comunidade. A vida sacramental tornou-se a base da ação pastoral.

As paróquias existentes que formaram a Diocese de Caxias do Sul, quando foi desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre, eram as seguintes, com o respectivo ano de fundação, segundo o Guia Pastoral da Diocese (2008, p.20-58):

1. São Domingos de Torres – 1827
2. São Francisco de Paula - 1850
3. Santa Teresa D’Avila – Catedral de Caxias do Sul -1884
4. São Pedro - Garibaldi – 1884
5. Santo Antônio – Bento Gonçalves – 1884
6. São Francisco de Assis – Monte Belo – 1889
7. Sagrado Coração de Jesus – Nova Bassano – 1896
8. Sagrado Coração de Jesus – Antônio Prado – 1900
9. Nª Senhora de Caravaggio – Farroupilha – 1900

10. São Marcos – São Marcos – 1904
11. São Pedro e São Paulo – Terceira Léngua de Caxias do Sul – 1911
12. N^a. Sra. Senhora de Caravaggio – Ana Rech – Caxias do Sul – 1912
13. São Marcos – Farroupilha – 1913
14. Nossa Senhora de Lourdes – Flores da Cunha – 1916
15. Santo Antônio – Nova Pádua – 1916
16. S.João Batista e N.Sra.Aparecida – Nova Prata – 1921
17. São Jose – Vista Alegre do Prata – 1921
18. N^a. Sra. do Rosário – Protásio Alves – 1921
19. São Luis Gonzaga – Veranópolis – 1921
20. Santo Antônio – Fagundes Varela – 1921
21. N^a. Sra. da Saúde – Cotíporã – 1921
22. Sagrado Coração de Jesus – Farroupilha – 1922
23. Santa Cruz – Nova Milano – Farroupilha – 1922
24. São Pedro e São Paulo – Nova Roma – 1922
25. N^a. Sra.do Rosário de Pompéia – Pinto. Bandeira – Bento Gonçalves – 1924
26. São Lourenço Mártir – Coronel Pilar – 1924
27. N^a. Sra. do Rosário – Faria Lemos – Bento Gonçalves – 1924
28. N^a. Sra. do Carmo – Criúva – Caxias do Sul – 1924
29. Santa Teresa – Santa Teresa – 1924
30. São Brás – Paraí – 1925
31. Santa Lúcia – Santa Lúcia – Caxias do Sul – 1931

Quando a Diocese de Caxias do Sul foi criada, havia em sua circunscrição eclesiástica 31 paróquias formadas. As seis primeiras foram constituídas sob o regime do Padroado. As demais surgiram da necessidade de consolidar a presença mais efetiva da Igreja junto à população, quando a Igreja teve liberdade de organização de modo independente da tutela do Estado.

(b) Associações setoriais diversas e complementares. As mais comuns e populares eram:

- associações de crianças reunidas em torno da devoção ao menino Jesus, como as cruzadas eucarísticas, que vinculavam desde cedo a devoção a Jesus, que perduraria por toda a vida pelas mais diferentes formas;
- a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, principalmente para senhoras e viúvas. Em todas as casas eram entronizadas as imagens do Coração de Jesus ao lado do Coração de Maria. Era ensinado e

havia a convicção de que quem fizesse as nove primeiras sextas-feiras do mês, assistindo à missa, confessando-se e comungando, teria assegurada a salvação eterna de sua alma;

– o Apostolado da Oração: difundido entre as senhoras, faziam da oração uma forma eficaz de fazer o apostolado. Em qualquer paróquia, as zeladoras do Apostolado eram reconhecidas pelas fitas e bandeiras vermelhas que portavam e a intensa vida sacramental;

– as congregações Marianas fomentavam a vida religiosa e sacramental dos jovens e dos homens de todas as classes sociais e de todos os níveis de formação. Foram difundidas de modo especial pelos jesuítas. Os congregados marianos, com suas fitas azuis e portando bandeiras, desfilavam nas manifestações públicas como se fossem batalhões ou regimentos adestrados para a luta, manifestando publicamente suas convicções.

Durante os anos de 1930, surgiu entre as Congregações Marianas de colegiais, de universitários e formados, com sede no Colégio Anchieta e sob a orientação do Pe. Werner Muhlen, um importante núcleo de reflexão filosófica e teológica. O resultado foi o surgimento de um grupo de intelectuais católicos que marcaram presença visível na vida de Porto Alegre, em geral, e de modo especial conquistaram número considerável de cátedras na Universidade do Rio Grande do Sul e um grande respeito pelo catolicismo em geral. (RAMBO, 2002, p. 295).

– as Filhas de Maria formavam o ramo feminino das Congregações Marianas. Reuniam adolescentes e moças em torno à devoção a Nossa Senhora. Eram motivadas para uma intensa vida sacramental e o cultivo das virtudes cristãs.

Tanto as Congregações Marianas como as Filhas de Maria tinham o objetivo de preparar para as futuras gerações pais e mães virtuosos e inteiramente afinados com a igreja. Deviam ser fermento na sociedade civil, colocando a fidelidade à Igreja, a obediência ao papa, aos bispos e aos párocos como ideais supremos;

– a Ação Católica foi o instrumento preferencial de formação e ação dos bispos e padres diocesanos.

Como as Congregações Marianas, também a Ação Católica adaptou-se as condições socioculturais dos católicos, visando em primeiro lugar a juventude. No cenário católico dos anos 30, 40 e 50 destacaram-se a JOC: juventude operária católica, a JAC: juventude agrária católica, a JEC: juventude estudantil católica, a JUC: juventude universitária católica. (RAMBO, 2002, p. 295).

(c) Participação Política. Desde cedo, a Igreja percebeu a importância da participação política, através do envolvimento com um partido político que fosse o representante de seus anseios. Com o advento da República, os descendentes de alemães, inspirados no Partido Católico de Centro na Alemanha, de orientação ultramontana, em oposição ao projeto político-cultural de Bismarck,

conhecido como Kulturkampf, fundaram um partido que levou o mesmo nome que tinha na Alemanha. Participaram de duas eleições para as constituintes em nível estadual e federal, Porém não elegeram nenhum representante. Os eleitos foram fruto de uma coligação com o partido de Julio de Castilho de orientação positivista, fato que descaracterizou a própria natureza do Partido Católico de Centro. Mais tarde, alguns segmentos de católicos e padres simpatizaram com o movimento integralista de Plínio Salgado e foram influenciados pelo Partido de Representação Popular (PRP). Em nível nacional, foi organizada a Liga Eleitoral Católica (LEC) que teve forte presença local. Depois do Estado Novo, houve incentivo para a formação do Partido Democrático Cristão (PDC), com destacada atuação em Caxias do Sul nos anos que se seguiram. A experiência de um partido católico próprio não foi muito frutífera em nível nacional.

(d) Congressos Católicos e Assembléias Gerais de Católicos. Se as experiências de juntar católicos em torno de partidos não deu muito certo, o mesmo não se pode dizer dos Congressos Católicos, que tinham a finalidade de identificar problemas, discutir soluções e propor meios e estratégias. Esses eventos nasceram em 1898, em Harmonia, e perduraram até 1940. Deles nasceu a Associação dos Professores e Educadores Católicos no Rio Grande do Sul, a Associação Riograndense de Agricultores e as Cooperativas de crédito, de produção, de comercialização e de consumo.

Em 1912, a Sociedade União Popular, tomou o lugar da Associação Riograndense de Agricultores, que aprofundou e ampliou as questões de interesse básico, como escola, educação, economia, organização comunitária, solidarismo, projetos de novas fronteiras de colonização, assistência social, saúde, velhice e, sobretudo, a organização paroquial, a prática da religião, a vida sacramental, o respeito, a obediência irrestrita às orientações da Igreja e a observância rigorosa da disciplina católica. (RAMBO, 2002, p. 295).

(e) Os Círculos Operários. Os Círculos Operários nasceram na Europa por iniciativa do bispo Ketteler na Alemanha. Tinham como referencial a doutrina social da Igreja, consolidada na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, de 1891, e na *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 1931. Foram introduzidos no Brasil pelo padre jesuíta Leopoldo Bentrano, em 1932, na cidade de Pelotas – RS. Os Círculos Operários se espalharam rapidamente pelo Estado e, posteriormente, por todo o Brasil. Tinham como objetivo fazer frente à organização sindical emergente e ao predomínio das idéias socialistas e comunistas que ganhavam terreno entre os trabalhadores. Deviam educar os operários para o entendimento entre o capital e o trabalho. Em Caxias do Sul, o Circulo Operário Caxiense foi instalado solenemente em 12 de agosto de 1934, no térreo da casa canônica, tendo como assistente eclesiástico o Pe. Orestes Valetta. Por meio dos Círculos Operários foram

organizadas as Escolas de Líderes Operários. A atuação do Círculo Operário Caxiense será objeto de estudo no próximo capítulo, dedicado à educação dos trabalhadores em Caxias do Sul.

(f) A Imprensa Católica. Um fator fundamental para o sucesso do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul foi a imprensa católica. Em 1871, os padres jesuítas fundaram em São Leopoldo o jornal *Deutsches Volksblatt*, com publicação até 1890. Passaram a direção do jornal para o jornalista Hugo Metzler, em Porto Alegre, circulando até 1939. Outra publicação mensal que teve muito êxito, circulando de 1900 até 1939, foi a *Lehrerzeitung*, destinada aos professores da comunidade. Para os agricultores, a revista mensal *Skt. PaulusBlatt* era o porta-voz da Sociedade União Popular, sendo sua edição interrompida em 1939 e retomada em 1948. Em 1912, entrou em circulação o almanaque anual *Der Familienfreund* (O Amigo da Família), que continha informações as mais diversas, e suas matérias eram destinadas à formação do homem, da mulher, da juventude e da infância, sempre em sintonia com os propósitos da Igreja.

Em Caxias do Sul, a trajetória do Jornal *Correio Riograndense* que, no ano de 2009, completou cem anos de existência, dos padres Capuchinhos, merece destaque, entre os demais. Começou em 1909, por iniciativa do Padre Carmine Fasulo, vigário da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, com o nome *La Libertá*. O jornal foi vendido para o Pe. João Batista Fronchini, Vigário de Garibaldi, passando a chamar-se *Il Colono Italiano*, de 1910 a 1917, sendo impresso em Garibaldi. De 1917 a 1941, ganhou o nome de *La Stafetta Riograndense*. A partir de 1941, até nossos dias, por exigência governamental, mudou sua denominação para *Correio Riograndense*. A edição de 4 de junho de 1952 marca a volta do *Correio Riograndense* para Caxias do Sul, sendo impresso pela Editora São Miguel, de Caxias do Sul, pertencente aos Padres Capuchinhos.

No Quadro 2, vemos o informativo do *Correio Riograndense* que recompõe a história de um século de informação: 1909-2009.



Quadro 2: Folheto dos 100 anos do Correio Riograndense
Fonte: Acervo do Museu dos Capuchinhos.

(g) A Saúde e assistência Social. O atendimento aos doentes sempre foi uma preocupação da Igreja, através do seu referencial evangélico de atendimento aos necessitados: "Jesus andava fazendo o bem, curando os doentes e expulsando demônios [...]". A maioria das congregações religiosas, masculinas e femininas, surgiram e têm em suas constituições o atendimento à educação, através de colégios e escolas; à saúde, através de hospitais e sanatórios e à assistência social, com os asilos, orfanatos, creches e escolas de artes domésticas. É difícil encontrar hospitais no Rio Grande

do Sul que, durante a primeira metade do século vinte, não estavam sob a responsabilidade de alguma congregação religiosa feminina.

Em Caxias do Sul, “em 14 de setembro de 1914, foi fundada a Associação das Damas de Caridade, com o fim de angariar donativos para a construção de uma Santa Casa de Caridade ou Hospital para os pobres”. (BRANDALISE, 1985, p. 38). Essa Associação teve uma atuação relevante, envolvendo as senhoras mais expressivas da sociedade caxiense em prol da construção do Hospital Nossa Senhora de Pompéia. Quando concluído, o acompanhamento e direção esteve a cargo das Irmãs de São José. Para acompanhar e dar assistência aos pobres, em 1933, foram criadas as Conferências Vicentinas denominadas *Nossa Senhora do Carmo*, *São Pelegrino* e *Santa Teresinha*. Tais conferências, posteriormente transformaram-se na atual Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados (SCAN). Também foram criados, para atendimento aos “meninos abandonados”, o Abrigo de Menores São José, dirigido pela Congregação dos Josefinos de Murialdo, e o Orfanato Santa Teresinha, dirigido pelas Irmãs do Coração de Maria, para acolher “meninas abandonadas”.

(h) Educação. Um dos instrumentos mais significativos do movimento de Restauração Católica foi a educação, tanto nas escolas comunitárias paroquiais como nos colégios secundários. O currículo das escolas propunha um tipo de educação na qual as crianças deveriam ser membros úteis para a sociedade. Deviam saber: ler, escrever e fazer contas; observar os costumes dos antepassados, preservar a língua e aprender o catecismo; conhecer a história bíblica, amar a igreja, respeitar as autoridades eclesiásticas e observar os mandamentos de Deus e da Igreja; levar uma vida sacramental intensa e perseverante. Os colégios de nível médio desenvolviam suas atividades na mesma perspectiva. A maioria dos seus alunos era da classe média e alta, pertencentes a várias etnias: eram lusos, alemães, italianos, poloneses, os quais, mais tarde, iriam formar a classe média como profissionais liberais, comerciantes, militares, funcionários públicos, políticos, juízes, etc. Era fundamental que as lideranças do futuro pautassem sua vida particular e suas funções na sociedade de acordo com os princípios da Igreja hierárquica, levando a sério a vida sacramental e pautando suas ações conforme a moral e a disciplina do catolicismo renovado.

Em Caxias do Sul, através da Paróquia Santa Teresa, funcionaram algumas Escolas Paroquiais e, por meio das congregações religiosas, foram criados vários colégios de ensino. Em 1901, foi fundado o tradicional Colégio São José, para a população feminina, dirigido pela Congregação das Irmãs de São José de Chambery-Moutiers, de origem francesa. Para a população masculina, o Instituto das Escolas Cristãs dos Irmãos Lassalistas, também de origem francesa, iniciaram o Colégio do Carmo, em 1908, hoje chamado Colégio La Salle Carmo. Esse Instituto, em

1936, iniciou outro colégio chamado de La Salle, no bairro São Pelegrino. A Congregação dos Josefinos de Murialdo, de origem italiana, chegou, em Caxias do Sul, em 1929 e, seguindo o seu carisma, iniciaram o Abrigo de Menores, transformado em Centro Técnico Social, e, no distrito de Ana Rech, fundaram o Colégio Agrícola Murialdo. O Orfanato Santa Teresinha iniciou suas atividades em 1928, origem do atual Colégio Madre Imilda, dirigido pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu, Scalabrinianas, de origem italiana, em 1936, iniciaram o Colégio São Carlos. A Diocese de Caxias do Sul, em 1939, inaugurou o Seminário Nossa Senhora Aparecida, que havia iniciado em 1938, para a formação do clero diocesano, entregando sua direção à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, de origem francesa, até o ano de 1952, quando os padres diocesanos passaram a dirigi-lo.

Os colégios São José e Carmo e o Seminário Aparecida são objeto de nossa pesquisa e serão analisados no segundo capítulo.

(i) Seminários. Um dos fatores decisivos na consolidação do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul foi a formação do clero diocesano e regular. Essa tarefa coube aos padres capuchinhos e aos jesuítas. Dom João Becker, ao assumir a arquidiocese de Porto Alegre, em 1912, confiou aos jesuítas a formação do clero. O antigo Colégio Conceição, em São Leopoldo, foi transformado no Seminário Central de São Leopoldo. O seminário menor funcionou ali, até 1930, quando foi transferido para Gravataí. O seminário maior, filosofia e teologia, continuou em São Leopoldo. Nele estudaram, além dos seminaristas da arquidiocese e das dioceses do Rio Grande do Sul, também alunos de Santa Catarina, do Paraná e de outros estados. Muitas congregações religiosas mandavam seus futuros sacerdotes para o Seminário Central. O Seminário maior permaneceu em São Leopoldo até 1956, quando foi transferido para Viamão e entregue ao clero diocesano. Os jesuítas ditaram a formação do clero durante quarenta e três anos. O resultado foi um clero inteiramente alinhado com o movimento de Restauração Católica. Dele saíram dezenas de párocos e auxiliares que, em poucos anos, ocuparam todas as paróquias do Rio Grande do Sul e de parte de Santa Catarina. Os seminários menores de Santa Maria e de Cerro Largo também eram de responsabilidade dos jesuítas.

A formação do clero diocesano teve o mesmo rigor e seriedade da formação do clero regular que era conduzido pelas próprias congregações religiosas. Além deles, as congregações dos Maristas e Lassalistas e as congregações femininas foram agentes responsáveis pela edificação da igreja restaurada no sul do Brasil.

Uma das condições impostas para a criação da Diocese de Caxias do Sul, em 1934, é que houvesse terreno destinado para a construção de um seminário. Esse compromisso envolveu as principais ações do primeiro bispo nomeado. Já no ano de 1939, era solenemente inaugurado o Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida, em Caxias do Sul. Sua direção foi entregue aos Padres Capuchinhos.

Os meios e estratégias que haviam sido adotados e implementados pela Arquidiocese de Porto Alegre para consolidar o movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul tiveram continuidade quando foi criada a Diocese de Caxias do Sul. Tanto o seu primeiro bispo, como a maioria do clero diocesano, atuantes na nova Diocese, foram formados pelos jesuítas e eram parte integrante da Arquidiocese. A eles se somaram as várias congregações religiosas vindas da Europa, que tinham os mesmos princípios e visão de Igreja.

O conjunto de estratégias implantadas e sistematicamente conduzidas pelo clero em meio às comunidades, principalmente rurais, foram determinantes para o êxito do Projeto de Restauração Católica. A constante motivação religiosa somada a uma vida sacramental intensa fez com que se multiplicassem as vocações ao sacerdócio e a vida religiosa em geral. No lugar do clero da época do Padroado, surge um clero regular e diocesano munido de uma formação teológica sólida, educado severamente, de acordo com as diretrizes disciplinares ditadas pelo Papa, pelas Congregações da Cúria Romana e pelos Bispos locais. (RAMBO, 2002, p. 297).

Os pressupostos aqui apresentados fizeram com que a participação da Igreja Católica, em Caxias do Sul, através da organização paroquial, e principalmente por meio da educação ministrada nos colégios de congregações religiosas, aqui instalados, tivesse uma significativa relevância no desenvolvimento da cultura local. No próximo capítulo, vamos nos ater aos pioneiros da educação católica em Caxias do Sul, tanto na educação formal, através dos colégios São José, Carmo e do Seminário Aparecida, quanto na informal, através do Círculo Operário Caxiense.

2 PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO EM CAXIAS DO SUL

2.1 Os pioneiros da educação católica em Caxias do Sul

A Igreja Católica, desde os primórdios da colonização italiana, em Caxias do Sul, marcou sua presença acompanhando os imigrantes e suas famílias, tanto no aspecto religioso como nas questões sociais e econômicas, através da Arquidiocese de Porto Alegre. De 1890 a 1912, Dom Cláudio José Ponce de Leão esteve à frente do bispado no Rio Grande do Sul. Imbuído pelas diretrizes romanas do movimento de Restauração Católica, preocupou-se com as inúmeras levas de imigrantes europeus que chegavam ao Estado. Contava com clero reduzido para o atendimento pastoral e para as necessidades educativas e catequéticas. No final do século XIX e início do século XX, aconteceu o fechamento ou desapropriação de escolas de Congregações Religiosas que atuavam em vários países da Europa, por meio de governantes que, na época, priorizavam o ensino laico e estatal para todos. Dom Cláudio percebeu que a ocasião era propícia para convidar as congregações religiosas que se sentiam perseguidas para que viessem se instalar no Rio Grande do Sul. Dessa maneira, os imigrantes europeus aqui sediados teriam um acompanhamento religioso e social mais consistente. A seu pedido, inúmeras congregações atravessaram o oceano Atlântico e se instalaram no Rio Grande do Sul, colaborando na implantação do projeto de renovação da Igreja Católica, segundo o espírito do Concílio de Trento.

A Figura 1 mostra Dom Cláudio Ponce de Leão a quem se deve a vinda de inúmeras congregações religiosas para o Rio Grande do Sul.

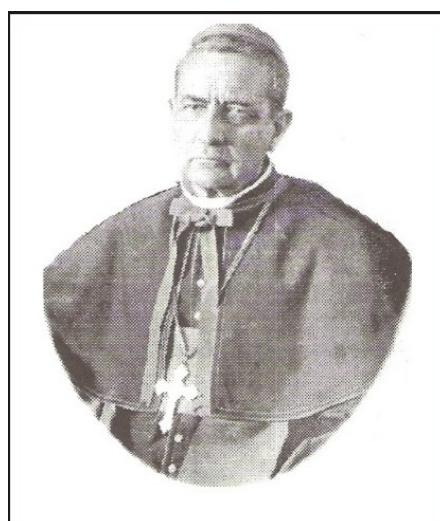


Figura 1: D. Claudio Ponce de Leão - Bispo do Rio Grande do Sul
Fonte: Moreschi, 1998, p. 27.

A presente dissertação concentra-se, de modo prioritário, em três instituições educacionais que, de modo pioneiro, atuaram na educação formal em Caxias do Sul: a Congregação das Irmãs de São José, em 1901, que fundaram o Colégio São José para a educação de meninas e moças; os Irmãos das Escolas Cristãs, os Lassalistas, em 1908, que iniciaram o Colégio do Carmo para a educação de meninos e moços; e o Seminário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida, foi criado em 1938, por iniciativa de Dom José Barea, bispo da Diocese de Caxias do Sul, destinado à formação do clero diocesano. A direção deste Seminário foi confiada aos Freis Capuchinhos.

Cabe ressaltar que outras iniciativas educacionais promovidas por congregações religiosas em Caxias do Sul foram muito significativas, mas não serão contempladas nesta dissertação. É possível, entretanto, afirmar que sua ação educacional também foi realizada com o mesmo espírito das três instituições, objeto desta pesquisa. Lembramos a atuação dos Padres Josefinos de Murialdo, no Colégio Murialdo, em Ana Rech, em 1929, e no Centro Técnico Social em Caxias do Sul. As Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que já estavam na região colonial, em Monte Belo, desde 1898, começaram a atuar em Caxias do Sul, a partir de 1928, junto ao Orfanato Santa Terezinha, hoje Colégio Madre Imilda. A congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu, Scalabrinianas, fundou o Colégio São Carlos, em 1936. Os padres Paulinos, da Pia Sociedade de São Paulo, chegaram em 1949. Os Irmãos Maristas vieram para Garibaldi em 1906, começando a atuar em toda a região através de seus colégios. Instalaram-se em Veranópolis – 1924; em Antônio Prado – 1920; em Bento Gonçalves – 1940; em Farroupilha – 1945. Em Caxias do Sul, fundaram o Colégio Santa Catarina, atual Colégio Estadual Santa Catarina.

As Pastorinhas chegaram em 1952 para atuar na ação pastoral, começando com uma escola infantil. As Murialdinas, em 1954, fundaram o Centro Educacional São João Bosco. As Medéias, congregação das Irmãs de São João Bosco, em 1958, iniciaram a Escola São João Batista. O Colégio Sacré Coeur de Marie, fundado pelas Irmãs do mesmo nome, na década de 1950, atendeu a elite feminina da região, sendo que, a partir de 1973, o prédio do Colégio passou a fazer parte da Universidade de Caxias do Sul onde, atualmente, está situada a Reitoria da UCS. Em 1961, as Irmãs Missionárias do Coração de Jesus – Irmãs Cabrini – fundaram o Colégio Santa Francisca Xavier Cabrini. Este colégio funcionou até 1974. Hoje, este espaço abriga o atual Campus 8 da UCS, sendo denominado *a cidade das artes*.

No campo da educação informal, muitas iniciativas foram tomadas. Em relação a essas iniciativas, vamos nos ater à atuação do Círculo Operário Caxiense, fundado em 1934. Foi criado para a formação, educação e organização dos trabalhadores. Buscamos avaliar a influência que desempenhou junto aos operários e à sociedade de Caxias do Sul.

2.1.1 Colégio São José – educando meninas e moças

2.1.1.1 Histórico

O Colégio São José, vinculado à Congregação das Irmãs de São José, começou sua atuação em Caxias do Sul no ano de 1901. Por ele passaram, até hoje, segundo dados da Secretaria do Colégio, mais de sessenta mil estudantes. Sua história se confunde com o desenvolvimento da cidade de Caxias do Sul. Foi o primeiro colégio particular de confissão religiosa fundado na cidade.

O berço da Congregação das Irmãs de São José remonta ao século XVII, na cidade francesa de L^ê Puy-em-Velay, sendo seu fundador o Pe. Jean Pierre Médaille – SJ. As Irmãs de São José se dedicaram ao serviço da caridade para com os mais pobres. Rapidamente foram se expandindo para outras dioceses, formando congregações autônomas. Em 1789, a Revolução Francesa dissolveu muitas comunidades, e as Irmãs se dispersaram junto às suas famílias. “Em 1792 todas as religiosas foram expulsas das Escolas, dos Hospitais e dos Conventos, condenadas ao exílio, ou aprisionadas, à espera da guilhotina, se não aceitassem a Igreja Nacional separada de Roma”. (MORESCHI, 1998, p.19).

Na Figura 2, observamos um grupo de Irmãs sendo condenadas à morte na guilhotina francesa.



Figura 2: Irmãs de São José sobem os degraus da guilhotina

Fonte: Moreschi, 1998, p. 19.

Após o primeiro impacto da Revolução Francesa, houve um reagrupamento da Congregação das Irmãs de São José, sendo que, em 1816, a sede geral se localizou em Lyon. A partir de Lyon, houve a expansão para a Savóia, sendo fundada a Congregação em Chambéry e, posteriormente, em Moûtiers, ramo este que se estendeu ao Rio Grande do Sul.

As primeiras sete Irmãs de São José que vieram para o Brasil partiram de Chambéry em 1858. Instalaram-se em Itu, São Paulo. De Moûtiers, em 1896, partiram seis Irmãs que se localizaram em Curitiba, no Paraná, e quatro Irmãs que, em 23 de dezembro de 1898, chegaram em Conde d’Eu, hoje município de Garibaldi, no Rio Grande do Sul.

Observamos na Figura 3 as quatro pioneiras em Terras Gaúchas: Madre Maria Paula Dunand, Irmã Maria Azélia Diorcet, Irmã Clotilde Zaberer e Irmã Dorothée Pachod.



Figura 3: Grupo que partiu de Moûtiers rumo ao Brasil

- 1) Irmã Maria Azélia Diorcet
- 2) Madre Maria Paula Dunand
- 3) Irmã Clotilde Zaberer
- 4) Irmã Dorothée Pachod

Fonte: Moreschi, 1998, p. 34.

O apelo para a vinda das Irmãs de São José ao Rio Grande do Sul partiu do Bispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Ponce de Leão, e da insistência do Frei Bruno de Gillonnay, que já estava em Conde d’Eu, vindo pela missão dos Freis Capuchinhos, oriundos da Savóia, na França. Frei Bruno foi o fundador da Província Capuchinha no Rio Grande do Sul e acompanhou as Irmãs de São José por 26 anos.

Após vencer os primeiros desafios da chegada no Rio Grande do Sul, outras Irmãs vieram da França. O número de vocações locais foi surpreendente. Os pedidos para ingresso na Congregação não paravam, permitindo que, já em novembro de 1900, fossem abertas uma casa e a Escola São José, na colônia italiana de Antônio Prado, a pedido do vigário Padre Carmine Fasulo. A implantação da Escola em Antônio Prado motivou o Padre Antônio Pertile, vigário de Caxias do Sul, a implorar a vinda das Irmãs para iniciar uma Escola na cidade, devido à precariedade do atendimento escolar. Assim, em 11 de fevereiro de 1901, religiosas francesas e brasileiras partiram

de Conde d'Eu para iniciar o São José de Caxias do Sul. Esta nova missão coube à Madre Maria Felicidade Duc, Irmã Cecília Trésal, Josepha Gonzatti, Stefana Fachinetto e Judith Bortolini. As Irmãs foram instaladas numa casa de alvenaria, de empréstimo do Sr. Francisco Balen, na rua Alfredo Chaves, quase esquina com a Av. Júlio de Castilhos.

Na Figura 4, encontramos a casa Balém, onde iniciou o Colégio São José.



Figura 4: Trecho antigo da Avenida Júlio de Castilhos, no qual divisamos o velho prédio Balen ainda existente, 1ª casa de material em Caxias do Sul, que albergou as irmãs no 1º ano que funcionou a Escola São José
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.21.

A Madre Margarida de Jesus, que acompanhou a chegada das irmãs em Caxias do Sul, descreve este momento em carta que foi enviada à Superiora Geral:

Depois de alguns dias necessários para a instalação, nossas Irmãs abriram a Escola. Foi uma verdadeira invasão! O ano letivo que iniciara com 70 alunas, terminou com 120. O local é exíguo demais para responder a tanto entusiasmo; diariamente mães chorosas retornam para casa, levando de volta os filhos que não podem ser recebidos por falta de espaço. Motivo por que temos pressa de ver concluída a casa que se nos destina. Só assim poderemos acolher tão querida juventude. (MORESCHI, 1998, p.54).

Com a colaboração de muitos benfeitores, foi comprado o terreno e construído o novo Colégio com sete salas de aula, na Rua Andrade Pinto, hoje Os 18 do Forte. Nascia assim o Colégio São José de Caxias do Sul, no endereço que permanece até os dias de hoje. Dois anos depois, o número de alunas chegava a 200.

Na Figura 5, aparece, à direita, o prédio da Escola São José, construído em 1903 e, à esquerda, o novo prédio construído para ampliar o espaço escolar.

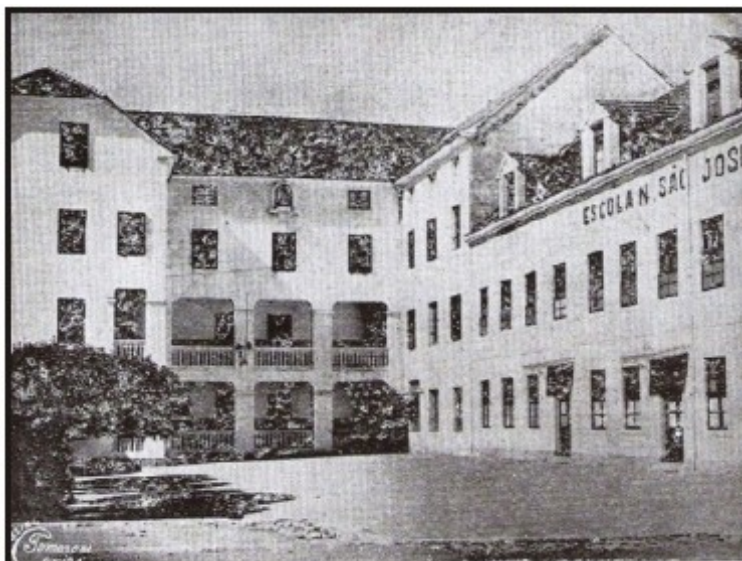


Figura 5: Edifício da Escola Normal São José com destaque, à direita, da 1ª parte construída em 1903.
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p. 25.

Em dezembro de 1914, o Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, em visita à Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, registrava:

Visitamos os florescentes colégios dos Irmãos das Escolas Cristãs e das Irmãs de São José e lhes manifestamos a nossa satisfação por ter visto o grande bem que ambos fazem à juventude de Caxias. (MORESCHI, 1998, p. 56).

Quando, em 1934, foi criada a Diocese de Caxias do Sul e nomeado seu primeiro Bispo, Dom José Barea, a Congregação das Irmãs de São José ganhou um protetor. Ele acompanhava com carinho os vinte estabelecimentos apostólicos que a Congregação de São José mantinha no território da nova Diocese. O Colégio São José, depois de trinta e um anos ministrando a instrução de ensino primário sistematizado para meninas e moças, necessitava iniciar uma nova fase com a implantação do ensino secundário. No período da Madre Saint Jean foi iniciada uma nova ala do colégio, em 1932, e a Escola Complementar. A Madre Maria Alice, que a sucedeu, permaneceu na direção da Escola por nove anos, completando a construção do novo espaço para o funcionamento das aulas.

Em 10 de maio de 1937, conseguiu, pela Portaria No. 712, assinada por Mário de Brito, Diretor da Divisão do Ensino Secundário, a equiparação ao Ginásio D. Pedro II. A abertura do Ginásio iniciou uma nova etapa para este educandário. A fim de tornar mais eficiente o ensino, a pedido das Exmas. Famílias da cidade, criou-se a Escola de Formação de Professores, equiparada às Escolas Normais do Estado, sendo a aprovação dada pelo Dr. Luís Sarmiento Barata, então Secretário de Educação e Cultura, em 10 de maio de 1947. (CASA PROVINCIAL, 1951, p.35).

Observamos na Figura 6 a festa de formatura da primeira turma de alunas mestras formadas na Escola de Formação de Professores do São José em 1936.



Figura 6: Colação de grau da primeira turma de alunas mestras, 1936
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p. 36.

O Ginásio e a Escola Normal São José, pela qualidade de ensino que ministrava, consolidou-se como referência educacional para Caxias do Sul e região. Em 1948, sob o comando da superiora Madre Teresa Ângela, foi projetada nova construção, pois, devido às necessidades, o salão nobre foi transformado em salas de aulas, e a atual Capela não comportava o número de alunas.

Em 29 de novembro de 1948, foi concedida inspeção permanente ao Ginásio por decreto nº. 25879, assinado por S. Excia. o Sr. Presidente da República, Gal. Eurico Gaspar Dutra. (CASA PROVINCIAL, 1951, p.37).

Segundo informações da Secretaria do Colégio São José, o registro geral de matrículas no educandário, que foram preservadas até hoje e se acham disponíveis, partem do ano de 1914.

No quadro 3, encontramos a pesquisa realizada por Rosita Alberti e Teolide Bavaresco, do Serviço de Secretaria do Colégio, em 14/3/1991 e atualizada em 31/3/2000.

QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS

Colégio São José Caxias do Sul – RS

Escola fundada em 11 de fevereiro de 1901, contudo só temos registro de matrículas a partir de 1914.

Fontes de consulta:

- . Período de 1914 a 1930 – Gráfico do período de 1914 a 1949
- . Período de 1931 a 1949 – Livros de Matrículas dos cursos e Gráficos.
- . Período de 1950 a 1972 – Quadro Geral de Matrículas (livros encadernados e/ou Livros de Matrículas).
- . Período de 1973 a 2000 – Boletins Estatísticos.

Pesquisa realizada por: Rosita Alberti e Teolide Bavaresco (Serviço de Secretaria)

Data: Em 14/03/1991 e atualizada em 31/03/2000.

Ano	Curso Elementar	Curso Primário	Curso Complementar	Curso Ginásial	TOTAL
1914	217	---	---	---	217
1915	196	---	---	---	196
1916	220	---	---	---	220
1917	243	---	---	---	243
1918	263	---	---	---	263
1919	272	---	---	---	272
1920	270	---	---	---	270
1921	240	---	---	---	240
1922	238	---	---	---	238
1923	223	---	---	---	223
1924	200	---	---	---	200
1925	203	---	---	---	203
1926	277	---	---	---	277
1927	282	---	---	---	282
1928	281	---	---	---	281
1929	270	---	---	---	270
1930	220	---	---	---	220
1931	---	260	---	---	260
1932	---	232	---	---	232
1933	---	278	---	---	278
1934	---	287	23	---	310
1935	---	330	41	---	371
1936	---	254	60	---	314
1937	---	301	57	15	373
1938	---	285	61	32	378
1939	---	317	65	50	432
1940	---	332	33	73	438
1941	---	344	15	94	453
1942	---	322	---	90	412
1943	---	365	---	108	473
1944	---	268	---	199	477

QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS (Continuação)

Colégio São José - Caxias do Sul - RS

Ano	Curso J.da Inf.	Curso Primário	Curso Ginasil	Curso Normal	Científico	Aux.de Contab.	Des.de Arquit.	2º Grau	TOTAL
1945	59	196	265	---	---	---	---	---	520
1946	54	300	186	---	---	---	---	---	540
1947	47	299	177	08	---	---	---	---	531
1948	05	337	156	20	---	---	---	---	518
1949	59	330	131	30	---	---	---	---	550
1950	31	316	124	31	---	---	---	---	502
1951	40	277	140	39	---	---	---	---	496
1952	30	248	149	49	---	---	---	---	476
1953	28	234	151	63	---	---	---	---	476
1954	55	236	191	78	---	---	---	---	560
1955	59	261	227	102	---	---	---	---	649
1956	74	303	244	96	---	---	---	---	717
1957	68	344	253	111	---	---	---	---	776
1958	78	335	276	128	17	---	---	---	834
1959	55	349	293	137	36	---	---	---	870
1960	35	301	343	157	37	---	---	---	873
1961	34	252	308	157	26	---	---	---	777
1962	37	259	359	179	06	---	---	---	840
1963	40	292	340	174	---	---	---	---	846
1964	40	270	353	198	---	---	---	---	861
1965	47	262	332	165	---	---	---	---	806
1966	36	209	323	171	---	---	---	---	739
1967	25	263	285	181	---	---	---	---	754
1968	35	303	259	140	---	---	---	---	737
1969	31	306	256	127	---	---	---	---	720
1970	38	324	242	84	---	---	---	---	688
1971	59	384	261	73	---	---	---	---	777
1972	Prê-Esc. 67	1º Grau 711	---	41	---	---	---	---	819
1973	114	735	---	15	---	---	---	---	864
1974	94	760	---	---	---	---	---	---	854
1975	116	714	---	---	---	---	---	---	830
1976	149	947	---	---	---	---	---	---	1096
1977	155	948	---	---	---	---	---	---	1103
1978	150	626	---	---	---	---	---	---	776
1979	175	586	--	Magist. 42	---	25	19	--	847
1980	221	585	---	71	---	22	20	---	919
1981	251	644	---	159	---	28	38	---	1120
1982	265	712	---	265	---	36	63	---	1341
1983	289	775	---	368	---	52	47	---	1531
1984	285	831	---	428	---	33	18	33	1628
1985	262	962	---	382	---	12	05	94	1717
1986	311	992	---	338	---	---	---	109	1750
1987	291	962	---	278	---	---	---	105	1636
1988	253	1018	---	217	---	---	---	147	1635
1989	185	1066	---	160	---	---	---	163	1574
1990	167	1104	---	129	---	---	---	209	1609
1991	139	1117	---	97	---	---	---	203	1556
1992	94	976	---	94	---	---	---	177	1341
1993	83	950	---	98	---	---	---	177	1308
1994	95	946	---	120	---	---	---	274	1435
1995	123	954	---	158	---	---	---	301	1536
1996	117	936	---	147	---	---	---	359	1559
1997	110	971	---	151	---	---	---	390	1622
1998	99	1013	---	166	---	---	---	439	1717
1999	131	1022	---	152	---	---	---	440	1745

Quadro 3: Quadro geral de matrículas do Colégio São José
Fonte: Acervo do serviço de secretaria do Colégio São José.

Analisando o registro geral das matrículas, percebemos a evolução do Colégio. No primeiro ano, em que temos referência de matrículas, isto é 1914, o Colégio São José mantinha o Curso Elementar, com 217 alunas. Em 1931, com a extinção do Curso Elementar, foi introduzido o Curso Primário, com 260 alunas. Para o período que estamos analisando, cabe destacar que, no ano de 1934, havia 310 alunas matriculadas, sendo que 287 frequentavam o Curso Primário e 23 o Curso Complementar, iniciado neste ano. Em 1937, foi iniciado o Curso Ginásial com 15 alunas. No ano de 1942, foi extinto o Curso Complementar, permanecendo o Curso Primário com 322 alunas e o Ginásial com 92 alunas, perfazendo um total de 412 alunas. Em 1945, foi introduzido o Curso Jardim da Infância com 59 alunas. O Curso Normal iniciou suas atividades em 1947 com oito alunas. Neste ano, o total de alunas que frequentavam o Colégio São José alcançava o número de 531. A partir deste ano, as modalidades dos cursos oferecidos se mantiveram até 1958, quando foi introduzido o curso Científico. No ano de 1952, que é o ano referência de nosso estudo, as matrículas de alunas estavam assim distribuídas: Curso Jardim da Infância com 30 alunas; Curso Primário com 248 alunas; Curso Ginásial com 149 alunas; Curso Normal com 49 alunas. No total eram 476 alunas. Cabe ressaltar que o número de alunas do Colégio São José, a partir de então, se manteve num crescente significativo, chegando a ultrapassar as mil alunas, em 1977, e, em 1999, abrigava 1.745 alunos.

2.1.1.2 Envolvimento com a Sociedade

Desde os seus primórdios, o Colégio São José manteve uma vinculação muito profunda com a sociedade caxiense. Além das atividades escolares, várias ações realizadas no seu recinto ou sob sua influência envolviam o educandário com as necessidades da comunidade. O Colégio São José se tornou um dos porta-vozes dos ensinamentos da Igreja Católica, exercendo com eficácia sua missão formadora junto às jovens e suas famílias.

Veremos a seguir algumas ações que foram desenvolvidas junto à sociedade caxiense no período em estudo.

1. Escolas para os pobres: As Irmãs do Colégio São José, além de dar uma educação aprimorada às meninas e moças de melhor posição social, estenderam seu apostolado às crianças pobres e menos dotadas da cidade.

Foi com este intuito que, em 1949, fundaram a Escola Santa Teresa, no arrabalde Panazzolo. Escola inteiramente gratuita, na qual funcionam aulas primárias, de acordo com o programa oficial, sazoados por uma sólida instrução religiosa, fulcro ao redor do qual

gira a formação da personalidade integral. Frequentam a Escola uns 75 alunos. (CASA PROVINCIAL, 1951, p.64).

Na Figura 7, vemos os alunos e professores da Escola Santa Teresa, por ocasião das comemorações do cinquentenário do Colégio São José. Inspiradas na Escola Santa Teresa, foram criadas mais duas escolas gratuitas: uma na Zona Tupi, chamada de Escola Madre Felicidade, com 215 alunos, e outra na Zona Rossi, com o nome de Escola Nossa Senhora de Fátima, abrigando 131 alunos. Essas escolas, situadas na periferia carente da cidade, além de ajudarem os mais necessitados, serviram para a prática do ensino das estudantes da Escola Normal.



Figura 7: A escola gratuita Santa Teresa, filial do Colégio São José, localizada no Bairro Panazzolo
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.63.

2. Sociedade Damas de Caridade: Foi numa sala do Colégio São José, no dia 10 de agosto de 1913, que ocorreu a fundação da “Sociedade Damas da Caridade” para auxiliar em seu domicílio os pobres e doentes. Para tanto, formaram uma diretoria, sendo que a Madre Felicidade foi escolhida como secretária. Durante sete anos, as senhoras socorriam doentes e necessitados. Surgiram novas cooperadoras e, no ano de 1920, conseguiram realizar um desejo:

Adquirir um prédio na Avenida Júlio de Castinhos e abrir assim o 1º. Hospital em Caxias do Sul, “Hospital Nossa Senhora de Pompéia”. As Irmãs de São José vieram em junho do mesmo ano prestar seu auxílio como enfermeiras (CASA PROVINCIAL, 1951, p.29).

Vemos na Figura 8 a foto do Hospital Nossa Senhora de Pompéia, onde as Irmãs de São José atuavam como enfermeiras.



Figura 8: Hospital Nossa Senhora do Pompéia

Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.28.

A atuação na área da saúde ocasionou que, anos mais tarde, a Congregação de São José fundasse a Escola de Enfermagem Madre Justina Inês. Em 1956, a Escola Superior de Enfermagem somou-se à Faculdade de Ciências Econômicas e à Faculdade de Filosofia, orientadas pela Mitra Diocesana de Caxias do Sul; à Faculdade de Direito, sob a Direção da Sociedade Hospitalar Nossa Senhora de Fátima; e à Escola de Belas Artes, ligada à Prefeitura Municipal. A associação dessas Escolas e Faculdades, sob a liderança de Dom Benedito Zorzi e do Dr. Virvi Ramos, deu origem à Universidade de Caxias do Sul – UCS.

3. Ação Católica: Em 1936, foi iniciado no Ginásio São José um centro de Ação Católica em atenção ao apelo do Santo Padre e da Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul. O Colégio possuía um assistente eclesiástico que promovia retiros anuais e encontros de formação mensais. Em maio de 1946, foi fundada a Juventude Estudantil Católica (JEC), com a presença de Dona Sueli Bascú, Presidente Diocesana, e Dona Glória Geraldi, dirigente da JEC, sendo realizada a 1ª. Reunião de Estagiárias. Esta secção da JEC tornou-se o núcleo Sagrado Coração de Jesus da JEC. Em 1950, esse núcleo contava com aproximadamente 50 jecistas, “entre as quais, poderíamos destacar valentes campeãs de um santo ideal, que arrostariam quaisquer sacrifícios para o reino de Cristo”. (CASA PROVINCIAL, 1951, p.38).

Na Figura 9, encontramos as componentes da JEC, por ocasião do primeiro retiro promovido e realizado nas dependências do Colégio São José em 1936.



Figura 9: Grupo da Ação Católica de Caxias do Sul em 1936, por ocasião da realização do seu 1º retiro no Colégio São José

Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.37.

4. Obra Catequética: O Ginásio e Primário tinham aulas semanais de religião, ministradas pelos padres da paróquia. Em 1947, a pedido do Corpo docente do São José, o Pe. Plínio Bartelle fundou o Curso Catequético de Caxias do Sul. Em 1951, já haviam se formado as quatro primeiras turmas, sendo que 95 receberam o diploma de primeiro grau e 12 do segundo grau.

Catequistas e Jecistas ao mesmo tempo, cômicas do compromisso que assumiram e do apostolado que devem exercer, um pugilo de bravas voluntárias ofereceram-se para ensinar o catecismo aos domingos. Há assim 3 turmas, sob a direção do Pe. Ernesto Brambalise, Cura da Sé, que preparam as crianças para a 1ª. Comunhão. (CASA PROVINCIAL, 1951, p. 39).

Além de prepararem as crianças da Catedral para a 1ª comunhão, as catequistas acompanhavam as crianças junto à Capela do Abrigo de Menores, dos Padres Josefinos, e no arrabalde do Fluminense em uma garagem emprestada.

Como foi constatado que muitas destas crianças não cumprem com o preceito dominical, após a Missa colegial das 8 horas, dirigem-se aos arrabaldes supra mencionados para levar estas alminhas novas ao cumprimento do grave dever de assistir à Santa Missa. (CASA PROVINCIAL, 1951, p. 39).

5. Cruzada Eucarística: O Bispo Diocesano, Dom José Barea, em 22 de novembro de 1940, criou por decreto, no Colégio São José, a pia associação da Cruzada Eucarística. As reuniões eram dirigidas pelo Pe. Orestes Valetta, continuadas pelo Pe. Ernesto Brandalise e depois pelo Capelão Pe. Ângelo Tronca. Entre simpatizantes, aspirantes e Cruzadas, são 90 moças dedicadas no fervor Eucarístico.

6. Obra Missionária: Através dos Colégios Religiosos, a Diocese de Caxias do Sul promovia campeonatos para as Obras Missionárias: “A messe é grande e os obreiros são poucos”. O Colégio São José se engajava totalmente nesta campanha.

Observamos na Figura 10 um grupo de alunas participantes dos festivais missionários que eram promovidos entre os educandários católicos.

As vitórias alcançadas de 1935 a 1947 e em 1949 na Campanha Missionária. Em dois anos 1948 e 1950 foi vice-campeão da Diocese, chegando contudo às “barbas” do campeão. Admira-se o ardor com que trabalham para Obra tão grandiosa; empreendimento algum conseguiria entusiasmar tanto e com tanta perseverança. Pelas Missões e para as Missões os sacrifícios não podem ser contados porque a recompensa que vem do Alto também não será medida. (CASA PROVINCIAL, 1951, p. 42).



Figura 10: Os Festivais Missionários eram feitos com grande entusiasmo
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.41.

7. Grêmio Estudantil: Um dos instrumentos significativos da participação e envolvimento das estudantes do Colégio São José aconteceu através do Grêmio Estudantil. Em 1948, foi criado o jornalzinho “Prossigamos” que, depois, foi transformado em revista mensal.

A Figura 11 mostra um grupo de alunas pertencentes ao Grêmio Estudantil, elaborando o jornal Prossigamos.

Ele se tornou traço de união entre as alunas e com as ex-alunas do educandário. Noticioso, literário e humorístico, apesar de sua modéstia, produto do mimiógrafo, em cumprindo seu programa, satisfazendo e alegrando seus assinantes. (CASA PROVINCIAL, 1951, p. 48).



Figura 11: Elaboração do jornal “PROSSIGAMOS”, pelas Dirigentes do GRÊMIO ESTUDANTIL SÃO JOSÉ
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p. 47.

O Grêmio Estudantil tinha a tarefa especial de acompanhar a organização da biblioteca para as alunas. O acervo da biblioteca contemplava obras célebres, livros instrutivos, recreativos, de revistas relativas à cultura geral e especial. Também havia uma biblioteca destinada ao corpo docente, com livros religiosos e ascéticos, tratados sobre a vida dos santos, homens de letras e livros pedagógicos.

8. Escola Doméstica: No ano de 1951, a Direção da Escola Normal São José criou a Escola Doméstica, que contava com aulas de corte, costura, pintura em alto relevo, confecção de flores, noções de enfermagem e arte culinária. A finalidade desta escola era complementar o Curso Normal.

O Curso de Formação de Professores, fazendo não só ingressar no magistério, mas preparando tão eficientemente as futuras Mães, deveria ser completado por uma Escola Doméstica que, ao lado das Artes Aplicadas aprendidas no Curso Normal, grandemente úteis à dona de casa, ensinasse o necessário e indispensável para a direção de um lar. (CASA PROVINCIAL, 1951, p. 50).

A Escola Doméstica podia ser frequentada pelas alunas e também por ex-alunas, as quais, facultativamente, se não fossem normalistas, podiam, ao mesmo tempo, aprender um pouco de Psicologia, Sociologia, Biologia, Puericultura e Filosofia da Educação.

Nas Figuras 12 e 13, vemos alunas participando de atividades na Escola Doméstica.

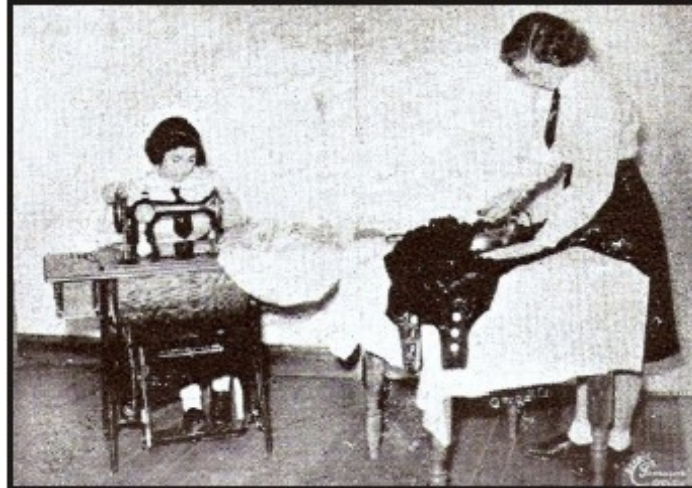


Figura 12: Alunas aprendendo a cuidar do próprio vestuário na Escola Doméstica
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.57.



Figura 13: Normalistas do 1º ano, participando das aulas de culinária na Escola Doméstica
Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.57.

9. Belas Artes: O Colégio São José se distinguiu na sociedade caxiense pelo incentivo ao cultivo da música e da pintura. As matrículas para as aulas de piano e violino estavam limitadas a 100 alunas, pois não havia lugar para todas as que queriam frequentar essa aprendizagem. Além do piano e violino, havia também aulas de harmônio para as alunas internas a fim de acompanhar os cantos nas respectivas paróquias.

Os cursos de pintura eram dados para as alunas, ex-alunas e também para moças e senhoras da cidade. Eram feitas exposições de pintura que atraíam muitos visitantes envolvendo as famílias e a sociedade como um todo.

Nas figuras 14 e 15, vemos alunas participando das aulas de pintura.



Figura 14: Alunas participando das Aulas de Pintura

Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.53.



Figura 15: Sras. Aracy C. Sehbe, Maria B. Mascarello, Anita P. Torelly e Hylce Z. Morey participando de uma Aula de Pintura

Fonte: Acervo da Casa Provincial, 50 anos da Congregação São José, 1951, p.55.

10. Vida Religiosa: Anualmente eram feitos retiros espirituais para as alunas do ginásio, normalistas e maiores do curso primário. O retiro era considerado o esteio da moral religiosa. Além da instrução religiosa, que fazia parte da formação, uma intensa e filial devoção à Maria Santíssima era fomentada. Nos meses de maio e outubro, o rosário era rezado em comum, e, nas salas de aula, confeccionavam-se altarcinhos consagrados à Mãe do Céu. Era comum a participação das alunas na bênção solene do Santíssimo Sacramento.

11. Atuação no Seminário Nossa Senhora Aparecida: Dom José Baréa, ao assumir a Diocese de Caxias do Sul, em 1936, priorizou a construção do seminário diocesano para a formação dos jovens e futuros padres. Ele solicitou que as Irmãs de São José se encarregassem dos múltiplos serviços que tal empreendimento requeria desde o primeiro dia de sua inauguração em 1939.

Uma descrição mais aprofundada sobre o Seminário Aparecida será realizada no decorrer deste capítulo.

2.1.1.3 Indicações

O Colégio São José, fundado em 1901, foi o primeiro educandário, de confissão religiosa católica, criado para atender a população feminina, em Caxias do Sul. Nessa época, o município, com predominância de descendentes da imigração italiana, tinha uma população total de 30.500 habitantes, sendo que 3.000 viviam na zona urbana e 27.500 na zona rural. Em 1930, sua população alcançava 32.773 pessoas, sendo 9.975 na zona urbana e 22.647 na zona rural. Já, em 1950, sua população total era de 58.594, com 22.791 na zona rural e 35.803 na zona urbana. Conforme a Tabela 1, do livro Retratos de um Saber, de Formolo, 1998, p.31, mostra os dados do crescimento populacional do município de Caxias do Sul

TABELA 1
Crescimento populacional do município de Caxias do Sul - 1890/1991

Ano	População total	Rural	Urbana
1890	15.142	-	-
1900	30.500	27.500	3.000
1910	23.956	20.214	3.742
1920	33.773	-	-
1930	32.622	22.647	9.975
1940	39.677	19.554	20.123
1950	58.594	22.791	35.803
1960	101.852	32.583	69.269
1970	144.871	30.863	114.008
1980	220.553	20.212	200.341
1991	290.969	26.164	264.805

NOTES: Recenseamento Municipal de 1890 - Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura de Caxias do Sul. ANCARINI, Humberto. Relatório. DE BONI, Luis A., *A Colônia Italiana de Caxias* Rio Grande do Sul, Brasil. In: *A Itália e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, UCS, 1983, p. 27-60. Livro da Intendência Municipal de Caxias do Sul, Serviço de Estatística 1913 - Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura de Caxias do Sul. Recenseamento Geral do Município de Caxias do Sul, 1932. Caxias do Sul, Tipografia Livraria Mendes; Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1940.

O fato da precariedade do ensino público não atingir a todos favoreceu enormemente o desenvolvimento de um colégio com qualidade de ensino para as meninas e moças da cidade. Como a grande maioria das famílias tinha origem católica, a chegada das Irmãs de São José e a

implantação de um colégio religioso foi para elas um alento. O rigor e a disciplina implementados no processo educativo, aliados a uma sólida orientação religiosa, davam tranquilidade para os pais que confiavam suas filhas às Irmãs. Com a implantação da Escola Normal, o Colégio São José ganhou ainda mais conceituação, pois ali se formavam futuras mestras para as novas gerações.

As atividades complementares desenvolvidas pelo Colégio, paralelas aos estudos escolares normais do colégio, qualificaram as alunas para que fossem boas donas de casa, habilitadas nas mais diversas atividades sociais. A Escola Doméstica e as atividades no campo artístico da música, pintura e belas artes motivavam as alunas e a sociedade a desenvolverem uma perspectiva cultural avançada para o tempo e as circunstâncias da época. Como o Colégio São José estava voltado para a classe média, acabou exercendo uma forte influência que se estendeu na formação da mentalidade e de padrões sociais junto à sociedade caxiense e regional.

Vimos anteriormente que as Irmãs de São José se inseriram e se envolveram com as necessidades da sociedade. Este fato concedeu ao Colégio São José uma primazia no campo educacional, na área da saúde e nas atividades sociais, principalmente junto à população feminina.

Nas décadas de 1930 e 1940, a Igreja buscou uma forma de colaboração harmônica com o Estado. A formação católica, exercida através das instituições educacionais, tinha em mente não só o rigor à disciplina, à ordem e à qualidade de ensino, mas também o respeito às autoridades constituídas. Diante do temor do processo revolucionário, anárquico e questionador que estava em andamento na sociedade brasileira, era necessário somar esforços para “combater o inimigo comum representado pelos movimentos de tendência liberal, anárquica ou socialista”. (AZZI, 1996, p. 46). Assim, o Colégio São José desempenhou um importante papel na formação do caráter da maioria de suas alunas, tornando-as amantes da ordem, da Igreja e da sociedade constituída.

2.1.2 Colégio do Carmo – educando meninos e moços

2.1.2.1 Histórico

O Colégio do Carmo, hoje Colégio La Salle Carmo, iniciou suas atividades em Caxias do Sul no dia 4 de fevereiro de 1908. O tradicional e centenário colégio possui uma história singular, sendo referência de educação com qualidade para os meninos e moços de Caxias do Sul e da região.

A história dos Irmãos das Escolas Cristãs, chamados de Irmãos Lassalistas, tem sua origem na França por iniciativa de seu fundador João Batista de La Salle. Ele nasceu em Reims, no ano de 1651, de nobre e abastada família francesa. Desde cedo manifestou o desejo de ser sacerdote. Estudou na Universidade de Reims, “no seminário São Sulpício em Paris, que era um centro ortodoxo fiel a Roma, e também na Sorbone, onde reinava atmosfera galicana e jansenista”. (POUTET, 1970, p.58). Foi ordenado sacerdote em 1678 e nomeado cônego da Catedral de Reims, em 1679, cargo ao qual renunciou em 1683 para dedicar-se à causa da educação dos mais necessitados, distribuindo sua fortuna aos pobres.

Em 1684, funda a congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs que deveriam se dedicar à urgência de dar uma instrução adequada aos meninos das classes mais pobres.

Em 1691, com Nicolau Vuyart e Gabriel Drolin, La Salle emite o voto heróico, prometendo trabalhar com eles até o último sobrevivente para consolidar o Instituto dos Irmãos, embora fosse necessário pedir esmola e “viver de pão somente”[...]. “Na festa da Santíssima Trindade, em 1694, o fundador e doze Irmãos emitem votos de obediência, comprometendo-se a “manter, juntos e por associação, escolas gratuitas (POUTET, 1970, p. 60 e 62).

No tempo de La Salle, somente tinham condições de estudar os jovens de famílias mais abastadas. Ao dedicar-se às classes menos favorecidas, com métodos revolucionários para a época, encontraram muitas resistências. Nas escolas populares dos Irmãos, foi adotada a língua materna e não o tradicional latim. Introduziram o ensinamento elementar e profissionalizante que compreendia leitura, escrita, ortografia, matemática e catecismo. O ensino procurava levar os moços a ter um emprego. Exercícios práticos com instrumentos de trabalho faziam parte do calendário escolar.

Dos doze voluntários que iniciaram a congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs, quando La Salle morreu em Rouen, em 1719, a instituição estava composta por aproximadamente duzentos membros espalhados em 22 casas. A vinda dos Irmãos Lassalistas para o Brasil, em 1907, foi decorrência da perseguição desencadeada às Congregações Religiosas na França entre 1874 a 1904.

Os republicanos anticlericais sobem ao poder. Pelo Decretos do Presidente da República Jules Grévy (29 de março de 1880), são expulsas do território francês todas as Congregações Religiosas “não autorizadas”, isto é, aquelas cuja existência legal não fora

reconhecida. A Congregação Lassalista não foi atingida, pois gozava de reconhecimento oficial, outorgado, em 1808 por Napoleão, que já autorizara a restauração das escolas lassalistas na França (supressas durante o terrível período da Revolução Francesa de 1789). (COMPAGNONI, 1980, p.143).

O confronto anticlerical com o objetivo de eliminar a Escola Católica se acentuou com Combes, Justin-Louis-Émile, então Presidente do Conselho de Ministros da França de 1902 a 1905, quando decretou que “o ensino de qualquer grau e de qualquer natureza é interdito na França às congregações” e as “Congregações autorizadas a título exclusivamente docentes serão suprimidas num prazo máximo de dez anos”. (COMPAGNONI, 1980, p.144). Segundo o historiador Mons. Adolfo Giobbio,

[...] em três dias, de 10 a 13 de julho de 1904, foram interditadas três mil escolas religiosas e o abominável decreto foi imposto aos diretores das escolas atingidas, a começar de 16 de julho”. Segundo Giobbio, “foram fechadas, pelo Governo sectário da França, 3.494 educandários masculinos e 2.195 educandários femininos, dirigidos por Congregações Religiosas. (COMPAGNONI, 1980, p.144).

Os Irmãos Lassalistas, nesta época, possuíam 1.500 escolas na França, com 200.000 alunos, onde atuavam 14.000 Irmãos, em exercício ou em formação. Foi a partir dessa situação que os Irmãos começaram a dirigir-se para outros países limítrofes e para a criação de novas Províncias, inclusive no Brasil.

A vinda para o Brasil, em 1907, deveu-se aos insistentes pedidos do Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio Ponce de Leão, e do Padre Joseph Martin Moreau, belga, que fora aluno de educandário lassalista em sua terra natal, e trabalhava em Porto Alegre. Os primeiros 12 Irmãos saíram do porto de Marselha rumo a Buenos Aires e ali aguardaram a ordem de embarque para Porto Alegre. Em novembro deste ano, vieram mais 22 Irmãos, sendo que, até 1912, chegaram ao Brasil um total de 50 Irmãos Lassalistas. (COMPAGNONI, 1980, p.154).

No mesmo ano de 1907, iniciaram a Escola São João Batista de La Salle, no bairro Navegantes, em Porto Alegre, e o Colégio São Carlos, em Vacaria. Em 1908, em Porto Alegre, nascia o Colégio Nossa Senhora das Dores; em Canoas, o Instituto São José e o Externato São Luiz; em Caxias do Sul, o Colégio Nossa Senhora do Carmo. A chegada de seis Irmãos Lassalistas franceses, em Caxias do Sul, aconteceu no dia 28 de janeiro de 1908, coordenados pelo Irmão Anastácio Pascal.

Na Figura 16, vemos os fundadores do Colégio do Carmo.



Figura 16: Fundadores do Colégio do Carmo. Sentados: Irmão Xavier Domingos, Anastácio Pascal, Frumêncio. De pé: Inocêncio, Leão, Fabiano Alberto.

Fonte: Irmão Bonifácio: Crônicas do Carmo, 1988, p.12.

O Irmão Anastácio havia trabalhado vários anos na Itália e dominava corretamente a língua italiana, motivo pelo qual foi designado para Caxias do Sul. A vinda dos Irmãos para Caxias do Sul deveu-se ao esforço do vigário da paróquia Santa Teresa, que já havia conseguido anos antes a vinda das Irmãs de São José para começar um Colégio feminino. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p.11).

Dom Carmine Fasulo, pároco de Caxias, era natural da Itália, onde conheceu os Irmãos. Ele foi quem providenciou o pagamento da instalação dos Religiosos. Um conto de réis (1.000\$000). (COMPAGNONI, 1980, p. 228).

Em sua homenagem, o Colégio ganhou o nome de Nossa Senhora do Carmo, mas, popularmente, ficou conhecido como Colégio do Carmo. As aulas começaram no dia 3 de fevereiro de 1908, com 50 alunos, e, em agosto, já passavam dos 100 alunos. O prédio para o funcionamento da escola era de propriedade do Sr. Francisco Balem, que o alugou com a condição de enviar seus filhos maiores às aulas no período da noite e os menores durante o dia.

A classe média, formada por comerciantes, artesãos e donos de indústrias incipientes, queria que seus filhos soubessem, pelo menos, os rudimentos de leitura e cálculo. Quando adquiridos esses rudimentos, os rapazes eram retirados da escola e obrigados a trabalhar no negócio do pai. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988. p.11).

Em 1910, a casa já não comportava o enorme número de alunos que queriam matricular-se. Em 1911, foi alugado um casarão de madeira situado nos fundos da Igreja Matriz.

Na Figura 17, vemos o casarão de madeira onde funcionou o Colégio do Carmo até 1928. A partir de então, passaram para o novo prédio onde funciona até os nossos dias na Rua Os 18 de Forte.



Figura 17: Pavilhão de madeira, atrás da Igreja Matriz, onde funcionou o Colégio Nossa Senhora do Carmo, de 1911-1928.

Fonte: Acervo da Secretaria do Colégio do Carmo.

Até 1913, o Carmo funcionou como escola primária. Neste ano, iniciou um curso para adultos que foi o embrião da futura Escola Técnica de Comércio, oficializada em 1938. Em 1932, a escola é equiparada ao Ginásio, com curso secundário completo de cinco anos. Quando completou 25 anos de funcionamento, em 1933, o Carmo passou a funcionar com o nome de *Gymnasio Municipal Nossa Senhora do Carmo*. Em 1951, de acordo com a reforma de Ensino, é iniciado o *Curso Científico*. Somente em 1970 começam a ser admitidas alunas, em pequeno número, no Científico e no Comércio. Atualmente, é um colégio misto e leva o nome: Colégio La Salle Carmo.

Na Figura 18, datada de 1938, vemos o Colégio do Carmo dedicado aos meninos e moços, tendo à direita a nova ala do Colégio São José que se dedicava ao ensino das meninas e moças.



Figura 18: Colégio do Carmo, à esquerda; e a nova ala do Colégio São José, à direita

Fonte: Acervo da Secretaria do Colégio do Carmo.

A história do Colégio do Carmo registra um forte componente formativo relacionado à música e à educação para uma vida responsável. Esses elementos se manifestavam através da sua

imponente Banda Marcial, iniciada na década de 1950, que, com garbo e formação militar, fazia evoluções e coreografias, enchendo os olhos do público assistente. A Banda Marcial se apresentava nos principais eventos públicos da sociedade caxiense, nos desfiles cívicos em homenagem à Pátria e em vários municípios da região. Devido à qualidade de suas apresentações, excursionou por vários Estados do Brasil e também no exterior. Outro destaque do Colégio do Carmo em relação à formação musical foi o coral infantil denominado *Os Canarinhos do Carmo*. Através do coral, os meninos e jovens eram incentivados a apurarem o gosto musical e ficavam mais desinibidos por meio das apresentações que realizavam nas mais diversas circunstâncias.

Na Figura 19, vemos a Banda Marcial fazendo uma de suas muitas apresentações e evoluções. A educação para uma vida responsável, disciplinada e solidária ganhou corpo junto aos alunos do Carmo, por intermédio do Movimento de Escoteiros que foi introduzido e incentivado junto aos estudantes.

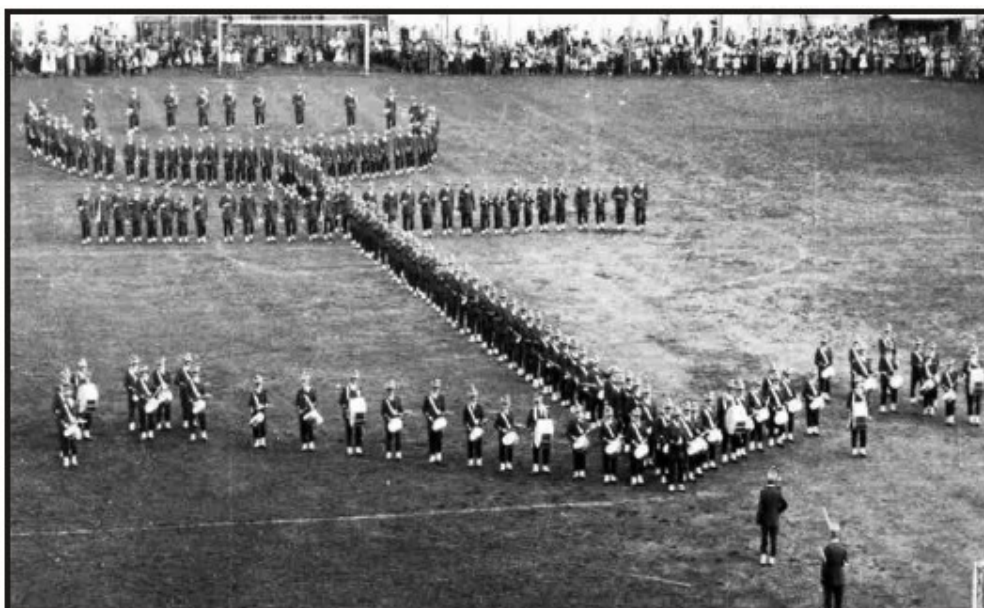


Figura 19: Banda Marcial fazendo a evolução da âncora
Fonte: Acervo da Secretaria do Colégio do Carmo.

2.1.2.2 Envolvimento com a sociedade

O envolvimento do Colégio do Carmo com a comunidade de Caxias do Sul aconteceu de várias maneiras, pois desfrutava de muito prestígio e envolvia os filhos das famílias mais tradicionais da cidade. Através da disciplina, da ordem e de um ensino de qualidade, o Colégio adquiriu o respeito e a confiança da sociedade. Destacamos algumas iniciativas que ganharam

forma e se consolidaram na cidade a partir da atuação dos Irmãos, da Associação de Ex-alunos, que envolvia e vinculava ao Colégio tanto os alunos e suas famílias como aqueles que por lá passaram.

1. Conferência São Vicente de Paulo: Em 1933, por meio de Associação dos Antigos Alunos do Colégio do Carmo, foi fundada a Conferência de São Vicente de Paulo, para atendimento às pessoas mais necessitadas, sob a orientação dos Irmãos Lassalistas.

Fundou-se pelos ex-alunos a Conferência de São Vicente de Paulo, a qual se ampliou e desdobrou em três outras: Burgo, São Pelegrino e Curtume. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p. 15).

Um dos desdobramentos ocorridos foi a fundação da Escola São Vicente, no bairro do Burgo, em 1949. Junto com a Cúria Diocesana, que era proprietária do terreno, o Colégio do Carmo iniciou esta escola para atendimento de mais de 120 crianças pobres, desde a educação infantil até a 4ª. série do Ensino Fundamental. Cabe salientar que o Burgo era considerado uma das favelas mais problemáticas da cidade de Caxias do Sul. A partir de 2006, esta escola passou a fazer parte da Rede Municipal de Ensino.

Uma preocupação do Colégio do Carmo, através da Associação dos Antigos Alunos, era com as crianças abandonadas.

Em 1933, a Associação dos Antigos Alunos encaminhou à Polícia o pedido de fundar um grupo de voluntários para controle dos numerosos menores abandonados que perambulavam pela cidade, causando problemas. Esta iniciativa deu origem a uma “Polícia de Costumes”. Ela foi de pouca duração. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p. 15).

Uma outra atividade referente à assistência às crianças pobres, a pedido da Intendência Municipal, os Irmãos aceitaram a direção do Patronato Agrícola em 1935. O Patronato estava situado na periferia da cidade, onde hoje se localiza o Parque Cinquentenário.

Vemos na Figura 20, um grupo de alunos internos do Patronato Agrícola.

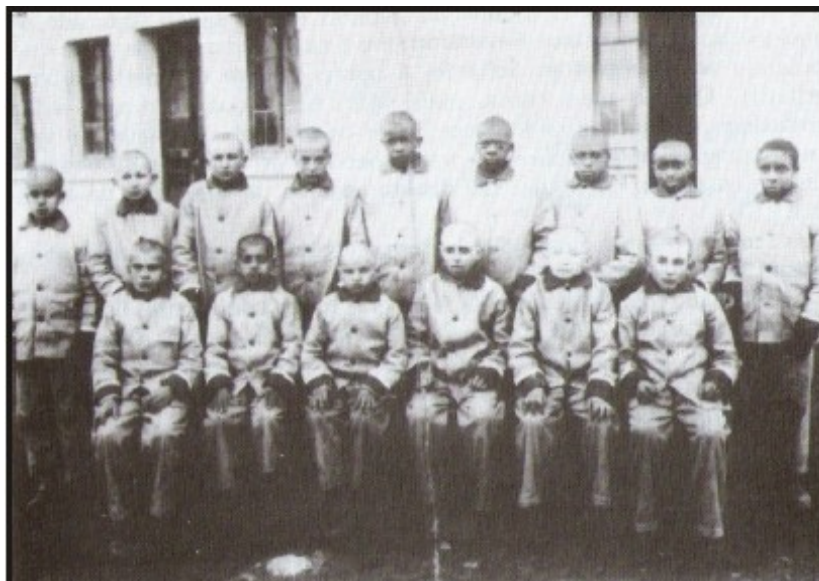


Figura 20: Alunos do patronato agrícola por volta de 1935.
Fonte: Irmão Bonifácio: Crônicas do Carmo, 1988, p.39.

Segundo relato do Irmão Bonifácio, os Irmãos assumiram com entusiasmo o trabalho junto aos jovens do Patronato. A obra continuava sendo do município, e os Irmãos não tinham liberdade na administração.

Estes alunos eram pobres e mesmo delinquentes. Os Irmãos tomaram conta do Patronato com muito entusiasmo. Infelizmente, poucos meses lá ficaram, pois, sendo obra do governo, os Irmãos não tinham total liberdade de ação. O senhor Adolfo Pena intrometeu-se na direção e, “por não ter sido tratado com toda a delicadeza devida a sua qualidade de advogado”, fez contra os Irmãos uma campanha difamatória num jornal da Capital. Em resposta, a obra foi devolvida à Prefeitura. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p.14).

2. **Círculo Operário Caxiense:** No ano de 1934, “a Associação de Ex-Alunos do Colégio do Carmo convidou o padre jesuíta Leopoldo Brentano para dar palestras aos operários de Caxias do Sul”. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p. 15). O Pe. Orestes Sílvio Valetta, Coadjutor da Paróquia Santa Teresa de Caxias, estudando as dificuldades que passavam as famílias operárias, propôs a criação de uma associação para defender os interesses da classe operária e ajudar na solução dos problemas de saúde. Destes encontros, nasceu o **Círculo Operário Caxiense**.

A 12 de agosto de 1934, instalou-se solenemente o COC, com a presença do fundador dos Círculos Operários, Pe. Leopoldo Brentano S.J. A nove de setembro de 1934, tomou posse, no térreo da canônica, a primeira diretoria: Eugênio Boff, Presidente; Luiz De Nicol, Vice; Guerino Pavan, Secretário; Orestes Barato, Tesoureiro e Pe. Oreste Sílvio Valetta, Assistente Eclesiástico. (BRANDALISE, 1985, p.49).

O Círculo Operário Caxiense desempenhou um importante papel na educação informal e na organização dos operários em Caxias do Sul. Por isso, suas atividades serão analisadas no decorrer desta dissertação.

3. Colégio La Salle: A Associação de Ex-Alunos do Colégio do Carmo adquiriu, em 1935, um terreno na Av. Rio Branco, onde hoje é o bairro São Pelegrino, para construir uma escola gratuita para alunos carentes.

A Associação de Antigos Alunos adquiriu, no Bairro São Pelegrino, uma velha serraria para nela os Irmãos instalarem e dirigirem uma escola gratuita para as crianças pobres do bairro. Assim nasceu o atual colégio La Salle. Seu primeiro dirigente foi o Irmão Bruno (Coronel de apelido). A abertura das aulas foi a 14 de fevereiro de 1936. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p.15).

Este colégio começou suas atividades com 80 alunos e funcionou até 1958 com o curso primário. Em 1958, foi iniciado o curso ginásial e comprado um novo terreno para ampliar suas dependências, sendo que, em 1964, mudaram para o novo endereço, na Rua La Salle, onde permanece até os nossos dias.

4. Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados– SCAN: A Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados – SCAN –, que atendia pessoas pobres e necessitadas, realizando visitas domiciliares, surgiu em 1938. Foi fruto do empenho de um grupo de jovens Vicentinos que optaram por fazer um trabalho em favor dos mais necessitados, principalmente de pessoas idosas com problemas, vítimas de abandono e maus tratos. “Esta Sociedade funcionou nas dependências do Carmo durante 8 anos”. (IRMÃO BONIFÁCIO, 1988, p.16).

Em 1940, sob a direção de Dario Granja Sant’Ana, foi iniciada a construção de um prédio de cinco pavimentos para o funcionamento da entidade. O trabalho desenvolvido motivou a criação de um asilo para idosos desamparados.

No ano de 1942, a Sociedade Cívico Militar “Tiro de Guerra Nº 248” doou à SCAN uma área de 6.600 m². Esta área deveria ser utilizada para um asilo de idosos desamparados. Como naquele momento a SCAN não pode concretizar seu objetivo, optou por ceder aos Padres Josefinos para que ali funcionasse um abrigo para menores. Assim começou a surgir em Caxias o Abrigo de Menores, hoje Centro Técnico Social. (EXPEDIENTE, 2008, p. 18).

As Conferências Vicentinas, fundadas em 1933, tiveram seu incentivo junto ao Colégio do Carmo, principalmente pela atuação social da Associação dos Ex-Alunos, “posteriormente se

transformaram na atual SCAN - Sociedade Caxiense de Auxílio aos Necessitados”. (BRANDALISE, 1985, p.49).

2.1.2.3 Indicações

O Colégio do Carmo, criado pelos Irmãos Lassalistas em Caxias do Sul, para atendimento de meninos e moços, foi o segundo colégio religioso implantado na cidade. Por ele passaram mais de 40 mil alunos até os nossos dias, segundo dados da Secretaria do Colégio. Só este dado revela a importância e o significado que teve na formação dos jovens de Caxias do Sul e da região.

A filosofia e o método educativo dos Irmãos das Escolas Cristãs logo ganharam a simpatia dos pais e de boa parte da comunidade. Dizem os ex-alunos: “O que aprendi com os Irmãos do Carmo serviu de alicerce para toda a vida” como diz o Zandomeneghi, que foi o 1º aluno matriculado em 1909 no Colégio do Carmo. Ou como diz o Corbellini: “Fiz o primário e a primeira série ginásial. Cinco períodos diários em dois turnos. No ginásio tínhamos aula também de latim, francês, canto orfeônico e trabalhos manuais. E se estudava. E se aprendia”. (Revista dos 100 anos, 2008, p.8).

O atual Diretor, Irmão Olir Facchinello, afirma: “O Colégio La Salle Carmo ajudou na formação de milhares de jovens, que hoje estão galgando os altos postos no país, no Estado e na comunidade caxiense”. (Revista dos 100 anos, 2008, p.6). De fato, por seus bancos escolares passaram muitas personalidades que influenciaram a vida local e nacional, como o ex-prefeito e ex-governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, os Ministros Mário Andreazza e Hygino Corsetti, o atual Senador Pedro Simon, sem falar nos inúmeros empresários, profissionais liberais, militares, prefeitos, deputados, vereadores e consagrados à vida religiosa.

O Carmo, por estar relacionado mais à classe média e alta da cidade, acabou exercendo uma significativa influência na sociedade. Promoveu muitas iniciativas junto aos trabalhadores e às camadas populares. A maioria das iniciativas tomadas estavam imbuídas por uma visão caritativa e assistencialista. Nesse período, a Igreja Católica recomendava tal tipo de atividades e ações para marcar sua presença e inserção no meio social. Essa orientação buscava manter e garantir o modelo de organização social existente, colaborando com os poderes constituídos.

2.1.3 Seminário Nossa Senhora Aparecida, para formação do clero diocesano

2.1.3.1 *Histórico*

O desafio de construir um Seminário Diocesano para formação do clero surgiu da Bula do Papa Pio XI: *Quae Spirituali Chrisifidelium*, que criou a Diocese de Caxias do Sul, em 8 de setembro de 1934. (GUIA PASTORAL, 2008, p. 8). A Bula recomendava a criação de um seminário menor. Esta missão coube ao seu primeiro Bispo, Dom José Barea, que, ao iniciar seu ministério episcopal, em Caxias do Sul, no dia 11 de fevereiro de 1936, priorizou o funcionamento e a construção de um Seminário.

Na Figura 21, vemos Dom José Barea, primeiro bispo de Caxias do Sul e idealizador do Seminário Aparecida.



Figura 21: Dom José Barea.
Fonte: Guia Pastoral da Diocese, 2008, p.8.

Dom José Barea, em 1936, logo após assumir a Diocese, dá os primeiros passos para negociar e adquirir um terreno para construir um Seminário. A gleba de terra escolhida se situava nos arrabaldes da cidade, entre as Capelas Santa Catarina e Nossa Senhora da Saúde. No ano de 1937, foi criada uma Comissão Pró-construção do Seminário: Presidente da Comissão, Dante Marcucci (Prefeito Municipal de Caxias do Sul), e os senhores Abramo Eberle, Ângelo de Carli, Secondo Mandelli, Eugênio Luchese, e os padres João Meneguzzi e Orestes Valetta.

A pedra fundamental do Seminário foi solenemente abençoada no dia 23 de maio de 1937, com a presença de autoridades civis, militares, eclesiásticas e grande afluência de população católica.

Observamos na Figura 22, a cerimônia da bênção da primeira pedra do Seminário por Dom José Barea.



Figura 22: Bênção da Primeira Pedra do Seminário por Dom José Baréa, 23/05/1937.
Fonte: Acervo do Seminário Aparecida, folder dos 70 anos, 1939-2009.

Durante os anos de 1937 e 1938, Dom José Barea percorreu toda a Diocese visitando as comunidades e angariando fundos para a construção do Seminário. Na Figura 23, vemos o andamento das obras de construção do Seminário Aparecida. Todas as doações particulares, das capelas e paróquias da Diocese, foram registradas em livro próprio, que hoje se encontra na Secretaria do Seminário Aparecida. Foi uma imensa peregrinação e intensa coleta, segundo foi descrita no discurso que o bispo proferiu por ocasião da inauguração do Seminário.

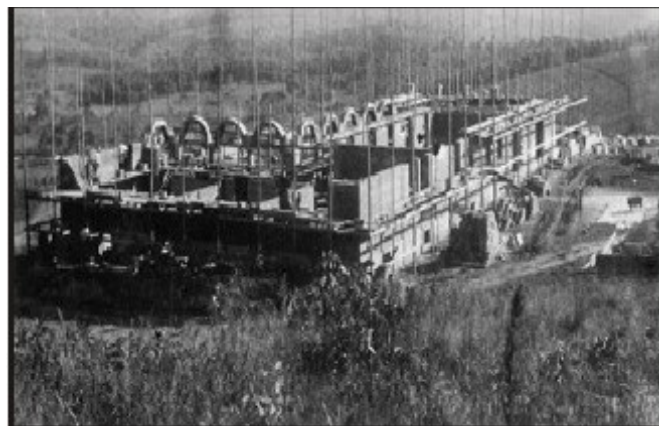


Figura 23: Construção do Seminário Nossa Senhora Aparecida, 14/02/1938.
Fonte: Acervo do Seminário Aparecida, folder dos 70 anos, 1939-2009.

Deram os grandes e os pequenos, os pobres e os abastados, os moços e os velhos. Deram os moradores das cidades e das vilas, das aldeias e das colônias, da campanha e do litoral. Todos têm no edifício, que hoje inauguramos, a sua pedra, o seu tijolo, o seu grãozinho de areia a cantar os louvores ao Senhor (DOM JOSÉ BAREA, 1939).

Por ocasião da festa de São José, em 19 de março de 1939, foi solenemente inaugurado em Caxias do Sul, na colina próximo à Capela de Santa Catarina, o imponente prédio do Seminário Diocesano de Nossa Senhora Aparecida. No primeiro ano de funcionamento contou com 80 seminaristas.

Na Figura 24, observamos a festa de inauguração do Seminário, que contou com as mais diversas autoridades e grande afluxo da população vinda de todos os municípios da Diocese.



Figura 24: Inauguração do Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida em 19/03/1939.
Fonte: Acervo do Seminário Aparecida, folder dos 70 anos, 1939-2009.

Cabe lembrar que o Seminário Diocesano começou suas atividades em 1938, nos fundos da Catedral. Até essa data, os seminaristas menores da Diocese de Caxias do Sul estudavam em São Leopoldo. Como os seminaristas da Arquidiocese de Porto Alegre foram transferidos para Gravataí, e São Leopoldo se tornou Seminário Maior, surgiu a necessidade de encontrar uma solução local para atender os seminaristas menores diocesanos. Os Freis Capuchinhos foram convidados para dirigir e orientar o Seminário.

Na Figura 25, vemos os primeiros seminaristas do Seminário Diocesano de Caxias do Sul, situado atrás da Catedral, em 1938, juntamente com os Freis Capuchinhos. O reitor era o Frei Pacífico de Bellevaus, e os professores Freis Nodesto de Naves e Timóteo Persici, sendo prefeito de disciplina o Frei Conrado Zullian.



Figura 25: Os primeiros seminaristas do Seminário Diocesano de Caxias do Sul em 1938, tendo como reitor Frei Pacífico de Bellevaux e professores os Freis Modesto de Naves e Timóteo Persici, e prefeito de disciplina o Frei Conrado Zullian

Fonte: Costa, Rovilio. Capuchinhos no RS, 1996, p.530.

Porém o contratempo havido no seminário menor de São Leopoldo obrigou Dom José a adaptar, provisoriamente, como seminário, duas pequenas e velhas casas, que ficavam no fundo da Catedral de Caxias. Com isto, nossos padres tiveram de tomar no princípio de 1938, a direção do seminário. Foi nomeado primeiro reitor o Pe. Frei Pacífico de Bellevaux, e professores, os Freis Modesto de Naves e Timóteo Persici; prefeito de disciplina, Frei Conrado Zullian. Os seminaristas eram 28. (COSTA, 1996, p.536).

A direção da nova casa de formação do Seminário Aparecida foi entregue por Dom José Barea aos Freis Capuchinhos, através de um contrato, para que eles administrassem, orientassem espiritualmente e ministrassem aulas aos seminaristas diocesanos. O contrato com os Freis Capuchinhos começou a ser gestado em 10 de novembro de 1936. Em troca, os Freis Capuchinhos poderiam abrir uma casa na cidade de Caxias do Sul.

Quando foi inaugurado o novo prédio do seminário, em 1939, “de 28 seminaristas que eram, passaram a ser 90; havendo alguns pertencentes a outras dioceses” (COSTA, 1996, p.536).

Na Figura 26, vemos Dom José Barea, o Visitador Apostólico Monsenhor Pequeno, Freis Capuchinhos e alunos posando para foto diante do Seminário. Para que esse local tivesse um bom atendimento, além dos padres capuchinhos, Dom José Barea solicitou às Irmãs de São José que atendessem os múltiplos serviços que exigia o tipo de prédio e os próprios de sua finalidade. A comunidade das Irmãs do Seminário exercia várias tarefas junto aos seminaristas. Cuidavam da capela, da enfermaria, da cozinha e refeitório, das roupas e da lavanderia. Os seminaristas eram

organizados em turmas, que se revezavam para trabalhar nos serviços de manutenção do Seminário. As Irmãs eram as orientadoras dos seminaristas nos serviços a elas confiados.

As designadas para o apostolado junto aos jovens foram Madre Paula da Cruz Fávero, Irmãs Feliciano Cechet, Joana Teresa Fronchetti, Gasparina Câmara, Lucila Muraro e Eudoxie Spadotto. Entregaram-se generosamente, entendendo o grande papel de educadoras de uma juventude privilegiada. (CASA PROVINCIAL, 1998, p. 138).



Figura 26: Primeiros Seminaristas de Caxias do Sul com Dom José Barea, ao seu lado esquerdo, Monsenhor Pequeno vsitador apostólico e o reitor Frei Pacífico de Bellevaux e professores os Freis Modesto de Naves e Timóteo Persici, e prefeito de disciplina o Frei Conrado Zullian

Fonte: Roque Grazziotin. Acervo do arquivo da Província dos Capuchinhos.

A maioria dos Freis Capuchinhos que assumiram a condução do seminário Aparecida era de origem francesa:

Quando inaugurado o seminário de Caxias, a maioria da comunidade capuchinha era constituída de franceses: Frei Pacífico de Bellevaux, reitor; Frei Germano de Saint-Sixt, diretor espiritual; Frei Exupário de la Compôte, ecônomo e professor de grego e música, incluindo canto gregoriano; Frei Modesto de Naves, professor de francês, história; Frei Elizário (Elizear), que ainda vive em Annecy, professor de francês. (COSTA, 1996, p.538).

No ano de 1940, assumiu a direção do Seminário o Frei Romualdo Mulinari. As obras complementares tiveram prosseguimento, sendo que, em 3 de junho de 1941, foi solenemente inaugurada a Capela e o Salão de Festas. O número de seminaristas continuava a aumentar,

passando para 128, com nove padres professores. Em 1944, foi formada a primeira turma de seminaristas que concluíram seus estudos no Seminário Aparecida.

Na Figura 27, vemos a primeira turma de formandos ao concluírem os seis anos do Curso Seminarístico, junto com os Freis que os acompanhavam e dirigiam o Seminário.



Figura 27: A turma que concluiu os seis anos do Seminário Diocesano de Caxias do Sul em 1944. Sentados, a partir da esquerda, os freis Antonino Ferreto, Evaristo Fassina, Romualdo Mulinari, Cipriano Stangherlin e Nicolau Lucian. Os seminaristas, começando embaixo, a partir da esquerda: Adelino Schneider, Enio Tarrasconi, Edy Pizzato, Orozimbo Furlan, Bedin, Dante Flores Cesa, José Meneguzzo, Ivo Carlos Compagnoni, Mioto, Vitorino Félix Sanson, Mario Fracalossi e Sidnei Zanetini.
Fonte: Costa, Rovílio. Capuchinhos no RS, 1996, p.529.

No ano de 1946, a comunidade capuchinha do Seminário Diocesano estava assim constituída:

Freis Romualdo Mulinari, reitor e superior; Cláudio Mocelini, diretor espiritual e professor; Cipriano Stangherlin, vice-reitor, ecônomo e professor; Nicolau Lucian, prefeito de disciplina e professor; Armindo Vicenzi, prefeito de estudos e professor; Albino Aresi, capelão de Santa Catarina e professor; Mauricio Vian, capelão do Desvio Rizzo e professor; Henrique Castegnaro, professor; Mariano Roncato, professor. Mais o estudante de teologia Frei Raymundo Simoneto, professor (COSTA, 1996. p.537)

Em 1949, assumiu a reitoria do Seminário o Frei Armindo Vicenzi e, em 1952, Frei Ambrósio Tondello. A comunidade dos capuchinhos ficou à testa do Seminário Diocesano até 1953, quando foi encerrado o contrato de sua permanência com a diocese. O provincial, Frei Venâncio Pivato, assim se pronunciou:

Após a morte do saudoso Dom José Barea, surgiram diversos impasses na direção do Seminário Diocesano de Caxias. Em face dos acontecimentos, após madura reflexão e consultados os superiores gerais, o Definitório resolveu devolver ao Sr. Bispo a direção do seminário. Pelo espaço de 14 anos, dirigimos aquela obra de grande responsabilidade com imenso sacrifício e abnegação de nossos reitores e professores, merecendo dos visitantes apostólicos os mais rasgados elogios, pela formação que souberam dar a muitas levas de seminaristas. A todos que por lá passaram nossos sinceros e profundos agradecimentos por tudo o que fizeram em prol daquele seminário. (Xa. Carta Circular, 5-4-1953, p. 20. in COSTA, 1996, p.537).

A partir de então, com a posse de Dom Benedito Zorzi, em 6 de dezembro de 1952, o Seminário Diocesano foi assumido pelos padres diocesanos, tendo como reitor o Pe. Ângelo Mugnol. Dom Benedito era bispo de Ilhéus, na Bahia, sendo transferido para a Diocese de Caxias do Sul. Ele nasceu em 27 de maio de 1908, em Nova Pádua, então distrito de Caxias do Sul. Fez seus estudos no Seminário Provincial N^a Sra. da Conceição, em São Leopoldo, junto com os jesuítas. Trabalhava na Diocese de Pelotas quando foi nomeado Bispo de Ilhéus em 1946. (GUIA PASTORAL, 2008, p. 9).

Na Figura 28, vemos o segundo bispo da Diocese de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi.



Figura 28: Dom Benedito Zorzi, 2^o bispo da Diocese de Caxias do Sul.
Fonte: Guia Pastoral da Diocese, 2008, p. 9.

A presença dos capuchinhos nos primórdios do seminário Aparecida deu aos jovens seminaristas uma sólida formação, como atestam depoimentos de ex-alunos do seminário, dos quais destacamos o de Ivo Carlos Compagnoni, que ali estudou de 1939 a 1944. No artigo que escreveu em 1996, para a comemoração do Centenário dos Capuchinhos no Rio Grande do Sul, afirma:

Quanto mais tempo passa, mais posso perceber o valor da formação espiritual e cultural que os queridos capuchinhos souberam dar às gerações de jovens que estiveram aos seus cuidados no decênio de 1939 a 1949, no Seminário Nossa Senhora Aparecida de Caxias do Sul". (COSTA, 1996, p.538).

Na Figura 29, observamos os alunos junto com os Freis Capuchinhos que dirigiam o Seminário Aparecida, em 1941.



Figura 29: Padres do Seminário Diocesano com os alunos. Da esquerda para a direita Frei Henrique Categnno, Frei Albino Aresi, Frei Dalcil Barbosa Fidelis, Frei Cipriano Stangherlin, Frei Romulado Mulinari, Frei Carlos Mocelim, Frei Nicolau Lucian, Frei Adelar Vicenzi (Frei Armindo), Frei João Batista Roncatto
Fonte: Roque Grazziotin. Acervo do arquivo da Província dos Capuchinhos.

Após salientar as qualidades e características de cada professor, Compagnoni descreve o programa de estudos do Seminário Aparecida:

Nas seis séries iniciais, incluía português, latim, grego, francês, italiano, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, história natural, física, química, história do Brasil, história universal, música, canto gregoriano. Aulas de manhã e de tarde. Longos períodos de estudo. Exame escritos no fim do primeiro semestre. Exames escritos e orais no fim do ano. A estes últimos, parece-me que no sexto ano, vinha assistir, em especial o de latim, o bispo Dom José Barea. (COSTA, 1996, p.544).

E acrescenta sobre a organização da vida comunitária:

Nosso seminário cuidava da saúde do corpo e da alma de seus alunos. Além do trabalho manual diário, durante uma hora, havia recreios com jogos de que todos podiam participar. Tínhamos um campo de futebol, no meio do mato. Um retiro espiritual de três dias iniciava o ano letivo. Férias de meados de dezembro a fim de fevereiro. No meio do ano não havia férias". (COSTA, 1996, p.545).

2.1.3.2 Envolvimento com a sociedade

O histórico do Seminário Aparecida revela um significativo envolvimento de toda comunidade diocesana. Dom José Barea, ao assumir a nova diocese, tendo priorizado a construção do Seminário, soube envolver os principais líderes locais para concretizar este empreendimento. Basta ver que participaram da comissão pró-construção do seminário desde o prefeito local, Sr. Dante Marcucci, até o maior empreendedor industrial de Caxias do Sul, o Sr. Abramo Eberle.

Através da visita pastoral, que o bispo realizou, em todos os municípios, capelas e paróquias da diocese, houve um envolvimento das famílias, dos padres, dos religiosos e religiosas e a consequente responsabilização de todos, através de contribuições e donativos. Por meio de motivação, pregação e argumentação, o Seminário Aparecida se tornou um empreendimento comum, de todos os católicos diocesanos. As fotos da bênção da pedra fundamental e da inauguração do seminário bem como o livro de registro das doações atestam o envolvimento com a sociedade.

A Figura 30 mostra o livro de doações. Nele foram anotados os donativos com os nomes e as quantias de todos os que contribuíram para a realização do empreendimento.

TOMO I

*Ofertas
para a construção do
Seminário Diocesano*

e

*para o Jubileu Sacerdotal
do Sr. Bispo Diocesano*

e

*Reconstrução da
parte Incendiada em 1946*

Dr. César Avila	200.000
Corpo Médico, Hospital Haupe	200.000
Faldomiro Pocchen	200.000
Gregório Rotta	200.000
Máximo Claro de Lima	200.000
Abelardo Caraleviti	50.000
Vra. Genoveva Scatti	200.000
Germano Giratto	200.000
Ymãs Cesa	200.000
José Galin	200.000
Antônio Galin	200.000
Angelo Galin	200.000
Françisco Marchio	200.000
Luiz Angelini	400.000
Ygonio Cesa	200.000
José Cesa & Cia.	200.000
Luís Dilla Quintana	500.000
Memino do Catecismo	117.500
Vra. Marcela Litti	100.000
Hilário Andognini	100.000
Vra. Elisa M. Ondrizzi	100.000
Alonso Lautert	15.000
Major Feldemar Alves de Miranda	100.000
João Baggio	100.000
Laurinda Grassiotini	100.000
Antônio Grassiotini	100.000
Alberico Camusola	100.000
Vra. Maria Pocchese	100.000
Colégio São José	100.000
José Luiz de Nello	100.000
Fernando Rosa	100.000
Luís e Olímpio Latti	100.000
Cabino Estivari Colombini	100.000

Figura 30: Livro onde estão registradas as ofertas para a construção do Seminário Diocesano, 1938.

Fonte: Acervo da secretaria do Seminário Aparecida, 2009.

O incentivo e motivação para que cada família *doasse um filho* para a Igreja, fez crescer o número de jovens que ingressavam no seminário, seja para seguir a vocação sacerdotal ou simplesmente para ter uma oportunidade de estudar. Em 1948, foi introduzida na diocese, através da Catedral, a devoção das Capelinhas da Visita Domiciliar, em homenagem ao Imaculado Coração de Maria.

Na Figura 31, vemos a foto de uma das milhares de capelinhas espalhadas por todas as paróquias da Diocese que, de mão em mão, todos os dias do ano, percorriam as famílias católicas. A finalidade desta devoção a Maria era desenvolver a união das famílias e colaborar com as vocações pela oração e ajuda material.

O cofrezinho que há em cada capelinha destina-se desde a primeira capelinha, a recolher ofertas para a Obra das Vocações Sacerdotais. Esta oferta veio, depois, substituir a contribuição mensal que as famílias davam para a mesma obra, que foi instituída no início da diocese para a construção do Seminário Diocesano. (BRANDALISE, 1985, p.65).



Figura 31: Capelinha de Nossa Senhora utilizada para visita domiciliar
Fonte: Joseane Furlanetto. Paróquia Santa Fé de Caxias do Sul.

A participação das famílias que tinham filhos no Seminário e o envolvimento das comunidades e paróquias para preservar e ajudar as vocações sacerdotais foram fatos marcantes até os nossos dias. No interior das igrejas matrizes de todas as paróquias da Diocese havia um cofrezinho para receber os donativos para a *Obra das Vocações Sacerdotais e Religiosas*.

As ordenações sacerdotais realizadas nas paróquias eram precedidas de intensa campanha vocacional. Tais atividades motivavam nas crianças e nos jovens o desejo de ingressar no seminário para seguirem a carreira sacerdotal ou religiosa.

2.1.3.3 Indicações

A diocese de Caxias do Sul tinha uma população predominante de descendentes de italianos. A criação do Seminário Nossa Senhora Aparecida contribuiu para que a diocese se tornasse um celeiro de vocações sacerdotais e religiosas. Desde sua fundação, em 1939, até o término do período que estamos analisando, em 1952, sob o comando dos Freis Capuchinhos, dos 310 alunos que ali ingressaram, 55 foram ordenados padres diocesanos, sendo que três se tornaram bispos: Dom Luiz Colussi, Dom Ney Paulo Moretto, Dom Lúcio Baungaerter. Esses dados apresentam uma perseverança de 17.74%. Nos dez anos seguintes, de 1953 a 1963, quando o seminário completou 25 anos de fundação, ingressaram como alunos 512 jovens, sendo que 17 foram ordenados padres e um se tornou bispo: Dom Neri Tondello. A perseverança correspondeu a 3.32%, dos ingressantes.

Muitos alunos que frequentaram o Seminário Aparecida e não foram ordenados padres se tornaram lideranças em suas comunidades de origem, com vários destaques na área empresarial, social e política. No campo educativo, destacamos padres e ex-alunos, que tiveram atuação na formação e consolidação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Três de seus ex-alunos se tornaram Reitores desta instituição: Prof. Abrelino Vasatta, Prof. Luiz Rizzon e Prof. Isidoro Zorzi. Muitos outros foram Pró-Reitores, dirigentes de Centros, Departamentos e professores da instituição.

A sólida formação humana e cristã, aliada à ordem e disciplina rígida, cultivou, na maioria de seus alunos, pessoas de princípios e geralmente muito responsáveis nos mais diversos campos sociais. Esse legado muito se deve aos métodos educativos que foram empregados pelos Freis Capuchinhos, e posteriormente, pelos Padres Diocesanos, que assumiram a condução do Seminário. Estes últimos, além de terem estudado com os Freis, concluíram seus estudos junto aos Jesuítas no Seminário Maior de São Leopoldo. Os jesuítas foram os propagadores de inúmeras devoções religiosas, como ao Sagrado Coração de Jesus e ao Imaculado Coração de Maria. Deve-se aos

jesuítas a educação, motivação e incentivo para a criação de associações de crédito, cooperativas de produção e comercialização, que foram introduzidas entre os descendentes de alemães e italianos.

O Seminário Aparecida, através de seus orientadores e dirigentes, formou um clero para as necessidades missionárias da Igreja Católica e especialmente para a Diocese de Caxias do Sul. A educação ministrada estava plenamente sintonizada com o movimento de Restauração da Igreja Católica, que foi trazido para o Rio Grande do Sul pelas Congregações Religiosas. A filosofia implantada e a referência formativa dos padres diocesanos que ali estudaram trazem no seu bojo a marca dos Freis Capuchinhos e dos Padres Jesuítas.

2.1.4 Círculo Operário Caxiense: formando trabalhadores em Caxias do Sul

2.1.4.1 Histórico

Os Círculos Operários tiveram sua origem na Alemanha, por iniciativa do bispo católico, Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811-1877), titular da diocese de Mainz, ou Mogúncia. Preocupado com a situação de exploração vivida pelos operários que trabalhavam nas fábricas, no início da era industrial, dedicou sua atividade de bispo e depois, como deputado na Assembléia Nacional Alemã, para a qual fora eleito em 1848, na defesa dos operários. Um resumo de suas idéias encontra-se no seu livro publicado em 1864 *A questão operária e o cristianismo*. Elaborou a teoria do trabalho mercadoria, que Karl Marx iria desenvolver e apoiar com números. Reivindicava aumento de salários, férias, redução da carga horária de trabalho, proteção à mulher e a eliminação do trabalho infantil. Fundou o KAB (Katholische Arbeitnehmer-Bewegung), Movimento dos Trabalhadores Católicos. Incentivou agrupamentos de juventude, caixas de socorro, repartições de arranjar emprego, sociedades imobiliárias para construção de casas para operários. Considerava o social sob o ângulo de uma ordem harmoniosa. Ficou conhecido como o *Bispo socialista*, *Bispo dos operários*. (DANIEL-ROPS, 2003, p. 579-583).

Ketteler não se limita a criticar. Propõe soluções sobre muitos pontos. A sua idéia central é a da associação operária. (Hoje diríamos: o sindicato). Independentes do Estado, mais ainda que do capitalismo, essas associações operárias devem ser suficientemente fortes para contrabalançar, até no plano político, a influência dos patrões, e para conduzir a reformas indispensáveis. (DANIEL-ROPS, 2003, p.581).

Suas iniciativas, atividades e pronunciamentos influenciaram as futuras posições da Igreja nas questões sociais que se manifestaram por ocasião da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII,

datada de 1891. A encíclica *Deus caritas est*, do Papa Bento XVI, de 2009, o menciona como sendo um dos pioneiros da Doutrina Social da Igreja. (BENTO XVI, 2009, nº. 27).

No Brasil, os Círculos Operários surgiram por intermédio do padre jesuíta Leopoldo Bentrano. O primeiro Círculo Operário foi organizado, em 1932, na cidade de Pelotas – RS. Logo em seguida, em 1933, foi fundado na cidade de Porto Alegre. Em 1934, nascia o terceiro, na cidade de Caxias do Sul. A iniciativa fazia parte do movimento maior de Restauração Católica no Brasil, que buscava uma presença mais significativa junto aos operários. Logo se espalharam pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Brasil, com o apoio da hierarquia da Igreja Católica.

Na Figura 32, aparece o emblema que foi adotado por todos os Círculos Operários no país. Nele visualizamos a engrenagem, símbolo dos operários, tendo ao centro uma cruz vermelha sustentando o cruzeiro do sul.

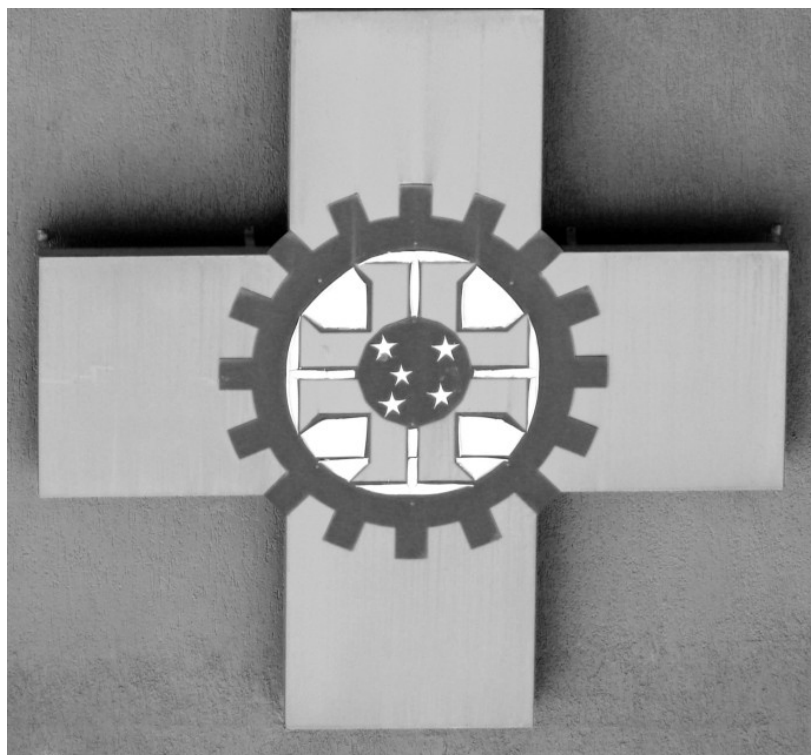


Figura 32: Emblema do Círculo Operário Caxiense
Fonte: Roque Grazziotin, em frente ao Hospital Medianeira, 2009.

Essa atividade patrocinada pela Igreja Católica, na década de 1930, está inserida no contexto nacional e mundial que a sociedade atravessava. Na Europa, o avanço das ideias liberais e socialistas ganhava corpo com o sucesso da Revolução Russa ocorrida em 1917. A quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, levou o capitalismo a uma crise mundial. No Brasil, Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, desbancando a oligarquia agrária e introduzindo um processo

acelerado de industrialização. Para se manter no poder, precisava do apoio da Igreja Católica que, por sua vez, queria retomar os espaços perdidos com o processo da proclamação da República. A ameaça das ideias socialistas e o perigo comunista estavam cada vez mais presentes junto às autoridades e aos posicionamentos da Igreja Católica.

Os Círculos Operários, nascidos em Pelotas – RS, em 1932, por iniciativa do Pe. Leopoldo Brentano S.J., agrupam atualmente 400.000 trabalhadores, educados para o entendimento entre o capital e o trabalho. (ARANZADI, 1962, p.346).

O significado dessa experiência associativa não podia ser menosprezado quando eram dados os primeiros passos para a organização das leis trabalhistas e a regulamentação da organização sindical no Brasil. A questão social começou a ganhar corpo com o processo de industrialização. O operário, nessa época, não tinha uma legislação própria nem um órgão fiscalizador. As primeiras greves começavam a ocorrer em busca de melhores condições de trabalho, salários e de vida. Getúlio Vargas, então presidente da República, propôs a criação do Ministério do Trabalho e a elaboração de Leis Trabalhistas.

A cidade de Caxias do Sul teve um crescimento muito rápido e, “em 1930, já era possível diferenciar o espaço urbano e o espaço rural, marcando dessa forma o desenvolvimento da cidade”. (LINK, 2009, p. 12). Segundo Formolo, foi nesse período da Nova República que ocorreu o processo de substituição de importação de bens de consumo não duráveis no Brasil. O parque industrial de Caxias do Sul era formado por pequenas fábricas em estágio industrial inicial. Os setores de produção de alimentos e vestuário foram os ramos mais incentivados até 1950, quando a metalurgia e a mecânica começaram a ultrapassá-los. Eram destaque: a indústria do vinho, os moinhos rurais, a empresa Corsetti, os Moinhos Germani, os lanifícios Matteo Gianella e São Pedro de Galópolis, além de inúmeras malharias. Vários frigoríficos foram criados, sendo que o Rizzo e o Peteffi marcaram época na região. O ramo metal-mecânico começava a se consolidar, sendo que a Metalúrgica Abramo Eberle, a maior expressão do setor metalúrgico, daria origem a inúmeras outras iniciativas desse setor produtivo. (FORMOLO, 1998, p.56).

Diante da expansão industrial, os trabalhadores caxienses se organizaram através da Sociedade União Operária. Essa sociedade era formada por metalúrgicos, tanoeiros, trabalhadores da construção civil, da tecelagem, da alimentação e técnicos em cantinas. A Sociedade União Operária, em Caxias do Sul, deu um grande impulso à organização dos trabalhadores. Foi extinta porque a legislação proibia que trabalhadores de categorias diferentes se associassem a uma mesma entidade. Assim, em 6 de março de 1933, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, e foram organizados os demais sindicatos por categoria profissional. Dessa organização, surgiu o chamado “Sindicatos Reunidos”, como era conhecido popularmente, pois todos atuavam num

mesmo prédio, situado na Rua Pinheiro Machado. Funcionava como uma espécie de central de trabalhadores para a época. A maioria dos sindicatos simpatizavam com o ideário socialista, pois muitos associados eram oriundos do movimento anarquista, e o Partido Comunista dava seus primeiros passos.

Foi nesse contexto, por influência da Igreja Católica, através do seu clero e da Associação dos Ex-Alunos do Carmo apoiados pelos setores industriais, que surgiu o Círculo Operário Caxiense.

Na Figura 33, vemos a Casa Paroquial da Catedral que, no seu andar térreo, abrigou as primeiras reuniões, sendo considerada a primeira sede do Círculo Operário.



Figura 33: Casa Canônica na década de 30, local onde até 1944 o Círculo realizava seus encontros
Fonte: Arquivo Histórico João Spadari Adami. Acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.

O objetivo dessa Instituição era fazer frente ao ideário comunista que ganhava corpo entre os trabalhadores. Por ocasião da comemoração do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, o padre Ernesto Manica, em artigo publicado no *Álbum Comemorativo*, escreve:

Uma das realizações do clero caxiense que merece ser destacada é a fundação do Círculo Operário Caxiense, sem dúvida uma das maiores, senão a maior, organização classista da cidade. O C.O.C., que conta com a inscrição de mais de 3.000 associados, honra os foros sociais e culturais de Caxias do Sul, e, com a assistência que vem distribuindo aos operários, concretiza a sua altíssima finalidade: defender o operário da infiltração comunista e garantir a defesa dos seus direitos e do seu bem-estar. (*ÁLBUM COMEMORATIVO*, 1950, p.245).

Nas comemorações do jubileu de 25 anos da fundação do Círculo Operário Caxiense, ocorrida em 1959, o pároco da Catedral Diocesana proclamou:

Iluminado pelos ensinamentos sociais da Igreja, o Círculo Operário Caxiense escreveu, na vida da cidade de Caxias do Sul, uma história de fé, perseverança e trabalho, e muito amor. Com suas grandes obras de assistência social, com suas orientações através do rádio, da reza do terço em família, salvou o operariado das mãos dos comunistas. (BRANDALISE, 1995, p.74).

É possível acompanhar a atuação do Círculo Operário Caxiense através de suas atas, pelo acervo documental do seu memorial histórico, que se encontra junto a sua sede administrativa, e pelo livro lançado em 2009: *Círculo: Uma trajetória de conquistas e realizações*, elaborado por Regiane de Almeida Link, em comemoração aos seus 75 anos de existência.

Vemos na Figura 34 o registro da ata de instalação do Círculo Operário Caxiense.

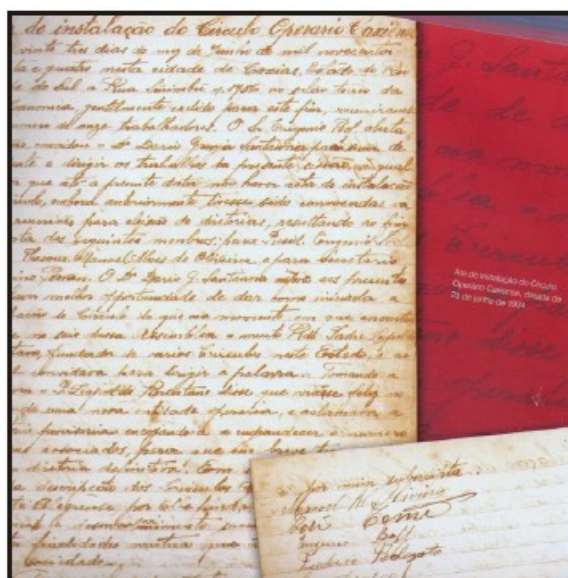


Figura 34: Ata de Instalação do Círculo Operário Caxiense, datada de 23 de junho de 1934

Fonte: Acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.

A primeira ata registra o objetivo da entidade: “Criação de uma entidade preocupada em harmonizar as relações entre operários e patrões” (Ata nº 1). O objetivo de contribuir para a harmonia entre capital e trabalho é encontrado em todos os Círculos Operários que foram criados no Brasil.

Nas atas seguintes observa-se a preocupação, por parte da Igreja, com o alastramento do comunismo, O assistente eclesiástico da época, padre Orestes Valeta, realizava eloquentes discursos sobre os malefícios que o comunismo poderia trazer para a humanidade e que somente o entendimento entre operários e patrões, amparados pela Igreja, se fortaleceria uma sociedade justa e organizada. Os que faziam parte do movimento comunista eram rotulados de extremistas e de romperem com a ordem social. (LINK, 2009, p.14).

A campanha anticomunista da Igreja Católica utilizava todos os meios que estivessem ao seu alcance. Por meio de circulares, pronunciamentos de bispos, uso do rádio e dos jornais

católicos, e através do púlpito os padres alertavam frequentemente para o perigo do comunismo, enfatizando seus males, e a necessidade de entendimento entre as classes sociais. O púlpito das igrejas foi um importante instrumento de comunicação. Por meio dele ameaçavam com o *fogo do inferno* a quem não seguisse a orientação da Igreja. Além dos Círculos Operários para combater o comunismo, denominado *a praga do século*, a Igreja Católica organizou a Liga Eleitoral Católica, em 1932, e as Associações Agrárias. O fundamento de sua pregação eram as encíclicas sociais *Rerum Novarum*, de 1891, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de 1931, de Pio XI.

A criação do Círculo Operário em Caxias do Sul aconteceu em 9 de setembro de 1934, com a posse da primeira diretoria. Antes disso, inúmeras reuniões foram feitas, sendo que a primeira ata é datada em 23 de junho de 1934, e contava com 11 trabalhadores, o Pe. Orestes Valetta e o Padre Jesuíta Leopoldo Brentano. As reuniões aconteciam no térreo da Casa Canônica, situada ao lado da Igreja Matriz.

A 12 de agosto de 1934, instalou-se solenemente o COC, com a presença do fundador dos Círculos Operários, Pe. Leopoldo Brentano S.J. A 9 de setembro de 1934, tomou posse, no térreo da canônica, a primeira diretoria: Eugênio Boff, Presidente; Luis De Nicol, Vice; Guerino Pavan, Secretário; Orestes Barato, Tesoureiro e Pe. Orestes Sílvio Valletta, Assistente Eclesiástico. (BRANDALISE, 1985, p.49).

O próximo passo foi a elaboração do Estatuto Social do Círculo, aprovado na Assembléia Geral, realizada em 31 de outubro de 1934.

Na Figura 35, aparecem os fundadores do Círculo Operário Caxiense por ocasião da Assembléia Geral que aprovou os Estatutos.



Figura 35: Momento de aprovação do estatuto do Círculo Operário Caxiense em 31 de outubro de 1934. Na foto, o terceiro da esquerda para a direita (sentados) é o padre Orestes Valetta, que foi o primeiro assistente eclesiástico.
 Fonte: Lauro Schmitt. Acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.

No Estatuto do Círculo Operário Caxiense está registrado:

Do Círculo, seus fins e suas bases.

Artigo 1 – Fica fundado nesta cidade de Caxias o Círculo Operário de Caxias, que terá por objetivo coordenar a atividade de seus associados dentro de uma organização forte e perfeita para os seguintes fins:

1 – Prestar-lhe todo gênero de benefícios e defesa a saber:

a) Cultura intelectual, moral, social e física, pela fundação, respectivamente de escolas, pela realização de conferências e pela imprensa, clubes de esporte, etc.

b) Proteção social, por assistência carinhosa e eficiente nas oficinas, escolas e lares.

c) Auxílio jurídico, médico e material, pelas várias formas de beneficiência e mútuo socorro.

(d) Sindicalização das classes operárias.

(...)

3. Restaurar a paz do mundo do trabalho, pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões.

Artigo 2 – Para colimar estes ideais, o C.O.C. se estribará nos seguintes princípios, como bases firmes e inabaláveis, adotando:

1 – A doutrina e moral do evangelho de Cristo, código divino inigualável de justiça, respeito mútuo, amor e harmonia entre os homens.

2 – A orientação sociológica contida nas Encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI.

3 - Repúdio à luta sistemática de classes.

4 – A fórmula de Toniolo: o trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada, e o capital cada vez mais proporcionado.

5 – A necessidade de intervenção moderada do Estado na Questão Social, no sentido de controlar e regular o justo salário, a justa produção e o justo preço. Os estatutos dos Círculos Operários criados no Brasil tinham o mesmo conteúdo, pequenos detalhes eram alterados, o que mostra a unicidade do movimento na ocasião. (Apud LINK, 2009, p.19-20).

Com as atividades regularizadas, o incentivo da Igreja Católica e o apoio do setor empresarial, o número de associados do Círculo aumentava a cada dia, tornando-se uma referência na cidade. Os associados participavam de reuniões periódicas nas quais discutiam os problemas da vida operária e recebiam orientação da Doutrina Social da Igreja.

As reuniões no Círculo eram divididas em dois momentos, um dedicado a identificar e buscar soluções aos problemas e dificuldades dos associados, principalmente nas questões relacionadas à saúde dos operários, e outro momento era de orientação sobre conteúdos inseridos nas Encíclicas *Papais Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. O foco essencial da orientação do assistente eclesialístico era o combate ao socialismo e ao comunismo, “as grandes pragas”. (LINK, 2009, p. 20).

Cada associado possuía sua carteira de identificação.

Na Figura 36, vemos a carteira de uma associada. Por meio da carteira de identificação, os associados poderiam receber os vários benefícios oferecidos pela entidade. Isso conferia um relevante prestígio para os trabalhadores.

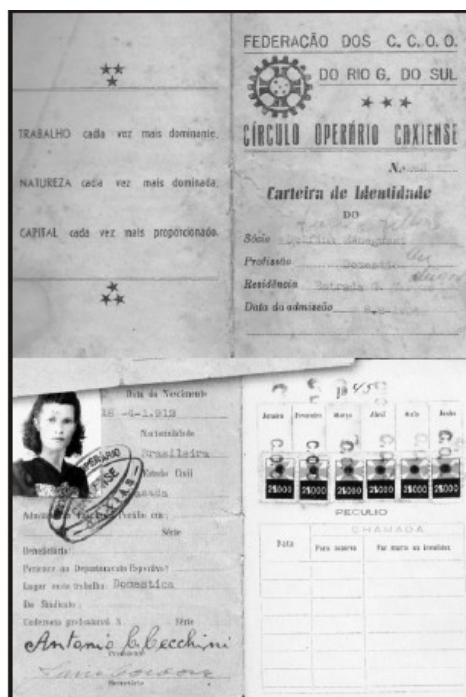


Figura 36: Carteira de identidade do associado ao Círculo Operário Caxiense, nas décadas de 30 e 40.
Fonte: Memorial do Círculo Operário Caxiense.

Pelo espaço de dez anos, até 1944, a sede e as reuniões eram no térreo da casa canônica. Em 1944, foi alugada uma casa na Av. Júlio de Castilhos, n. 1498, e, em seguida, mudou para os altos do Cine Central, na mesma avenida. Em 1945, começaram as negociações para adquirir uma sede própria. Neste ano, assumiu como assistente eclesiástico o Pe. Ângelo Caetano Tronca, ficando nessa função até a sua morte, ocorrida em 1993. O Pe. Tronca, como se tornou conhecido, era dinâmico e empreendedor, e as negociações ocorridas com a Associação Comercial para a compra de uma sede própria para o Círculo têm muito de seu espírito de iniciativa.

A aquisição da sede foi possível pelo envolvimento da Associação Comercial e Industrial de Caxias, pois o Círculo não dispunha de verba suficiente para cobrir o valor do local almejado. Com o apoio da associação, foram visitadas empresas que contribuíram proporcionalmente ao número de empregados para auxiliar o Círculo nessa jornada de solidariedade. (LINK, 2009, p. 29).

Com a colaboração dos empresários, o Círculo Operário comprou para sua sede um dos pontos mais tradicionais da cidade, *o majestoso edifício* sede do Recreio da Juventude. O prédio construído em 1923 estava situado no centro da cidade, na esquina das ruas Sinimbu e Visconde de Pelotas. Nesse prédio, em 1931, foi realizada a primeira Festa da Uva. “A primeira reunião no local, como sede do Círculo, ocorreu em 24 de setembro de 1945”. (LINK, 2009, p. 30). O local passou por várias reformas internas, para abrigar os serviços oferecidos aos associados.

Na Figura 37, vemos a foto do prédio do antigo Recreio da Juventude, que passou a ser a sede do Círculo Operário.



Figura 37: Vista do prédio na época da aquisição em 1945
Fonte: Memorial do Círculo Operário Caxiense.

Em 8 de junho de 1947, aconteceu o tão sonhado e planejado evento de inauguração, com a presença ilustre do então governador Walter Jobim, sendo a missa solene oficiada pelo bispo Dom José Barea. Ao final da solenidade foi oferecido um churrasco aos convidados na sede do Esporte Clube Juventude, onde hoje está instalado o estádio Alfredo Jaconi. A confraternização e alegria tomaram conta daquele momento histórico. Mas as conquistas não pararam. (LINK, 2009, p.34).

De fato, a partir de então, cresceu o número de associados e o apoio econômico da classe empresarial. No início da década de 1960, com a ajuda da indústria local, ao lado da sede, foi construído um prédio de 13 andares para abrigar os diversos serviços que se multiplicavam. A partir da primeira farmácia do Círculo, criada em 1947, foi constituída uma rede que conta, hoje, com 15 drogarias, 6 farmácias de manipulação e um laboratório de manipulação. O setor lazer ampliou e evoluiu para a aquisição de um terreno rural, onde foi construída uma moderna Sede Campestre dotada de toda infraestrutura para a prática de esporte e lazer. Os serviços do ambulatório de emergências evoluíram para o sonho da construção de um hospital, que foi concretizado com a inauguração do Hospital Medianeira, em 1995. Em sequência, foi viabilizado o Centro Médico Medianeira. Hoje o Círculo Operário é uma empresa voltada principalmente para o setor da saúde. Presta serviços na área da saúde tanto para seus associados, através do próprio Plano de Saúde do Círculo, como para o atendimento de pessoas portadoras de outros planos de saúde.

2.1.4.2 Envolvimento com a sociedade

O Círculo Operário Caxiense desempenhou um papel muito importante junto à comunidade de Caxias do Sul. A sua bandeira e sua marca eram difundidas entre os operários como

símbolo de união e organização, “significavam orientação e assistência aos operários num momento em que estavam desamparados, ficando assim à margem do comunismo”. (LINK, 2009, p.43).

Todos os Círculos Operários do Rio Grande do Sul possuíam uma bandeira e uma marca que os caracterizavam. O jornal *O Trabalho*, órgão oficial da Fundação dos Círculos Operários, em 1938, explica o seu significado:

A bandeira e o distintivo, em suas cores e no seu conteúdo, são o símbolo, o sinal sensível de nossa organização.

O fundo azul da bandeira, a cor do firmamento, representa o idealismo e amplitude do nosso movimento em seus objetivos e em sua extensão; enquadra-se ele no momento operário cristão do mundo.

A cor branca significa a pureza do nosso ideal e a paz que queremos trazer ao mundo, harmonizando o trabalho.

Em geral, o vermelho, cor do sangue e do fogo, simboliza a vida, a atividade, o entusiasmo, o dinamismo, a luta, o sacrifício, o martírio, tudo a serviço, ou do amor ou do ódio.

Em nossa bandeira, a cruz rubra define o nosso dinamismo. Somos um movimento construtivo e não destruidor; a nossa atividade e luta para o bem dos trabalhadores processam-se dentro da lei cristã, cujo grande mandamento é o amor.

A engrenagem que a bandeira encerra e que contorna o distintivo é o símbolo do trabalho.

A esfera azul com o cruzeiro que a engrenagem abrange é tomada da bandeira nacional e simboliza o Brasil: significa isto que queremos organização de todos os trabalhadores brasileiros, de qualquer profissão e de ambos os sexos.

O conjunto – engrenagem, cruz, esfera nas cores azul, branco e encarnado – simboliza: “Os trabalhadores brasileiros cristãos, construindo com entusiasmo e amor uma nova era de bem-estar à paz social”. (Apud, LINK, 2009, p.43-44).

Na Figura 38, observamos a bênção da bandeira do Círculo Operário Caxiense, ocorrida no dia 1º de maio de 1935, nas escadarias da Igreja Matriz de Caxias do Sul.



Figura 38: Bênção da Bandeira do Círculo Operário Caxiense em 1º de maio de 1935
Fonte: Júlio Calegari. Acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.

A filosofia do Círculo Operário incentivava seus associados a se envolverem em atividades sociais e reivindicativas e organizava diversas ações para orientar contra o comunismo e amenizar os conflitos entre operários e patrões. Destacamos algumas ações relatadas no livro: *Círculo: Uma trajetória de conquistas e realizações*.

Já em 1935, surgiram as primeiras discussões sobre aulas de alfabetização dos associados, pois era uma prioridade do momento. Na figura 39 vemos a realização do Curso de Alfabetização realizado na sede do Círculo Operário Caxiense.

Para as esposas dos associados havia cursos de corte e costura, bordado e crochê, para inseri-las na entidade.

Nas figuras 39, 40 e 42 na sede do Círculo eram realizados cursos de alfabetização, profissionalização e eventos culturais. Na figura 41 observamos uma sala do curso de datilografia encontrada nos colégios e no Círculo Operário, para instrução dos alunos.



Figura 39: Curso de alfabetização, realizado no edifício sede no final da década de 1940.
Fonte: Acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.



Figura 40: Curso de corte e costura, realizado na década de 50 no edifício sede.
Fonte: Ulysses Geremia, acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.



Figura 41: Sala de Datilografia.
Fonte: Acervo da Secretaria do Colégio do Carmo.



Figura 42: Eventos culturais realizados pelo Círculo Operário Caxiense na década de 40.
 Fonte: Arquivo Histórico João Spadari Adami, acervo do Memorial do Círculo Operário Caxiense.

A qualificação e orientação sobre higiene e segurança eram uma preocupação constante. Para isso, davam-se palestras para cuidar da saúde e higiene.

O lazer fazia parte das atividades dos associados. Foi criada uma cancha de bolão e bocha, em 1948, para os associados poderem participar dos campeonatos que ocorriam na cidade. Anos depois, foi construída uma Sede Campestre com campos de esportes, piscinas e churrasqueiras.

As atividades culturais marcaram época com a criação de um corpo cênico, que desenvolvia esquetes e peças teatrais para divertir os associados e a comunidade caxiense. Apresentações musicais, teatrais e concertos abrilhantavam o Círculo e promoviam a cultura para os operários.

Em 1946, foi projetado o primeiro filme nas dependências do Círculo. Essa iniciativa possibilitou que, em 1950, fosse criado o Cine Imperial, que se tornou uma das salas de cinema mais emblemáticas da cidade.

Uma referência para a cidade foi o Ambulatório do Círculo. Nele ocorriam os atendimentos e orientações na área da saúde. Aplicavam injeções, faziam pequenos curativos, verificação de pressão, colocação de brincos e outros procedimentos. A partir do ambulatório, foram contratados os primeiros médicos e dentistas. A área da saúde sempre foi uma preocupação da entidade. Mais tarde, criou-se uma farmácia e foi construído o Hospital Medianeira do Círculo Operário. Para incentivar a dimensão e orientação espiritual, eram realizados retiros para os associados, sendo que o primeiro aconteceu em 1945. A classe patronal apoiava tais iniciativas, dispensando os trabalhadores de seus horários de trabalho para que pudessem participar das atividades religiosas. A partir de 1950, pela Rádio 1010, foi iniciado o programa diário do *Rosário*

em Família, diretamente da Capela do Círculo. “Os associados eram convidados a rezar o terço azul, com o objetivo de se contrapor ao exército vermelho: o comunismo”. (LINK, 2009, p.15).

2.1.4.3 Indicações

O Círculo Operário Caxiense, com o apoio da Igreja Católica e das classes patronais, teve uma importância muito significativa na cidade de Caxias do Sul, desde a sua fundação. O Círculo incentivava o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre as classes sociais. Organizava atividades assistenciais e culturais para seus associados. Tinha uma posição declarada contra o comunismo. Esses, entre outros fatores, credenciaram o Círculo como uma instituição de confiança, tanto para o governo da época como para as classes patronais. Por meio dele, era exercido um contraponto à organização dos sindicatos de trabalhadores e era difundida a ideologia de combate ao comunismo.

Na Figura 43, vemos a ata da aquisição da sede do Círculo com o envolvimento da Associação Comercial e Industrial de Caxias do Sul.

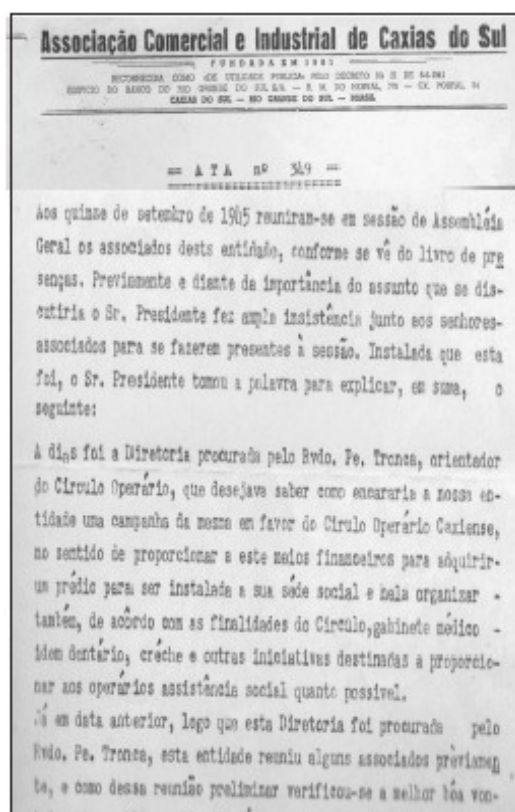


Figura 43: Ata que formaliza a compra do prédio do Recreio da Juventude através da contribuição dos industriais de Caxias, com o apoio da Associação Comercial.
Fonte: Acervo do Memorial do Círculo Operário

Quando em 1948, houve uma intervenção ministerial no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, o Círculo Operário esteve presente, dando o seu aval para a atitude tomada contra os comunistas.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, em 9 de outubro de 1948, uma Portaria Ministerial destituiu o então presidente Clodomiro Marques Baptista e nomeia uma junta governativa para presidir o Sindicato. A junta tem como presidente nomeado Nestor Ferreira Porto, secretário Miguel Cornutti e tesoureiro Euclides de Oliveira Reis. A ata de posse da Junta Interventora, cita pela primeira vez no sindicato, a presença do padre Ângelo Tronca, assistente eclesiástico do Círculo Operário Caxiense que foi fundado em 1936. A participação de Tronca nos movimentos sociais foi marcada pela oposição aos comunistas. (Sindicato dos Metalúrgicos, 70 anos de história, 2003, p. 20).

A Igreja Católica, através do Círculo Operário, “via a possibilidade de introduzir o cristianismo junto aos operários e também aos patrões”, registra Link (2009, p.14). Por meio dele, as idéias da Doutrina Social da Igreja, expressas nas Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, ganhavam forma. Pela sua ação, a Igreja tentava não perder a classe operária, e, ao mesmo tempo, com a aliança formada com o governo e classes patronais, combatia o inimigo comum que era o comunismo.

Um monumento de profunda significação encontra-se na praça central de Caxias do Sul. Em plena ditadura militar, em 1968, quando estavam proibidas quaisquer manifestações públicas, os Sindicatos de Trabalhadores de Caxias do Sul comemoraram o primeiro de maio daquele ano em plena Praça Dante Alighieri erguendo um monumento comemorativo.

Na Figura 44, vemos a foto do monumento que traz a seguinte legenda: *As mensagens de progresso social, justiça e paz, contidas nas encíclicas Pacem in Terris e Populorum Progressio, dos Papas João XXIII e Paulo VI, são valiosas bandeiras de lutas reivindicatórias, dignas de serem empunhadas por todos os trabalhadores. – Homenagem dos Sindicatos de Trabalhadores de Caxias do Sul – 1º de maio de 1968.* A referida placa comemorativa está afixada em um monumento de um punho cerrado, esculpido em concreto, simbolizando as lutas dos trabalhadores do mundo inteiro. As lutas sociais dos trabalhadores, sob o amparo das idéias sociais da Igreja, permitiram que a data dos trabalhadores não passasse em vão durante a ditadura militar.



Figura 44: Monumento na Praça Dante Alighieri em comemoração ao 1º de maio, 1968.
Fonte: Roque Grazziotin, 2009.

No período que estamos abordando, o apoio do bispo diocesano Dom José Barea e dos assistentes eclesiais padres Orestes Valetta, Ângelo Tronca e do clero diocesano davam ao Círculo Operário uma dimensão espiritual. Os retiros para os operários, as rezas do terço, a participação nas missas e manifestações religiosas e civis davam aos associados a certeza de que estavam no caminho certo, abençoados por Deus e pela Igreja Católica, no rumo da organização de uma sociedade justa e fraterna.

Através das atividades sociais, recreativas e assistenciais desenvolvidas pelo Círculo Operário, os trabalhadores e suas famílias não se sentiam abandonados à própria sorte.

Pela ótica do movimento de Restauração Católica, o Círculo Operário Caxiense exerceu um relevante papel social, sendo reconhecido como um dos mais emblemáticos projetos de organização, educação e formação de trabalhadores, ocorridos na cidade de Caxias do Sul.

3 CONSTRUINDO UMA PROPOSTA EDUCATIVA

As atividades educativas que foram desenvolvidas pelos Colégios São José, Carmo e Seminário Aparecida, no período que estamos analisando, ou seja, de 1934 a 1952, tiveram origem e coincidências bastante significativas. As congregações que estiveram à frente dessas instituições provinham da França: Irmãs de São José, Irmãos Lassalistas e Freis Capuchinhos. Praticamente chegaram no Rio Grande do Sul na mesma época, entre 1896 e 1904. Vieram a pedido do Bispo de Porto Alegre e por terem suas atividades limitadas em seu país de origem. As três congregações traziam consigo os princípios do movimento de Restauração da Igreja Católica, baseados nos Concílios de Trento, no Vaticano I e na Voz dos Papas. Vivenciaram os efeitos da queda do Antigo Regime e o embate das forças conservadoras contra a posição Liberal. A sua atuação propiciou que esse projeto fosse implantado, em nosso meio, de uma maneira muito sólida, principalmente a partir do Papa Leão XIII (1878-1903) e de seus sucessores. A ruptura de relações, ocorrida entre a Igreja Católica e o Antigo Regime, a partir da Revolução Francesa, não permitiu um diálogo com a modernidade. Leão XIII, percebendo a gravidade das relações entre igreja e sociedade industrial, devido às situações de injustiças vividas pelos operários, “inaugura um novo discurso, desligando-se das monarquias outrora tidas como de direito divino e pela incorporação da faceta social”. (STEIN, 1998, p.30).

Os acontecimentos ligados à revolução industrial subverteram a secular organização da sociedade, levantando graves problemas de justiça e pondo a primeira grande questão social, a questão operária, suscitada pelo conflito capital e trabalho. Nesse quadro, a Igreja advertiu a necessidade de intervir de modo novo: as “res novae”, constituídas por tais eventos, representavam um desafio ao seu ensinamento e motivavam uma especial solicitude pastoral para com as ingentes massas de homens e mulheres. (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA e Paz, 2005, p. 59).

Em resposta à primeira grande questão social, Leão XIII, 1891, promulga a *Rerum Novarum*, que se tornou a *carta magna* da atividade cristã no campo social. Apesar disso, a Igreja chegava com um atraso de quarenta e três anos na análise da realidade social, diante do posicionamento tomado pelo manifesto comunista, proclamado em 1848, por Marx e Engels.

A “*Rerum Novarum*” enumera os erros que provocam o mal social, exclui o socialismo como remédio e expõe, precisando-a e atualizando-a, a doutrina católica acerca do trabalho, do direito de propriedade, do princípio de colaboração contraposto à luta de classe como meio fundamental para a mudança social, sobre o direito dos fracos, sobre a dignidade dos pobres e sobre as obrigações dos ricos, sobre o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade, sobre o direito de ter associações profissionais. (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005, p. 60).

No campo educacional, a Igreja começou a fixar suas exigências em matéria de educação. Pio IX, em 1850, protestou contra as medidas tomadas pelo Rei Vitória Emanuel II, que laicizara o ensino primário e secundário nos seus Estados. Do mesmo modo, Leão XIII condena a laicização das escolas em vários países. Na França, em 1883, é fundado o jornal *La Croix* em defesa da sociedade cristã.

Surgem duas França: a França católica, tradicional, e a França moderna, leiga. Leão XIII intervém pessoalmente e, em 1892, promulga a encíclica *Au milieu des Sollicitudes*.

Esta encíclica e a “*Rerum Novarum*” produziram na França uma geração de católicos de grande importância no domínio social e político. A repercussão da “*Rerum Novarum*” no campo social, junto com a “*Immortale Dei*” (1885), que definiu o legítimo papel das liberdades populares e a “*Libertas*” (1888), que tratava da liberdade, lançam as bases dos novos caminhos que vão permitir ao catolicismo o diálogo com o mundo moderno e irão sustentar a práxis católica até o Vaticano II. (STEIN, 1998, p.32).

A separação entre Igreja e Estado foi aprofundada com a crise modernista, ocorrida durante o pontificado de Pio X (1903-1914). Nos países do sul da Europa, principalmente na França, milhares de estabelecimentos católicos foram fechados e, em 1904, foi proibido às congregações religiosas exercerem o magistério. Em 1907, o Papa Pio X escreveu o decreto *Lamentabili* e a encíclica *Pascendi dominici gregis* que definiu o modernismo como *encruzilhada de todas as heresias*. Após Pio X, assumiu Bento XV (1914-1922), que teve sua atenção voltada para os efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial. Destacou-se por promulgar o *Códex Jûris Canonici*, em 1917, que regulou as atividades da Igreja até o Concílio Vaticano II.

Foi durante o período de Pio XI (1922-1939) que a Igreja se defrontou com os regimes totalitários do fascismo, nazismo e comunismo. Diante das dificuldades encontradas, o Papa escreveu três encíclicas: a *Divini Illius Magistri*, sobre a educação da juventude, em 1929; a *Casta Connubi*, em 1930, sobre o matrimônio e a família, como condição essencial de toda a educação cristã; a *Quadragesimo Anno*, em 1931, lembrando os quarenta anos da *Rerum Novarum* e confirmando as orientações de seu predecessor ao mesmo tempo em que lançava os princípios básicos da Ação Católica. As duas últimas encíclicas citadas se tornaram as referências básicas da Doutrina Social da Igreja Católica. Foram elas que, de modo privilegiado, influenciaram e orientaram os princípios e as ações dos Círculos Operários.

Os embates travados com as concepções totalitárias de Estado, no período que precedeu a Segunda Guerra Mundial, motivou a encíclica sobre a educação da juventude. Destacamos alguns pontos da *Divini Illius Magistri*, na qual, pela primeira vez, um Papa dedica um documento expondo a doutrina tradicional e estabelece novas diretrizes adaptadas a época. Reconhece o direito

do Estado em matéria de ensino e educação quando as iniciativas particulares não são suficientes, bem como a educação cívica de todos os membros da coletividade. Salienta o papel da família no que se refere à educação dos filhos. Condena o laicismo escolar e exige, para os jovens católicos, escolas católicas e ambiente católico. Apela para os leigos colaborarem com a Igreja na educação dos jovens. Pergunta: A quem compete educar? E qual o sujeito da educação? Finaliza o documento apresentando a essência da educação cristã que visa à formação do verdadeiro cristão e do homem social, recordando que os benefícios da educação cristã resultam da ação de conjunto dos tesouros educativos da Igreja, sobretudo a graça divina e os exemplos de Cristo. (STEIN, 1998, p.37-38).

O pontificado de Pio XII (1939-1958) é exercido no contexto da Segunda Guerra Mundial e na divisão do mundo em dois blocos surgidos do pós-guerra. Homem de extensa cultura e diplomata de alto nível foi autor de inúmeros pronunciamentos, mensagens radiofônicas e discursos dirigidos aos mais diversos públicos. No que se refere à educação, o Papa Pio XII a considerava como a “chave de todos os problemas que se põem à humanidade”.

Ele via na criança e no adolescente uma esperança para a família, a Pátria, a Igreja, daí – para não lograr essa esperança – insiste numa educação física que fortifique as energias do corpo, numa educação intelectual que desenvolva e enriqueça os recursos da mente e numa educação moral e religiosa que ilumine e guie a inteligência, que forme e fortifique a vontade, que discipline e santifique os costumes. A educação deve ainda formá-los e prepará-los para exercerem sobre o seu tempo e sua geração, e mesmo sobre as futuras gerações, uma ação salutar que os faça atravessar o mundo deixando-o melhor e mais belo do que o encontraram. (STEIN, 1998, p.40).

O papa Pio XII salienta a necessidade de uma sólida formação dos mestres e educadores e recomendava uma educação orientada para a compreensão internacional que fosse voltada para a paz. Reafirmava o sentido da eminente dignidade da pessoa humana e a preocupação com o bem comum social. Manifestava o direito à educação da juventude, pois será ela que dirigirá, no amanhã, sua época e os negócios de seu tempo. Insistia na presença da religião na educação, pois considerava a religião como a base e o ápice da educação, já que o homem tem um destino sobrenatural e eterno. A religião deveria ser a alma da educação, impregnando e vivificando a partir do interior todo o conteúdo humano da educação. A educação pressupõe uma visão de mundo e de cultura. Em sua alocução aos jovens da Ação Católica italiana, em 1946, afirma que o problema da educação está ligado aos problemas da moralidade pública, da família e da sociedade como um todo. Dizia que os elementos precursores das grandes catástrofes econômicas, políticas, espirituais e religiosas têm invariavelmente em sua base a decadência da moralidade pública e a corrupção dos costumes. (STEIN, 2001, p. 48-49).

A orientação que o magistério da Igreja dava neste período mostra uma postura diferente. Uma Igreja em busca de um discurso mais atualizado e adaptado aos desafios do mundo moderno. Essa renovação tinha o objetivo de conquistar e manter a hegemonia religiosa, marcando sua presença junto aos Estados laicizados.

Os colégios que estamos analisando, quando se instalaram, trouxeram para cá os embates vivenciados na Europa no final do Século XIX e primórdios do Século XX, principalmente os que ocorreram na França, sua pátria de origem. Estavam imbuídos pela proposta e princípios do Movimento de Restauração da Igreja Católica. No período em estudo as direções das escolas em destaque seguiam a postura e a orientação do magistério da Igreja que se manifestava especialmente pela voz dos Papas Pio XI e Pio XII. A educação informal que estamos analisando, através do Círculo Operário Caxiense, possuía a mesma orientação transmitida pela Igreja neste período.

Entre as muitas práticas educativas desenvolvidas por essas instituições e pelas demais instituições religiosas educativas da época, percebemos alguns aspectos que ajudam a compreender como os princípios da Igreja Católica foram transmitidos e implantados em nosso meio. Para a finalidade do estudo que estamos desenvolvendo destacamos: o ambiente e a disciplina escolar; as atividades educativas complementares; e a participação em atividades religiosas e sociais.

3.1 Ambiente escolar e disciplina

As três instituições de ensino pesquisadas: Colégio São José, Colégio do Carmo e Seminário Aparecida foram acompanhadas por Congregações Religiosas provindas da França. Possuíam uma significativa experiência educativa em seu país de origem. A maioria de seus membros eram professores e exerciam o magistério em educandários testados pela eficiência. Ao se instalarem em Caxias do Sul, essas instituições implantaram a organização, a filosofia e a pedagogia que caracterizavam o seu jeito de educar. O modelo pedagógico educativo adotado contribuiu para angariar a simpatia e a confiança das famílias. Estudavam nesses colégios alunos provenientes de famílias que tinham possibilidades de pagar os estudos de seus filhos, ou que eram subvencionados, como ocorria com grande número dos alunos do Seminário. O apoio e a recomendação da Igreja Católica para que as crianças e jovens estudassem nesses colégios tiveram uma influência determinante para o sucesso dos empreendimentos.

Salientamos que no período que estamos analisando, que compreende as décadas de 1930 a 1950, as direções e os professores que exerciam o magistério nos colégios em estudo eram membros de suas próprias congregações religiosas. Professores e professoras leigos começaram a atuar como contratados nesses colégios somente anos mais tarde, quando as congregações tiveram seus efetivos

diminuídos. Tal fator contribuiu para implantar nos educandários o mesmo modelo de ensino, através de uma disciplina rígida e de uma proposta pedagógica comum.

Percebemos uma semelhança muito significativa nos procedimentos adotados por essas instituições de ensino. Além de seguir o que determinava a legislação referente ao currículo escolar, mantinham procedimentos pedagógicos muito parecidos, tanto no ambiente escolar como na disciplina exigida. Uma das finalidades da formação ministrada aos estudantes salientava a supremacia da dimensão espiritual do ser humano. O estudo do catecismo e da história sagrada fazia parte do currículo escolar e era ministrado nas aulas de religião obrigatórias. As aulas começavam com orações e meditações. Muitos exercícios espirituais e diversas práticas religiosas obrigatórias aconteciam no decorrer do ano letivo. Esses procedimentos ajudavam a transmitir um conteúdo imbuído por uma áurea do sagrado nas atividades do aprendizado dos alunos.

A dimensão cultural era cultivada com muito esmero. Nas dependências dos colégios havia auditório com palco, normalmente denominado de Salão Nobre. Neste espaço, eram feitas apresentações teatrais, musicais e proferidas palestras relevantes para a formação dos alunos. Era no Salão Nobre que se realizavam as formaturas de conclusão de cursos e realizados os eventos significativos que envolvessem o corpo docente, discente e os familiares dos estudantes.

Os colégios das congregações religiosas se destacavam por uma disciplina rígida. Cada instituição possuía professores encarregados de monitorar o bom andamento disciplinar do colégio. Eram escolhidos alunos que auxiliavam a cuidar do comportamento dos demais colegas e recebiam o nome de *bedéis*. Castigos físicos leves ou tarefas punitivas, que deviam ser escritas muitas vezes, faziam parte da pedagogia adotada para disciplinar e formar o caráter dos alunos. Muitos relacionavam o modelo de disciplina dos colégios religiosos com a formação militar que era ministrada nos quartéis.

Além das matérias obrigatórias do currículo escolar, eram acrescentadas, também como obrigatórias, disciplinas de religião, história da Igreja, história sagrada, civilidade e comportamento. Além do latim e do grego, merece destaque o ensino da língua francesa. Como exemplo, podemos observar na Figura 45 a planilha curricular de um dos colégios que estamos analisando, o Seminário Aparecida, mantida por muitos anos desde a sua fundação.

como componente de sua formação humana. Era inculcada uma visão espiritualista baseada no medo, na qual a dimensão de pecado e castigo, morte e condenação, céu e inferno dominavam as mentes dos alunos. Para obter a salvação e ser merecedor do céu, eram necessários muitos sacrifícios, orações e exercícios espirituais.

Todos os colégios possuíam uma Capela considerada como um lugar privilegiado nas dependências do colégio. Na figura 46 vemos a Capela do Seminário Nossa Senhora Aparecida. Nas Capelas eram celebrados os cultos religiosos: a missa, a bênção eucarística, a adoração do Santíssimo Sacramento e realizadas visitas a Jesus presente no Sacrário. Era nesse local que os alunos recebiam o perdão dos pecados e se reconciliavam com Deus, através do sacramento da penitência, por meio de confissões individuais, realizadas no confessionário.



Figura 46: Capela do Seminário Nossa Senhora Aparecida

Fonte: Acervo do Seminário Aparecida, folder dos 70 anos, 1939 - 2009.

As salas de aula, os laboratórios e outras dependências do prédio escolar eram emolduradas pelo crucifixo, pelos quadros do Sagrado Coração de Jesus, da Virgem Maria, de São José e de outros santos. Nos corredores e em lugares estratégicos, havia muitas estátuas de santos e santas. Essa coreografia difundia e transmitia ao ambiente escolar uma dimensão espiritual e sacralizante, que norteava as atividades diárias na escola e moldava o comportamento para a vida.

No início de cada ano letivo, eram realizados retiros espirituais para aperfeiçoar a formação cristã dos alunos. Durante o ano, aconteciam tríduos e novenas de orações para comemorar e homenagear os santos padroeiros. A campanha missionária era realizada anualmente em benefício das obras missionárias. Havia um carinho muito especial para motivar, despertar e reforçar o surgimento de vocações sacerdotais e religiosas no meio dos alunos e alunas.

Todos os Colégios possuíam um padre capelão ou um diretor espiritual. Eles orientavam os alunos, por meio de meditações, palestras espirituais, aconselhavam os alunos de forma individualizada e ouviam as suas confissões. Eram eles que coordenavam e dirigiam as cerimônias religiosas das missas e bênção do Santíssimo Sacramento.

Além da biblioteca própria para o ensino, os Colégios dispunham de livros de orientação religiosa, história de santos e manuais de orações. Destacamos: a História Sagrada, o Breviarium Romanum, o Manual de Cânticos e Orações, o Maná ou alimento da alma devota, a Imitação de Cristo, o Manual dos Congregados Marianos, a Chave do Céu, as Fontes do Salvador, Palavras a Minha Filha, e o Primeiro Catecismo de Doutrina Cristã.

3.3 Participação em atividades religiosas e sociais

Os alunos eram motivados a participar de associações religiosas e sociais para manterem o fervor religioso despertado por ocasião dos retiros, ou de outros momentos fortes de espiritualidade. Deviam participar das atividades da paróquia e, aos domingos, era obrigatório assistir à missa na igreja matriz e no horário marcado.

Para desenvolver a devoção à Eucaristia e a adoração ao Santíssimo Sacramento existia o movimento da Cruzada Eucarística. Os alunos participavam desse movimento logo após terem feito a Primeira Comunhão. Por ocasião de encontros e de celebrações próprias, costumavam usar uma fita amarela com uma cruz de cor azul, que era colocada no pescoço, e na parte inferior tinha uma cruz de metal pendurada. Este movimento possuía bandeira própria que os distinguia nas procissões religiosas e celebrações eucarísticas.

Um movimento que foi muito difundido e acolhia moças e rapazes foi o do Apostolado da Oração, em devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Ensinava que, quem comungasse e se confessasse durante nove primeiras sextas-feiras do mês seguidas, ganhava indulgência plenária e não seria condenado ao inferno. Usavam fitas vermelhas com a inscrição do Apostolado da Oração e a medalha do Coração de Jesus. Suas bandeiras vermelhas se destacavam nas igrejas e nas manifestações religiosas. Durante o mês, rezavam orações e repetiam milhares de jaculatórias, que eram contabilizadas e anotadas, formando um ramalhete espiritual mensal.

A Congregação Mariana agrupava tanto rapazes como moças, porém quem mais se destacava eram as moças, chamadas de *Filhas de Maria*. Este movimento difundia a devoção a Nossa Senhora como exemplo de jovem e mãe a ser seguido. Eram conhecidos por usar uma fita

azul com uma medalha de Nossa Senhora. Sua bandeira tinha o tom azul claro, para ser usada nas festividades, procissões e missas.

A devoção a Virgem Maria também era difundida através da devoção a Nossa Senhora do Carmo, por meio do escapulário. A imposição do escapulário acontecia, geralmente, quando os jovens realizavam a sua Primeira Comunhão. Quem usasse o escapulário ou a medalha correspondente estava livre dos males e era protegido contra todos os perigos. Para que isso acontecesse era necessário rezar pelo menos três Ave Maria antes de dormir.

Uma das devoções a Nossa Senhora, mais difundida nos colégios, era a reza do Terço ou do Rosário. Esta oração era incentivada para purificar dos pecados, facilitar as práticas da virtude e obter toda espécie de graças. Ele era rezado tanto de modo individual como coletivamente em momentos próprios, especialmente convocados para esta finalidade. Quem levasse consigo um terço na bolsa, no pescoço ou no bolso, estaria livre de males e adversidades, pois estaria protegido por uma arma muito poderosa.

Um movimento que despertou muitas lideranças foi o da Ação Católica Feminina e Masculina. Incentivado pelo Papa Pio XI e adotado pela maioria dos Bispos, foi se alastrando por todas as Paróquias e ganhou terreno fértil nos colégios religiosos. Inicialmente a Ação Católica fez parte do posicionamento mais consistente da Igreja frente às mudanças do processo industrial que se consolidavam no mundo. Por meio dela, os cristãos davam testemunhos de sua fé na vida diária, organizavam atividades e tomavam posição contra a ameaça do comunismo. Posteriormente, tornou-se um movimento especializado que acompanhava de modo especial a juventude segundo as suas características. A JEC ocupava-se da Juventude Estudantil Católica; a JOC, da Juventude Operária Católica; a JUC, da Juventude Universitária Católica; a JAC, da Juventude Agrária Católica; a JIC, da Juventude Independente Católica. Tanto o Colégio São José como o Colégio do Carmo incentivaram os seus alunos a participarem e a se engajarem no movimento da Juventude Estudantil Católica – JEC.

Os colégios organizaram Associações de Ex-Alunos. Por meio das Associações, os antigos alunos mantinham laços estreitos com a instituição, promoviam campanhas e organizavam promoções beneficentes para angariar recursos e donativos que serviam para a manutenção e o aperfeiçoamento das dependências dos colégios. Motivavam as famílias para que matriculassem os filhos no mesmo colégio em que seus pais haviam estudado. Por meio dessas associações, foram organizadas várias entidades sociais, assistenciais e caritativas. Através das entidades, os alunos e ex-alunos atuavam na sociedade vivenciando e transmitindo o seu compromisso de cristãos comprometidos com a sociedade, cultivando valores, princípios e práticas adquiridos durante o tempo de formação.

O Círculo Operário Caxiense, atuando na educação informal de seus associados, incentivava as mesmas práticas religiosas que eram adotadas pelos colégios das Congregações Religiosas. Em sua sede administrativa havia uma Capela onde os associados podiam fazer suas orações e visitas ao Santíssimo Sacramento. Nessa Capela, diariamente, era rezada uma missa, precedida pela recitação do terço e eram feitas orações pelas mais diversas intenções. O Círculo promovia muitas palestras para a formação religiosa de seus associados. Eram organizados retiros espirituais para os operários, sendo que, para estas atividades formativas, os trabalhadores recebiam o aval das empresas que os dispensavam de seus horários de trabalho para que pudessem participar de tais encontros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida para elaborar a presente dissertação possuía o objetivo de responder a pergunta: quais foram os pressupostos da prática educacional da Diocese de Caxias do Sul, no período de 1934 a 1952. Esta indagação remeteu-nos a buscar o significado do projeto do movimento de Restauração da Igreja Católica vigente nesse período. As bases doutrinárias do referido movimento remontam ao Concílio de Trento, concluído em 1563, quando a Igreja Católica vivenciou o período da Reforma e Contrarreforma que reviu a sua doutrina teológica e sua vida eclesial e contra-atacou o protestantismo, centralizando o poder e impondo uma disciplina interna muito rígida. Esse modelo de Igreja foi consolidado no Concílio Vaticano I ao proclamar a infalibilidade do Papa em matéria de fé. A partir de então, a voz do Papa definia o que era certo ou errado. Pela autoridade exercida, tornou-se o juiz não só das questões espirituais, mas também, de muitas controvérsias temporais. Com esses procedimentos a Igreja Católica, muitas vezes, pôs-se em confronto com o avanço da ciência moderna. Combateu a modernidade e a evolução social provinda da revolução industrial. A Revolução Francesa foi vista como obra do mal. A Igreja Católica acentuou a predominância do mundo espiritual sobre o material e incentivou obras nas áreas da educação, saúde e assistência social aos mais necessitados como manifestação de fé e da vivência do evangelho.

A Igreja Católica, para manter sua hegemonia e combater o avanço muçulmano, acordou com os reinos de Espanha e Portugal o regime do Padroado. Por meio desse acordo, abençoava as guerras de conquista e o avanço das navegações em busca de novas terras. Dessa maneira protegia e era beneficiada. O Brasil conviveu com o regime do Padroado no período do Brasil Colônia e do Brasil Império. Com a proclamação da República, em 1889, o acordo foi rompido.

O fim do Padroado no Brasil fez com que a Igreja Católica perdesse muitos privilégios, mas por outro lado, permitiu que ela pudesse se organizar de forma autônoma sem a tutela do Estado. Esse momento histórico coincidiu com a vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus para ocupar os vazios populacionais do sul do Brasil. A imigração de alemães, italianos, poloneses, franceses e de vários outros países europeus motivou e favoreceu a vinda de várias congregações religiosas para o Rio Grande do Sul. Elas vieram para cá a pedido do bispo de Porto Alegre, que buscava fortalecer a visão da Igreja Católica Romana. Para isso, precisava de clero, de religiosos e religiosas para suprir atividades pastorais e catequéticas. Após a Revolução Francesa e a progressiva consolidação dos estados nacionais europeus, as congregações religiosas sentiam-se cada vez mais cerceadas em seus países de origem. A maioria das Congregações foram proibidas de exercerem suas atividades educativas e assistenciais. A vinda para o Rio Grande do Sul, ao mesmo

tempo em que se apresentava como um grande desafio, foi um alento e uma promissora possibilidade de exercerem seu carisma. Além do mais, perceberam a possibilidade de renovação de seus quadros, através de campanhas e recrutamento vocacional.

A vinda dos imigrantes europeus para o Brasil manifestava uma nova compreensão na política de desenvolvimento do país. Os imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul e se localizaram na serra gaúcha viam a nova terra como a terra prometida. Receberam e pagaram com trabalho a terra que seus ancestrais nunca tiveram. O trabalho, a religião e a família tornaram-se a sua razão de ser. Por isso, trabalhavam e trabalhavam. Acreditavam que, pelo trabalho, teriam uma vida digna para si e suas famílias. As colônias progrediram rapidamente. Caxias do Sul se tornou a *Pérola das Colônias*. O desenvolvimento alcançado na região colonial italiana, onde a maioria da população professava a fé católica, permitiu que, em poucos anos, os moradores reivindicassem a criação de uma diocese. Esse desejo foi concretizado em 1934 com a criação da Diocese de Caxias do Sul, sendo que o primeiro bispo, Dom José Barea, tomou posse em 1936. A constituição da nova Diocese reforçou a organização eclesial e deu continuidade aos trabalhos religiosos que vinham sendo desenvolvidos. Até então, o território da região pertencia à Arquidiocese de Porto Alegre que na época, era administrada por Dom João Becker. Tanto Dom João Becker como Dom José Barea foram formados pelos padres jesuítas em São Leopoldo. Os jesuítas, de modo especial, juntamente com as congregações religiosas que aqui se localizaram, foram os grandes propulsores e incentivadores do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul.

Durante as décadas de 1930 a 1950, verificou-se um significativo processo de desenvolvimento na história do Brasil. O país passava do modelo agrário exportador para um incipiente processo industrial. Novos atores apareciam no cenário nacional. A revolução de 1930 manifestou esse novo contexto e se consolidou com a posse de Getúlio Vargas no poder. A participação da Igreja Católica foi fundamental para que esse projeto de desenvolvimento alcançasse o sucesso desejado. Para a Igreja Católica, foi o momento adequado que se apresentava para reaver algumas concessões ou privilégios que haviam sido rompidos por ocasião da proclamação da República. Formou-se uma aliança entre Estado e Igreja para defender o modelo que estava sendo imposto. Para tanto, a Igreja utilizou de todos os meios que estavam a seu dispor, principalmente a formação educacional que era ministrada através das instituições de ensino administradas pelas congregações religiosas. Novas instituições surgiram para defender esse modelo, como foi o caso dos Círculos Operários. Através deles, era feito um contraponto às idéias socialistas e comunistas que começavam a ser gestadas junto ao meio operário e popular, fruto do novo contexto industrial urbanizado que estava nascendo.

Para pesquisar a prática educativa da Igreja Católica em Caxias do Sul, escolhemos os colégios confessionais pioneiros na educação formal de moços e moças e a educação informal exercida pelo Círculo Operário Caxiense junto aos operários.

Percebemos a importância dessas instituições e a influência que exerceram nas pessoas e na sociedade, através de procedimentos ou coincidências verificados. No caso dos colégios São José, Carmo e Seminário Aparecida, observamos que os três tiveram como protagonistas congregações provindas da França, dentro de um contexto histórico bem definido. Tais congregações estavam alinhadas com o movimento de Restauração da Igreja Católica. Faziam parte do chamado movimento ultramontano que seguia fielmente tudo o que era ditado pela Cúria Romana. Ao chegarem em *terra de missão* perceberam que havia tudo por fazer. Como traziam na bagagem uma larga experiência no campo social, cultural e educativo, puseram mãos à obra. Adaptaram-se às circunstâncias locais e introduziram princípios, valores, métodos e práticas vivenciados na França. A história dos colégios pesquisados, revela o perfil dessas instituições e manifesta, respeitando as peculiaridades próprias de cada um, a construção uma proposta educativa bastante semelhante.

Nos três colégios encontramos características comuns em relação ao ambiente escolar e a disciplina. Os professores eram membros de suas respectivas congregações. Os alunos pagavam seus estudos e provinham em sua grande maioria da classe média, exceção feita a alguns seminaristas. Os colégios mantinham escolas próprias para atendimento educacional dos pobres. A infraestrutura dos prédios e as instalações escolares manifestam a importância dada ao ensino. Estavam equipados com salas de aula, laboratórios, biblioteca, salão nobre e espaços de lazer. Um lugar de destaque era dado à capela. Praticamente em todas as salas e corredores eram colocadas estátuas e quadros de santos e santas. Esse expediente, ajudava a dar ao prédio escolar um ambiente místico, e vinculava os alunos ao mundo do sagrado. A ordem e a disciplina eram monitoradas e controladas de modo permanente.

As três instituições mantinham atividades educativas complementares para formação de seus alunos. Incentivavam a cultura e a apreciação das artes. A música, o teatro, a pintura e o lazer, faziam parte da formação dos alunos. Os exercícios espirituais, orações e retiros, acentuavam a importância da supremacia do espiritual sobre o material e reforçavam o compromisso dos alunos e alunas de serem fiéis a Igreja Católica. Os alunos eram incentivados a respeitarem as autoridades constituídas e a saber honrar a sua Pátria.

A participação em atividades associativas de cunho religioso ou social mantinha os alunos vinculados às necessidades da comunidade. Por meio de entidades criadas ou fomentadas,

principalmente na área de assistência social, era manifestado o seu compromisso caritativo de auxílio aos necessitados.

Todos esses envolvimento tinham a finalidade de formar cidadãos e cidadãs conscientes e responsáveis de suas responsabilidades para com Deus, com a Igreja Católica, com Pátria e a sociedade em que viviam. A organização, o ambiente, o regime de estudo, as atividades desenvolvidas, a disciplina e o esporte, o acompanhamento espiritual e cultural imprimidos, tornaram estes colégios referências educacionais no seu tempo pela qualidade da educação ministrada.

Ordem, disciplina, respeito, pontualidade, obediência e rigidez de conduta faziam parte da formação do caráter de alunos e alunas. A filosofia e a pedagogia adotadas eram para formar pessoas responsáveis com seus deveres de cristãos na sociedade. Todos deviam estar sempre prontos e alertas para defender os interesses da Igreja Católica e combater os seus inimigos. Não é de estranhar que muitos alunos e alunas formados nestas instituições adquiriram uma visão conservadora da sociedade. Nesta época, o grande inimigo da sociedade e da Igreja Católica era o comunismo, que devia ser combatido por todos os meios e formas.

No trabalho de pesquisa, além dos Colégios analisados, procuramos ver como os pressupostos da Igreja Católica no campo educativo ganharam forma em Caxias do Sul por meio da educação informal. Para isso, nos atemos ao Círculo Operário Caxiense.

O Círculo Operário Caxiense tinha como fins: o restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões; promover a educação e cultura; prestar proteção e assistência social; propiciar esporte e lazer para os operários. Para que essas finalidades se concretizassem foram organizadas várias iniciativas. Desde o seu início, o Círculo teve uma preocupação muito grande com a alfabetização, a formação profissional e com a orientação sobre higiene e saúde de seus associados. Promovia atividades culturais e de lazer, inclusive uma sala de cinema que servia de teatro, onde eram feitas muitas apresentações teatrais e humorísticas. Prestava assistência à saúde por meio de ambulatório, da farmácia, do atendimento odontológico e posteriormente de seu hospital próprio. Promovia uma forte orientação espiritual em sua Capela, por meio de missas, palestras e pela reza diária do terço, além de promover retiros espirituais com o apoio da classe patronal.

Por meio das inúmeras atividades recreativas e assistenciais que promovia, o Círculo Operário Caxiense se tornou uma referência na organização dos operários, rivalizando com a organização sindical nascente. Era uma entidade confiável para combater o comunismo, tanto para a Igreja Católica como para os empresários e também para o governo. O processo industrial incentivava os operários a se organizarem para defender os seus direitos. O comunismo era uma

idéia que motivava os trabalhadores e ameaçava as classes dominantes. Os mesmos conteúdos e princípios do Movimento de Restauração Católica, que foram utilizados no processo da educação formal ministrado pelos Colégios Católicos, também foram empregados pelo Círculo Operário Caxiense em sua atividade educativa informal junto aos operários.

A série de coincidências históricas que envolvem esse período histórico entre 1934 a 1952, mostram que os pressupostos da prática educativa da Igreja Católica em Caxias do Sul, foram aplicados de modo consistente pelos Colégios Católicos e pelo Círculo Operário Caxiense nas suas atividades educativas.

Concluimos esta dissertação, reafirmando que estamos conscientes, de que são apenas os primeiros passos de uma pesquisa e análise mais aprofundada que deve ser realizada sobre este assunto em nosso meio. O tempo e o espaço deste trabalho não permitiram aprofundar todos os enfoques necessários. Temos a certeza que ficaram mais interrogações que respostas. Cada um dos colégios São José, Carmo e Seminário Aparecida, pioneiros da prática educativa da Igreja Católica em Caxias do Sul, possuem um patrimônio e riqueza ainda inexplorados. Precisamos pesquisar seus históricos individuais, os currículos escolares adotados, os frutos semeados e gerados por meio de seus alunos e alunas, para perceber a contribuição que deram para o desenvolvimento de Caxias do Sul e da região. O Círculo Operário Caxiense, pela educação informal desenvolvida e pela proposta de organização dos trabalhadores que aplicou, merece um estudo próprio. Sua proposta envolve dimensões sócio-políticas. Influenciou gerações e formou mentalidades que perduram até os nossos dias.

REFERÊNCIAS

- ARAZANDI, Dionísio; GINER, Carlos. *Uma Escola Social: Manual de Formação para a Juventude*. Belo Horizonte: Loyola, 1962.
- AZZI, Riolando. *História da Educação Católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____, *O Catolicismo Popular no Brasil: Aspectos Históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____, *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____, *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- _____, *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 6. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991. v. 3.
- BENTO XVI, Carta Encíclica do Santo Padre. *Deus é Amor*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BEOZZO, José Oscar. *Igreja particular e colegialidade episcopal: do Vaticano I ao Vaticano II*. In: ARROCHELLAS, Maria Helena (Org.). *A Igreja e o exercício do poder*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 1992.
- BONI, L. A. de. *O Catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BRANDALISE, Ernesto Antônio. *Paróquia Santa Teresa – cem anos de fé e história: 1884-1984*. Caxias do Sul: Educs, 1985.
- CASA PROVINCIAL. *50º Aniversário da chegada das “Irmãs de São José” em Caxias do Sul: 1901-1951*. Caxias do Sul: Tipografia Pio XII, 1951.
- COMPAGNONI, Ivo Carlos. *História dos Irmãos Lassalistas no Brasil*. Canoas: Editora La Salle, 1980.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis A. *Os Capuchinhos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1996.
- DANIEL-ROPS, Henri. *A Igreja da Renascença e da Reforma. II. A Reforma Católica*. São Paulo: Quadrante, 1999.
- _____, *A igreja das revoluções. I: diante de novos desafios*. São Paulo: Quadrante, 2003.
- DA SILVA, Neli Schäfer Tesch. *A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do projeto de Restauração Católica Regional*. 2003. Tese (Doutorado) – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.

FORMOLO, Marisa V. Dalla Vecchia; HERÉDIA, Vania Beatriz Marlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul*. Porto Alegre: EST, 1998.

FRÖHLICH, Roland. *Curso básico de História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.

GUIA PASTORAL DA DIOCESE DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2008.

IRMÃO BONIFÁCIO. *Crônicas do Carmo: 80 anos – 1908-1988*. Caxias do Sul: De Zorzi – Indústria Gráfica, 1988.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Litório: o Fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Pelotas: Seiva, 2004.

MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônia. *Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: resgatando aspectos da caminhada – 1898-1964*. Canoas: La Salle, 1998.

MORETTO, Paulo. *Paróquia Santa Teresa: cem anos de fé e história 1884-1984 (Apresentação)*. Caxias do Sul: Educs, 1985.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo: como surgiu o Rio Grande*. 3. ed. rev. Porto Alegre: AGE, 2000.

LINK, Regiane de Almeida. *Círculo: uma trajetória de conquistas e realizações*. Caxias do Sul: Belas Artes, 2009.

PINZETTA, Álvaro Luiz. *Criação da Diocese de Caxias do Sul (8.9.1934)*. In: Fórum da Igreja Católica da Diocese de Caxias do Sul: A Vida se Manifesta. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

POUTET, Yves; PUNGIER, Jean. *La Salle e os desafios de seu tempo*. Canoas: La Salle, 2001.

RAMBO, Arthur B. Restauração Católica no Sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, n. 36, p. 279-304, 2002.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

STEIN, Geuina Burin. *A Educação nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana*. Brasília: Universa, UCB, 2001.

REVISTAS E ARTIGOS

BAREA, Dom José. *Discurso proferido por ocasião da inauguração do Seminário Aparecida em 1939*. Folder comemorativo aos 70 anos do Seminário Aparecida. Caxias do Sul, 2009.

BESEN, José Artulino. A Reforma da Igreja - O Concílio de Trento. *Jornal Missão Jovem*, PIME, 2008.

<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjhistdaigrejatrento.htm>. Acesso em: 19 jan. 2009.

BONH, Remidio José. *História da Arquidiocese de Porto Alegre*. In: Fórum da Igreja Católica no RS, 2007.

http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/dioc_portoalegre.php. Acesso em: 19 jan. 2009.

MOESCH, Eduardo Pretto. *O Padroado e a Igreja no Rio Grande do Sul Português*. In: Fórum da Igreja Católica no RS, 2007.

MÂNICA, Ernesto. *O Clero – Seu papel civilizador durante 75 anos de colonização Italiana*. Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Revista Globo S.A., 1950.

RELATÓRIO ANUAL – 2007 Instituto Leonardo Murialdo / Província Brasileira dos Josefinos Murialdo. Caxias do Sul: Graf. Murialdo, 2008.

REVISTA COMEMORATIVA dos 100 anos do Colégio La Salle Carmo: *O ensino que acompanha gerações*. Caxias do Sul: São Miguel, agosto de 2008.

SINDICATO DOS TRABALHADORES nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, fundado em 6 de março de 1933. *Revista comemorativa aos 70 anos de história: Resgatando o passado para fortalecer as lutas presentes e futuras*. Caxias do Sul, 2003.